

# AVEIRO

E O SEU

# DISTRITO



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

NÚMERO

**2**

1966

AVEIRO  
E O SEU  
DISTRITO



DIRECÇÃO  
EDICÃO  
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO  
**bibRIA**



Assinatura anual . . . . . 20\$00  
Número avulso . . . . . 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada  
às opiniões dos autores que publica.*

**bibRIA**



**PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1961, PUBLICADA NO  
DIÁRIO DO GOVERNO, II SÉRIE, DE 27 DO MESMO MÊS:**

*Aprovada, de harmonia com o disposto no artigo 14.º do Código Administrativo, a constituição heráldica das armas, selo e bandeira do concelho de Albergaria-a-Velha, nos termos seguintes:*

*Armas — De ouro, com uma cruz de cor azul. Orla de negro carregada de oito rosas de ouro folhadas de verde e abotoadas de vermelho. Coroa mural, de prata, de quatro torres.*

*Selo — Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação de esmaltes, e em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha».*

*Bandeira — Esquartelada de amarelo e púrpura. Cordões e borlas de ouro e púrpura. Ao centro as armas. Por debaixo das armas um listel branco com a legenda, a preto, «Vila de Albergaria-a-Velha».*

**bibRIA**

# O Porto de Aveiro e sua influência no crescimento económico da região

*Pelo Dr. Álvaro Sampaio*

Professor do Liceu Nacional de Aveiro,  
antigo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

## I —

«Seria desejável que as personalidades mais categorizadas e representativas da região aveirense, os estudiosos dos problemas respeitantes aos diversos sectores da vida do Distrito, se congregassem no sentido de dar a conhecer ao País as possibilidades culturais, económicas, políticas e sociais desta região, que abrange 2.772 quilómetros quadrados de superfície. As belezas naturais, as características etno-geográficas, o problema demográfico, o da assistência, etc. merecem estudos minuciosos, que devem e podem ser tratados por pessoas qualificadas, que as há, amantes da região onde nasceram. Afigura-se-nos que tal tarefa deverá caber à Junta Distrital, em estreita colaboração com as autarquias locais».

O aparecimento do boletim «Aveiro e o seu Distrito», cujo primeiro número veio a lume em Junho último, não pode deixar de regozijar-nos pelo significado que representa e por vir de encontro à sugestão formulada por nós, há mais de um ano, na imprensa local (1).

A Junta Distrital de Aveiro, abalçando-se a uma publicação desta natureza, destinada a fazer o inventário da região aveirense nos múltiplos aspectos da sua operosa actividade, realiza um dos seus principais objectivos e pratica uma autêntica política do espírito.

O nosso Distrito, com uma vida intensa, com as suas belezas naturais inconfundíveis, a sua pujante e crescente riqueza económica, só ganha em ser conhecido e só lucra com os estudos e divulgação dos seus diferentes problemas.

Não é novidade para ninguém que o Distrito de Aveiro ocupa o terceiro lugar na carta indus-

trial do País. Nele predominam as indústrias metalomecânicas, as do papel e as químicas, as da cortiça e madeiras, a dos lacticínios, as do calçado, as da cerâmica e faiança, a da construção naval, a salineira, as da pesca longínqua e costeira e a da agricultura. Podemos ainda acrescentar a este rol a avicultura industrial, uma florescente indústria por enquanto na fase inicial de desenvolvimento, mas cujo rendimento bruto anual roça pelos quinze mil contos.

Um apontamento: só uma das várias unidades industriais desta modalidade, espalhadas pelo Distrito, dispõe de aviários que obtêm cerca de 80.000 pintos por mês.

Outro apontamento: as 268 marinhas do salgado de Aveiro produziram, na safra de 1965, 95.500 toneladas de sal, no valor de vinte e sete mil e trezentos e seis contos. Embora se trate de indústrias do sector primário em que o crescimento anual é lento e muito sujeito a oscilações, em que há anos de expansão alternando com anos de retrocesso, sobretudo na pesca, nas indústrias extractivas e na agricultura, o certo é que a sua influência na balança económica da região e, digamos, na economia nacional, não é de desprezar.

O elevado número de estabelecimentos fabris (cerca de 5.500); o seu valor económico, computado em um milhão e quinhentos mil contos; o avultado contingente de indivíduos ao serviço da indústria (à roda de 61.000), colocam o Distrito de Aveiro logo a seguir ao de Lisboa e ao do Porto. Seguem-no de perto o de Santarém (com menor densidade industrial) e o de Braga.

O surto de progresso que se tem verificado nos últimos anos no nosso concelho, surto

extensivo a outras zonas do País, deve-se, em grande parte, à unidade política em que temos vivido, capaz de criar ambiente à realização de grandes obras. Entre essas obras de vulto, conta-se o melhoramento e construção do porto de Aveiro, cuja influência na vida económica da região, tema principal do nosso trabalho, é verdadeiramente notável.

A laguna, que se havia convertido num mal mortífero em épocas passadas, transformou-se num elemento de bem-estar das populações ribeirinhas; a barra, que se encontrava quase sempre obstruída e incapacitada de dar acesso à navegação, tornou-se um factor de riqueza, permitindo que os navios entrem e saiam sem perigo nem receio; a população, que havia atingido 14.000 almas no século XVI e caíra para 3.000 no princípio do século XIX, multiplicou-se não só pelo saneamento operado pela abertura da barra nova, que passou a dar saída às águas estagnadas, mas também porque se abriram novos horizontes à actividade do homem. Fácilmente se conclui que o porto é condição de vida ou de morte para Aveiro, é a razão de ser da sua própria existência.

Na opinião de pessoas autorizadas, o porto, uma vez convenientemente equipado e dragado, representará o maior valor económico da nossa região. E, dadas as suas excepcionais condições naturais numa costa de 485 Km. de extensão, poderá vir a ser um complemento do porto industrial de Leixões, presentemente quase saturado e sem possibilidades de expansão.

Foi também esta a opinião do douto Conselho Superior das Obras Públicas que, em 10 de Maio de 1955, emitiu o seguinte parecer: «se é provável que a função de grande porto comercial não venha a ser exigida a Aveiro antes ainda da longínqua saturação de Leixões (e desse ponto de vista não deve tão-pouco esquecer-se a presença da Figueira da Foz), já aparecem bem menos remotas as suas *extraordinárias possibilidades de grande porto industrial, sem par no norte e centro do País*, e cujo plano de aproveitamento seria necessário assegurar: nesse aspecto, pode dizer-se que *é nula a capacidade de Leixões e que Aveiro não tem competidor*».

Este parecer, muito lisonjeiro para o nosso porto, foi homologado pelo então Ministro das Obras Públicas, sr. Eng.º Frederico Ulrich, em despacho de 18 de Maio de 1955.

Podemos reforçar esta autorizada opinião com um excerto do discurso do ilustre Ministro

das Comunicações, Eng.º Carlos Ribeiro, quando Sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, inaugurou as recentes obras portuárias em Leixões, no dia 23 de Outubro do corrente ano, obras no valor de 332.000 contos.

Disse o sr. Ministro: «Na verdade a bacia da foz do Leça estará em breve totalmente ocupada pela doca número dois e não é arriscado prever que dentro de duas ou três dezenas de anos se esgote a capacidade de exploração do porto. Restará, então, ou o alargamento artificial do porto pelo aproveitamento de novas áreas marítimas ou *encontrar outro porto complementar, que parece só vislumbrar-se em Aveiro*».

Como as instâncias superiores estão agora ao corrente das grandes possibilidades do nosso porto — o que nem sempre aconteceu, diga-se de passagem —, a região aveirense tem um amplo futuro aberto à sua frente.

As opiniões dos técnicos são concordes, o que representa meio caminho andado.

A realidade insofismável dos factos veio pôr em evidência, nestes últimos anos, a acertada orientação do Governo quando, em 1929, decidiu dar prioridade às obras do porto de Aveiro, concedendo a verba de 21.000 contos.

Oxalá as futuras gerações saibam dar continuidade à obra iniciada há mais de século e meio.

## II —

Durante muitos anos, o porto de Aveiro não teve a menor projecção no País. No grande Congresso Nacional de Lisboa, realizado em 1909, foi apresentada uma «Memória» sobre portos francos, da responsabilidade da «Liga de defesa dos interesses públicos». Nesta «Memória» não há qualquer referência ao nosso porto. Cita-se Viana do Castelo, Figueira, Setúbal, Faro, mas nem a mais leve alusão a Aveiro.

De facto, a verdade é que o movimento marítimo de Aveiro, nesse tempo, pouco mais era do que nulo. A barra estava quase sempre obstruída, e as instâncias superiores não atendiam aos apelos angustiosos da cidade e do concelho. Por outro lado, não havia planos, nem técnicos, nem disponibilidades financeiras.

Em 1921 já era do conhecimento dos governantes que: «na complicada acção das correntes internas e marítimas, dos ventos e das dunas,

das cheias e aluviões, o bem-estar e o progresso desta região, estiveram sempre indissolúvelmente ligados às condições do passe da barra, por onde se realiza o tráfego marítimo, se escoam as águas altas dos rios e entra a corrente purificadora das águas salgadas. Condição primária de toda a economia regional, a barra de Aveiro — muito tempo um rasgão apenas, errante de norte a sul, na cortina litoral das dunas, da Torreira a Mira — determinou nas suas vicissitudes, umas vezes a miséria e outras a abundância, ao capricho das forças geodinâmicas, que ora a alargavam, ora a reduziam e de todo a obstruíam, causando a inundação das terras marginais, a epidemia, o despovoamento e a ruína».

Assim retratou, com inteira verdade e em síntese perfeita, a situação da região aveirense, o autor do preâmbulo do decreto 7880 que criou a antiga Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.

Apesar deste panorama fielmente traçado em 1921, nada se fez de positivo até 1932.

No concelho e na cidade poucos eram os que pugnavam para que Aveiro voltasse a ter o alto valor económico que atingira em séculos passados. Não havia fé nos destinos do País. As paixões políticas exacerbadas; a impotência dos governos perante um parlamento de palavrosos; a falta de visão e de planos construtivos; a insuficiência das disponibilidades financeiras; a escassez de técnicos, tudo isto trazia o povo descrente e desiludido. E quando um povo é minado pela descrença, leva tempo a curar-se do mal. Por isso, poucos foram os aveirenses que acreditavam no ressurgimento do porto de Aveiro. A verdade é esta.

O panorama do País, nessa época, era o que nos descreve o sr. Dr. Oliveira Salazar:

«O grande público sabe, e vagamente, que não havia estradas, nem portos, nem telefones, nem escolas, nem navios, nem nada; mas só os que têm envelhecido, só os que se têm matado sobre os problemas nacionais, a lutar dia a dia contra as deficiências dos homens e das coisas, contra a estrutural incapacidade de realização, só esses podem ter a noção exacta do Estado sem direcção e sem vontade, do Governo sem força, da vida pública sem directriz, da burocracia sem estímulo, e amiudadas vezes sem competência, dos serviços sem meios nem preparação técnica, da política sem seriedade, da administração sem administração, enfim, da desordem que não era simplesmente falta de

ordem mas o conjunto de todos os elementos positivos de desagregação, de ruína, de dissolução nacional». (2)

Registe-se mais um depoimento, este do antigo Ministro das Finanças do Governo do Eng.º António Maria da Silva, o homem sem mácula e prestante cidadão que foi o Dr. Marques Guedes, para não se supor que ouvimos só um sino.

Escreveu ele após a revolução de 28 de Maio: «Estar no Governo em Portugal é como estar numa frente de batalha. Há que lutar todos os dias contra toda a espécie de pressões numa sociedade que dir-se-ia só despertar do seu torpor abúlico para impor aos dirigentes a conservação, mesmo imoral, das situações criadas, o respeito, mesmo prejudicial, dos direitos adquiridos. Depois, a cada momento, a preocupação absorvente da ordem pública, a saída das secretarias do Estado para o quartel do Carmo, a jugular os ímpetos dos heróis improvisados que em Portugal vão proliferando e vivendo agitadoamente, numa *vesânia de acção* egocêntrica e criminosa, como a daqueles caudilhos das repúblicas americanas que, no dizer do brasileiro Euclides da Cunha, entram desabaladamente pela História, fugindo à polícia correcional... E a todos os momentos o parlamento em *trucs* regimentais e debates políticos, quando não pessoais, em que muitas vezes nem a compostura das palavras e das atitudes se salva.

Em 5 meses de governo tive três debates apaixonados da Câmara dos Deputados, vários incidentes tumultuosos e duas revoluções!...» (3)

Era a realidade. Estávamos habituados a uma decadência tão invertrada no corpo da Nação, que achávamos impossíveis as realizações dos grandes empreendimentos. A descrença era geral. Passava-se ano após ano à espera de uma resolução que não vinha, de um remédio que não surgia, de uma decisão que não chegava.

Não admira que numa atmosfera desta natureza os aveirenses se desinteressassem do principal problema da sua região — o porto de mar.

### III —

Em 9 de Setembro de 1858, a instâncias de José Estêvão, foi criada por decreto régio, a Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro, e a direcção dos trabalhos confiada ao distinto Eng.º Silvério Augusto Pereira da Silva. Em 1886 foi extinta esta Junta e a adminis-

tração das obras transitou para o Estado. Durante 28 anos, que durou a direcção dos trabalhos do Eng.º Silvério, houve um notável período de renovação. O movimento marítimo animou-se, a indústria salineira prosperou, a agricultura pôde desenvolver-se. Depois daquela data, nada mais se fez de vulto, e o tempo encarregou-se de arruinar o que estava feito.

Perante a comprovada falência da administração do Estado, foi instituída, em 7 de Dezembro de 1921, a pedido das autarquias locais, a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. Este organismo veio substituir a Junta Administrativa das Obras da Ria e Barra de Aveiro, criada em 1898, mas que, por falta de receitas e outras razões que não interessa averiguar, deu a alma ao Criador sem deixar vestígios da sua passagem.

Em face do estado calamitoso a que chegara a barra e o aspecto de ruína do molhe sul, as forças vivas da Cidade, Câmara e Associação Comercial, iniciaram nova campanha pela palavra e pela imprensa, campanha secundada por Homem Cristo, Comandante Rocha e Cunha, Dr. Alberto Souto e o Eng.º Fernando de Sousa (Nemo), a fim de chamar a atenção dos governantes para o problema portuário de Aveiro. Isto passava-se em 1925.

O decreto-lei 12 767, de 2 de Dezembro de 1926, mais conhecido por lei dos portos, primeiro diploma legislativo do Estado Novo em matéria de política portuária do País, embora incompleta sob certos aspectos, deixava vislumbrar alguma esperança.

Em 1927, como consequência desta lei, foi concedida autonomia, se bem que muito condicionada, às Juntas Autónomas dos portos, mercê do decreto 14 718, de 8 de Dezembro daquele ano. O princípio descentralizador conferido por este diploma foi benéfico e estimulante.

Em 13 de Abril de 1929, o decreto 16 728 estabeleceu que o porto de Aveiro, considerado de terceira categoria, fosse classificado de 2.ª classe, o que lhe proporcionava, de futuro, participações para obras, por parte do Estado, da ordem dos 40 a 60%.

Em 1930, uma grande comissão de aveirenses, no número dos quais nos incorporámos, acompanhada do Governador Civil de então, deslocou-se a Lisboa a solicitar do Governo providências para que as obras do porto se iniciassem com brevidade, porquanto o Estado havia concedido uma dotação de 21.000 contos

pelo decreto 17 421, de 30 de Setembro de 1929, e as formalidades burocráticas embaraçavam a adjudicação das obras.

Foi por essa época que surgiu uma pendência entre os responsáveis das Juntas da Figueira da Foz e de Aveiro. Houve remoques nos jornais, sessões de desagravo no Casino Peninsular e no Teatro Aveirense, uma espécie de guerra do Alecrim e Manjerona, provocada por um certo azedume ciumento. A Junta da Figueira tinha então uma receita de 120 contos; a de Aveiro arrecadava cerca de 1.000. E como a política dos portos se fez à base dos imperativos económicos e não por simpatias de localidades, o Governo entendeu auxiliar primeiramente Aveiro, e esta preferência mais irritou os figueirenses. Veio a verificar-se, já lá vão trinta e seis anos, que o porto da Figueira não tem as possibilidades do de Aveiro. A decisão do Governo estava certa. O ciúme da Figueira ainda perdura, mas não tem o carácter explosivo do de Janeiro de 1930.

Em 1931 as obras do porto foram adjudicadas à firma Valdemar Jara d'Orey, o que trouxe grande regozijo à cidade.

A primeira grande batalha estava ganha. O porto de Aveiro, embora regional, foi considerado dentro da política dos portos; subiu de 3.ª para 2.ª classe; e as obras do porto exterior foram iniciadas em 2 de Março de 1932.

Levou tempo a convencer certas entidades superiores à abandonar o critério de valorizar os portos principais — Lisboa e Porto — em detrimento dos portos secundários, mas conseguiu-se.

Pelo decreto 17 954, de 18 de Fevereiro de 1950, que revogou variada legislação portuária, a Junta passou a denominar-se Junta Autónoma do Porto de Aveiro, designação que ainda hoje mantém.

Em 26 de Maio de 1955, foi publicado o decreto-lei 40 172, que promulgou a lei orgânica da Junta Autónoma, na qual foi feita uma revisão das receitas deste organismo. Pela portaria n.º 15 061, de 8 de Novembro daquele ano, foi aprovado o regulamento das tarifas do porto, que ainda vigoram.

#### IV —

As receitas da Junta compreendem: as arrecadadas pelo Tesouro, depois de deduzidas de 10% para o Estado; as cobradas directamente pela Junta; as provenientes da Capitania do porto; e os saldos das gerências.

Em 1945 o Estado concedeu uma dotação de 65.000 contos para a construção dos molhes. Os aveirenses, por esse motivo, foram ao Governo Civil em manifestação de reconhecimento pela concessão de tão importante verba. Foram dirigidas palavras de gratidão ao sr. Presidente do Conselho e ao titular da pasta das Obras Públicas, então o engenheiro Cancela de Abreu, filho do Distrito.

No plano intercalar do fomento para 1965-67, foi atribuída ao porto de Aveiro a dotação de 30.600 contos, destinada à conclusão do cais acostável do porto comercial, de uma doca seca e de equipamento. A Junta participa nestes encargos.

Em cinco anos as receitas arrecadadas pela Junta foram, em milhares de contos, as seguintes:

MAPA COMPARATIVO DAS RECEITAS ARRECADADAS PELA JUNTA DE 1961 A 1965

Proveniência das receitas	1961	1962	1963	1964	1965
Cobradas pelo Tesouro	4.966	5.218	5.590	7.643	7.414
Cobradas directamente pela Junta	1.224	1.261	1.624	2.698	2.174
Cobradas pela Capitania do Porto	250	189	246	204	233
TOTAIS ... ..	6.440	6.668	7.460	10.540	9.821 (a)

(\*) Como em 1964 foi necessário incluir 550 contos para a construção de cubas de cimento no armazém de exportação de vinho a granel, na zona industrial, na Mó do Meio, as receitas sofreram uma retracção de cerca de 228 contos, mas a receita real não diminuiu, antes aumentou em cerca de 31 contos, números redondos.

As receitas da Junta apresentam uma grande anomalia no que se refere ao imposto sobre o bacalhau. Nos anos de 1964 e 1965 o imposto pago àquele organismo foi, respectivamente, de 363.341\$00 e 395.026\$00; a pesca costeira menos rica e volumosa, contribuiu naqueles dois anos com 422.009\$00 e 363.243\$00.

Nos citados anos, os valores do bacalhau verde foram de 88.240.000\$00 e 105.424.000\$00 (computado o Kg. de bacalhau a 4\$00 para efeito de despacho alfandegário); os valores da pesca costeira foram apenas de 30.550.799\$00 e 19.364.866\$00.

Estes valores monetários fazem grande diferença entre si. Não há dúvida que a

disparidade é flagrante. Há qualquer coisa errada na aplicação deste imposto. E a injustiça é tanto maior quanto é certo a Junta Autónoma ter melhorado o porto bacalhoeiro com dragagens, pontes-cais, uma balsa, isto é, ter investido nestes melhoramentos avultadas verbas e não auferir rendimento correspondente. É ainda devido às obras do porto exterior que as empresas de pesca, cujos navios iam aliviar a Leixões, poupam cerca de 200 contos por cada barco.

Comprendemos perfeitamente que a iniciativa particular deve ser ajudada, amparada, estimulada como factor de progresso que é, mas não estamos de acordo com o princípio de quanto mais, melhor. Não. É claro que não.

Dizem os armadores que os maiores lucros ficam nas mãos dos armazenistas. Se assim é, que se estude o problema até ao cerne.

Esta modalidade da indústria de pesca já goza de muitos privilégios. Nem paga à Câmara de Ilhavo o imposto *ad valorem!*

É no campo do interesse geral que devemos situar os problemas desta natureza e, nesse aspecto fundamental, não supomos que a colectividade afigure vantagens das prerrogativas concedidas a esta indústria. E por que não estender esta protecção às outras pescas, afinal menos rendosas do que a bacalhoeira? Teremos de invocar o sapateiro de Braga?

Comparando as receitas da Junta em 1956 com as do ano findo, isto é, no último decénio, verifica-se um progressivo aumento que dá ideia do desenvolvimento do nosso porto.

Em 1956 a Junta arrecadou	4.423 contos
Em 1965 » » » »	9.821 »

Os números que acabamos de ler dispensam comentários.

Era o porto de Aveiro um centro exportador de bajunça?

Deve-se à rara energia de Homem Cristo, que ocupou o cargo de presidente da Junta Autónoma de 10 de Janeiro de 1925 a 10 de Dezembro de 1930, a arrecadação normal das receitas deste organismo. Ninguém queria pagar o imposto estabelecido por lei. Houve reuniões nas Câmaras de vários concelhos para reclamarem da nova contribuição, e houve até um Concelho que ameaçou Aveiro de passar-se para o Porto. Foi uma luta homérica.

Ainda não se fez a justiça devida a este intemerato lutador. Se não fosse a argumentação lúcida, a tenacidade e a energia de Homem

Cristo aliadas à serenidade, à inteligência e ao saber do Comandante Rocha e Cunha, talvez ainda não tivéssemos o porto que já temos.

Em Homem Cristo só notam defeitos, que os teve como qualquer mortal; mas olvidam os méritos e que eram muitos.

#### V —

A. vicissitudes, e muitas foram elas, que a barra e a laguna, isto é, o porto de Aveiro experimentou, reflectiram-se não só na economia da região, mas também no elemento humano.

Assim, em 1422, Aveiro contava 2.769 almas; mas já no primeiro quartel do século XVI, um dos melhores períodos de prosperidade, a população atingiu 14.000 habitantes com 2.500 fogos.

Em 1685, como a abertura da barra estava localizada muito para o sul da laguna, no sítio denominado «Quinta do inglês», próximo da Vagueira, e não dava escoante às águas interiores e era imperceptível o movimento das marés, a população baixou para 10.000 almas. Em 1736 havia 5.300 habitantes; em 1767, baixou para 4.400, em 1797, caiu para 3.500, e no princípio do século XIX atingiu o mínimo: 3.000 habitantes e 900 fogos. Era a ruína, o despovoamento, a miséria.

A partir do meado do século passado, a curva demográfica, na cidade, subiu, ao mesmo tempo que melhoravam as condições da barra. A evolução da população citadina de 1911 a 1965, foi a que segue:

Anos	Habitantes
1911 ... ..	8.375
1930 ... ..	9.525
1940 ... ..	11.247
1950 ... ..	13.397
1960 ... ..	16.011
1965 ... ..	18.000 (*)

O acentuado decréscimo populacional que assinalámos atrás (14.000 almas até cair em 3.000) tem a sua explicação na decadência a que chegou a laguna. Com as enormes cheias de 1526, 1575, 1585, 1596, 1644, 1739 (uma das maiores) e a de 1774, como a barra não dava saída às águas represadas, surgiram epidemias que dizimaram a população. Por outro lado, as marinhas ficaram arruinadas por tempos e a agricultura paralisou. A Ria foi então, naqueles períodos, um cemitério.

As pestes de 1469, 1479, 1485, 1524, 1569 e 1580, ilustram o estado calamitoso da região

aveirense. Verificava-se esta coincidência: à medida que a abertura da barra se deslocava para sul, as calamidades recrudesciam.

Em 28 de Fevereiro de 1937, já, portanto, em nossos dias, houve uma grande cheia na Ria. As águas passaram por sobre os muros do cais da cidade, invadiram ruas, entraram nas casas e estabelecimentos comerciais.

Como as obras da barra estavam adiantadas, o escoamento das águas interiores fez-se facilmente.

No século XVI o movimento do porto era intenso. Aveiro aparelhava 150 navios do comércio e da pesca do bacalhau. Foi um período áureo.

A partir de 1.600 a decadência acentuou-se e veio a culminar no século XVIII, mais propriamente no ano de 1756.

Os armamentos de comércio e de pesca desapareceram; a navegação estrangeira foi rareando de ano para ano até paralisar por completo.

O panorama, nesse século, era o seguinte:

Anos	Número de navios
1736 — 1740 ... ..	5
1741 — 1742 ... ..	3
1743 ... ..	5
1744 ... ..	1
1745 — 1750 ... ..	0

Chegou-se à estaca zero.

#### VI —

No século XII a barra estava localizada na Torreira; no século XV ao sul da Senhora das Areias; nos meados do século XVII encontrava-se na Vagueira; no século XVIII atingiu a costa de Mira. Em seiscentos anos a barra veio caminhando de norte para sul; simultaneamente, foi-se formando o cordão litoral que ainda perdura.

Não obstante várias tentativas e projectos tendentes a melhorar a entrada da barra, ainda em 1801 a crise era angustiosa. A miséria era geral e as endemias continuavam a dizimar a população.

Em face das calamidades que desabavam sobre Aveiro, o Ministro da regência do Príncipe D. João, o ilustre homem público D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde Conde de Linhares, encarregou o coronel de engenharia Reinaldo Oudinot e o capitão engenheiro Luís Gomes de Carvalho de elaborar cada um o seu

projecto de abertura da nova barra. Era uma esperança que surgia.

Como Oudinot, passado pouco tempo foi chamado para prestar serviço na ilha da Madeira, onde veio a falecer, o projecto e a direcção das obras ficaram a cargo de Luís Gomes de Carvalho. Em 3 de Abril de 1808 o paredão, chamado molhe sul, hoje central, estava construído e a barra definitivamente fixada onde actualmente se encontra.

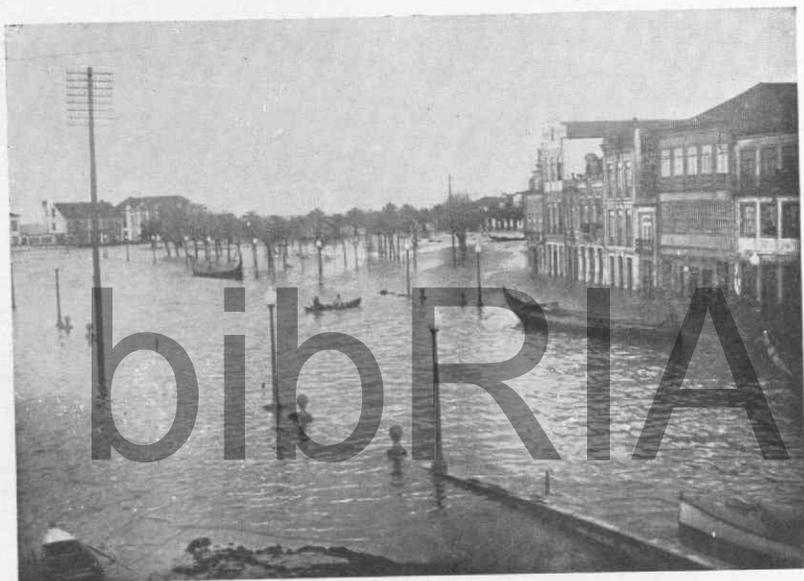
O movimento do porto recomeçou com a abertura da barra nova. Era um novo período de ressurgimento que despontava e que havia de durar até 1823.

Em 12 de Maio de 1809, entrou na laguna um comboio de 48 navios mercantes ingleses com material e mantimentos para o exército

Gomes de Carvalho procurou regularizar e coordenar as correntes, a fim de manter o canal de acesso à Ria sempre desobstruído, de modo a dar fácil escoante às águas interiores. Assim, resolveu o importante problema do saneamento de Aveiro. As pestes desapareceram e o estado sanitário da cidade passou a ser excelente.

Gomes de Carvalho tentou outros melhoramentos, nem sempre felizes nas suas vicissitudes. Os meios de trabalho eram pouco mais que rudimentares, não havia os eficientes maquinismos que há actualmente, e a engenharia hidráulica não estava tão adiantada como hoje está.

Foram vinte e um anos de esforços tenazes, de estudo, de preocupações. A recompensa de tantos trabalhos foi receber de um cirurgião,



Chieia na Ria, 1937 (cedida pela Direcção do Arquivo do Distrito de Aveiro).

anglo-luso, que marchava sobre a cidade do Porto. Este comboio era escoltado por um navio de guerra inglês o *Port Mahon*.

É curioso notar que, só passados 157 anos, em 21 de Julho do ano corrente, novamente demandassem a barra dois draga-minas da Armada Real Britânica — o *Highburton* e o *Glasserton* — em visita de cortesia. Prestou as honras do porto o draga-minas «Rosário» da nossa Armada.

Este acontecimento, que a imprensa exaltou pelo facto de há mais de século e meio não ter entrado no porto de Aveiro um navio de guerra inglês, marca uma data no historial do nosso porto lagunar.

Além da construção do molhe sul — ponto de partida de toda a obra portuária — Luís

radicado na cidade, um leigo, críticas injuriosas; e da Câmara a ordem de expulsão das obras e, finalmente, o exílio.

Na acta da sessão da Câmara de Aveiro de 23 de Julho de 1823, lê-se:

«Continuando Luís Gomes de Carvalho a dirigir semelhantes obras (as da Barra), Aveiro se tornará inteiramente infeliz e desgraçado, sendo este o unânime voto do Clero, Nobreza e Povo, com o qual se conforma esta Câmara».

Isto disse-se do primeiro obreiro do porto de Aveiro, do engenheiro distintíssimo que fixou a barra de uma vez para sempre!

O que é a ingratidão dos homens!

De 1823 a 1858 nada se fez de útil para continuar a obra de Gomes de Carvalho. Bem pelo contrário. Deixou-se arruinar o que existia

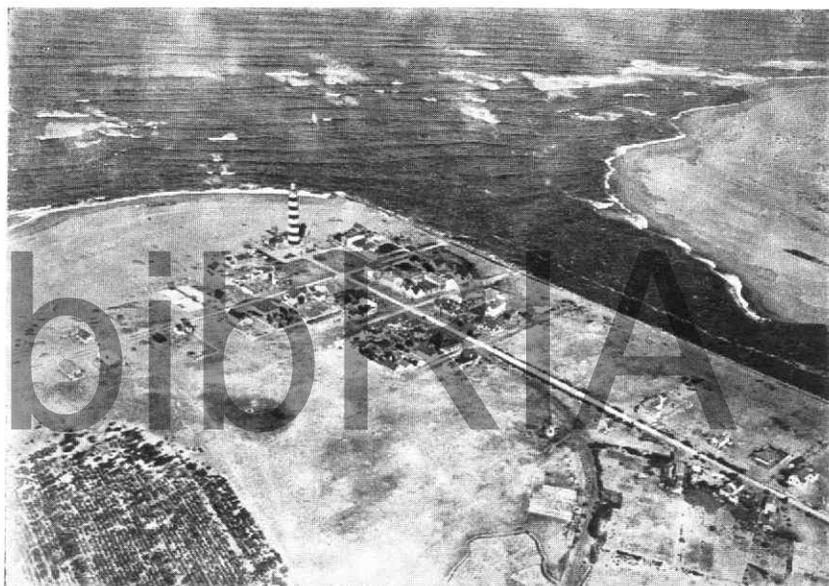
feito. Foi um período de marasmo, de inacção, de abandono.

A instâncias de José Estêvão, como já frisámos, o Governo criou a Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro e a direcção dos trabalhos confiada ao Eng.º Silvério Augusto Pereira da Silva.

Depois de demorados estudos e observações, Silvério Pereira da Silva seguiu a esteira de Gomes de Carvalho. Prolongou e consolidou o molhe sul; construiu com estacaria e fachina um molhe norte pouco saliente; reintegrou as águas do braço da ria de Mira no regime geral da laguna, aumentando assim a capacidade da bacia lagunar em mais de oito milhões de metros cúbicos, e projectou o canal do Espinheiro, obra

Até 1932, ano em que se iniciou mais uma fase da construção do porto, a barra ora assoreava, ora dava relativo acesso à laguna. Os navios bacalhoeiros, quando muito carregados, iam aliviar a Leixões, precisamente como os navios da Figueira («José Alberto», «Comandante Tenreiro», «Sotto Mayor» e «Bissaia Barreto») vêm actualmente a Aveiro aliviar a carga de peixe, que depois é transportada em camionetas para aquela cidade. Pois naquela data o mesmo acontecia com Aveiro e Leixões, o que representava um encargo para os armadores da ordem dos 200 contos por navio. Parece que tudo isto está esquecido!

Nesse tempo fomos testemunha de encalhes de alguns bacalhoeiros à entrada da barra e



Vista aérea da Barra (sem os molhes Norte e Sul) (cedida pela Direcção do Arquivo do Distrito de Aveiro).

iniciada em 1877, mas não concluída.

Durante vinte e oito anos, o general Silvério trabalhou intensamente. O regime das marés melhorou e a barra dava livre acesso à navegação. O movimento anual do porto chegou ao elevado número de 465 navios. A economia local refez-se; a indústria salineira rejuveneceu; a agricultura prosperou. Foi mais um período de ressurgimento que Aveiro conheceu, que durou cerca de trinta anos. Tinha-se dado mais um passo na senda do almejado objectivo, mas ainda se estava longe.

Como aconteceu com Luís Gomes de Carvalho, o Eng.º Silvério foi vítima de intrigas e críticas injuriosas. Também pagou tributo à ingratitude. Abandonou as obras em 1886.

em frente do Farol.

A situação era alarmante. Tornava-se necessário agitar a opinião pública e alertar o Governo dos prejuízos que um tal estado de coisas causava à economia nacional.

A imprensa fez-se eco desse clamor.

Em 1927, a Junta presidida por Homem Cristo contratou o Eng.º João Henriques Von Hafe para resolver o problema do passe da barra.

Era uma situação que pedia remédio urgente.

Depois de demoradas experiências e observações contínuas, levadas a cabo com mais ou menos êxito, Von Hafe elaborou o projecto do porto exterior, que se reduzia, fundamental-

mente, ao prolongamento do molhe norte pelo mar dentro na extensão de 700 metros e de um dique deltoide de concentração de correntes. Este dique ficaria, como ficou, em frente do Forte.

Depois de o projecto ter sido presente ao Governo, surgiu um opúsculo de um leigo, impugnando o plano do Eng.º Von Hafe. O Governo, cauteloso, deliberou ouvir engenheiros ingleses experimentados na construção de portos, a fim de darem o seu parecer.

O autor do opúsculo chegou a afirmar, com convicção, que o dique regulador das correntes, quando construído, não duraria 24 horas! Felizmente já passaram muitos anos e o dique ainda lá se conserva. Mas todas estas interferências atrasaram a obra e contrariaram Von Hafe.

A Missão Inglesa introduziu determinadas modificações no projecto Von Hafe, como a amputação de 250 m. no molhe norte, mas algumas delas foram postas de parte no decorrer da obra.

Em 1930, o projecto, com ligeiras altera-

ções, foi aprovado em Conselho de Ministros. A adjudicação das obras fez-se em 1931. Os trabalhos do molhe norte e do dique regulador das correntes, uma vinda do canal de Ovar outra do canal de Mira, iniciaram-se em Março de 1932 e prolongaram-se até 1936.

O fiscal das obras, por parte do Estado, era o distinto Eng.º Duarte Abecassis.

Em 16 de Outubro de 1932, veio a Aveiro inaugurar, simbolicamente, as obras do porto exterior, o sr. Presidente da República, ao tempo General Oscar Carmona.

Depois desta data, o volume de água salgada entrada aumentou bastante. A indústria salineira experimentou novo surto; a pesca da Ria desenvolveu-se; a frota bacalhoeira viu subir o contingente de algumas unidades.

Estava vencida a segunda batalha.

## VII —

Para completar a obra do porto exterior, para manter o «buraco» aberto, no dizer pitoresco de um dos engenheiros da Missão Inglesa, faltava um dispositivo que impedisse a invasão

Vista aérea da Barra com os molhes Norte e Sul (cedida pelo «Correio do Vouga».)



das areias, isto é, um dispositivo que afastasse a entrada da barra da zona de instabilidade que lhe causava o movimento das areias arrastadas pelas correntes marítimas, transferindo-a para fundos onde aquelas correntes não se fizessem sentir.

Para director-geral dos Serviços Hidráulicos do Ministério das Obras Públicas, foi nomeado nessa altura, o Eng.º Duarte Abecassis, que fiscalizara, por parte do Estado, a obra do molhe norte e conhecia perfeitamente o comportamento da barra. Além disso, era ao director-geral que incumbia, coadjuvado pelo Eng.º Viriato Canas e outros técnicos, dar parecer sobre o projecto definitivo das obras exteriores do porto, a fim de se resolver o problema do assoreamento da barra. Duarte Abecassis propôs então a construção de um novo molhe, de 700 m. de extensão sobre o mar, enraizado a sul do Farol, afastado cerca de 300 m. do molhe norte que devia ser prolongado como previra Von Hafe, até 700 metros. Foi assim posto de parte o corte de 250 m, aconselhado pela Missão Inglesa. Presentemente, depois do estudo feito no Laboratório de Engenharia Civil, em modelo reduzido, não sabemos

se terá de ser ainda mais aumentado o comprimento do molhe norte. O projecto do Eng.º Duarte Abecassis foi aprovado e as obras do molhe sul iniciaram-se em 1 de Junho de 1953 e terminaram em 1958.

Estava ganha a última batalha contra a Natureza.

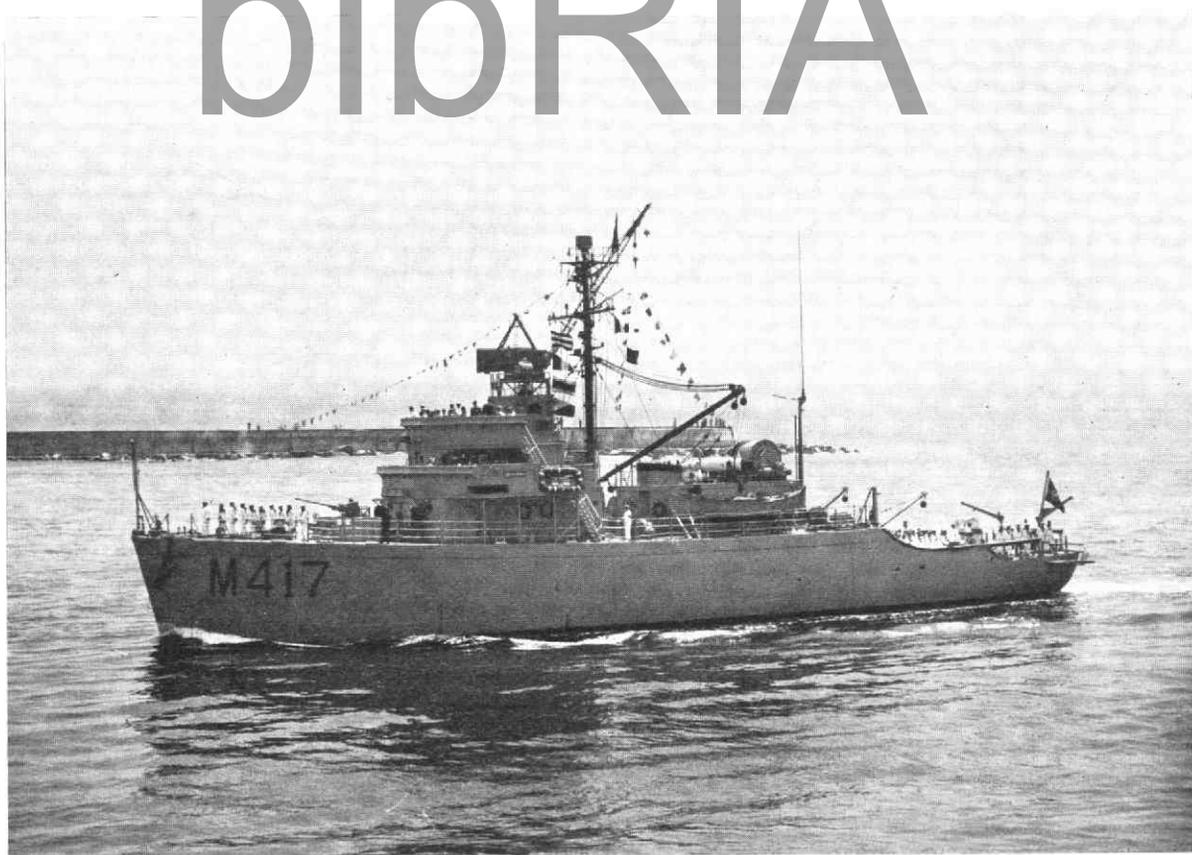
Nesta data calculou-se que a quantidade de água salgada entrada na laguna na preia-mar era de cerca de 88 milhões de metros cúbicos, e nas quebradas à roda de 31 milhões.

Ao fim de século e meio tinha-se encontrado a solução definitiva do problema do porto de Aveiro.

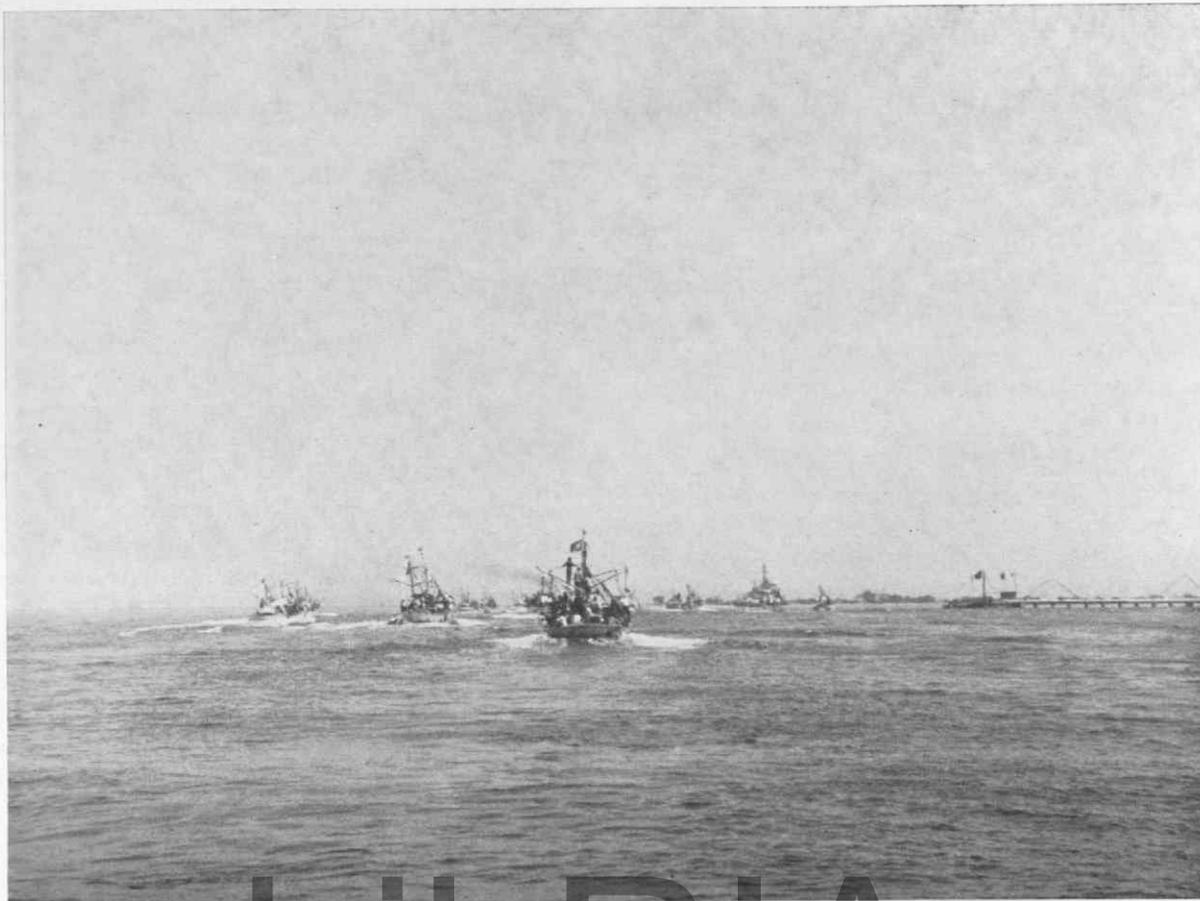
Anote-se que já em 1855, o Eng.º Inglês John Rennie, tinha proposto a construção de dois diques, um a norte e outro a sul da entrada da barra, mas esta sugestão não foi concretizada por motivos que desconhecemos.

As obras do porto exterior deram óptimos resultados. Todavia, é preciso não esquecer a advertência do Eng.º Abecassis — a *necessidade de dragagens*.

Temos a impressão de que se tem descurado este aspecto fundamental — dragagens — tão necessárias a portos da natureza do nosso.



O draga-minas «Graciosa» entrando a barra de Aveiro, em Julho de 1959, transportando a bordo Sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Tomás



Cortejo fluvial que acompanhou os navios da nossa Armada, em Julho de 1959, quando da visita a Aveiro de Sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Tomás. Entrada na barra.

Umás vezes porque desviam a draga Arantes e Oliveira para outros portos, outras vezes porque a frota das dragas está velha, o certo é que o porto de Aveiro está muito carecido de limpeza de fundos.

Devemos frisar que, antes da construção do molhe enraizado a sul do Farol, em 1951, ainda o molhe norte não tinha os 700 metros de comprimento, a barra já dava franco acesso aos maiores bacalhoeiros atestados de peixe.

O movimento de navios dos últimos 5 anos foi o que se segue:

MOVIMENTO DE NAVIOS ENTRADOS  
NO PORTO DE 1961 A 1965

Anos	Número de navios	Tonelagem
1961	153	107.331
1962	165	101.895
1963	161	107.534
1964	194	144.936
1965	154	112.623

Em 1959, aproveitando as festas do milénário de Aveiro e bicentenário da elevação a cidade, o sr. Presidente da República, Almirante

Américo Tomás, procedeu à inauguração oficial das obras do porto exterior, do porto de pesca costeira e respectiva lota, e de um padrão nas proximidades da meia-laranja, no molhe central. Esteve presente neste acontecimento o sr. Ministro das Comunicações, Eng.º Carlos Ribeiro, natural do Distrito.

Sua Excelência o Presidente da República entrou a barra a bordo do draga-minas «Graciosa» escoltado pelos navios da nossa Armada «Santo Antão», «S. Nicolau», «Santa Luzia» e pelo submarino «Narval».

As obras inauguradas naquele ano, em 5 de Julho, importaram, segundo declarou o sr. Ministro das Comunicações, em 120 mil contos.

Pela sua grandeza e concepção as obras portuárias de Aveiro honram a engenharia portuguesa e marcam uma época de ressurgimento de uma região das mais prometedoras do País.

No padrão, com a forma de pirâmide triangular e construído de granito polido, estão inscritas as seguintes legendas:

«Estando as águas da Ria represadas durante cerca de um século, por motivo de insuficiência da Barra, foi construído, de 1802 a 1808, sob a regência do Príncipe D. João, o molhe central que abriu definitivamente a comunicação com o mar, saneou a região e restabeleceu a navegação».

Noutra face da pirâmide, lê-se:

«Em 16 de Outubro de 1932, o Presidente da República, general António Oscar de Fragoso Carmona, lançou solenemente a primeira pedra para a construção das obras de melhoramentos da Barra».

Na terceira face lê-se:

«Aos 5 dias do mês de Julho de 1959, durante as comemorações do milénário de Aveiro, o Presidente da República, Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, descerrou este padrão comemorativo das obras exteriores do porto».

A poente deste padrão e a poucos metros de distância, foi construída a «Casa dos Pilotos», com a respectiva torre para perfeita observação da entrada da barra, a inaugurar no corrente mês (5). É mais um serviço prestado ao nosso porto pelo Comandante Agostinho Simões Lopes, que muito se esforçou por levar por diante a construção deste edifício tão necessário à navegação que demanda a barra de Aveiro.

Segundo a autorizada opinião do Sr. Eng.º Coutinho de Lima, que durante vinte anos acompanhou as obras do porto de que foi abalizado director e a quem Aveiro deve inesti-

máveis serviços que seria ingratidão esquecer, as obras realizadas desde 1802 a 1958, obedeceram a quatro concepções distintas, levadas a efeito por quatro notáveis engenheiros: Luís Gomes de Carvalho (1802-1823); Silvério Augusto Pereira da Silva (1858-1886); João Henriques Von Hafe (1927-1930); e Duarte Abecassis, na qualidade de director-geral dos Serviços Hidráulicos do Ministério das Obras Públicas.

As quatro concepções originárias de técnicos diferentes e em diferentes épocas, tiveram o grande mérito de concorrer para a solução definitiva do problema portuário de Aveiro. Qualquer delas, isoladamente, era inoperante; qualquer delas, sem o concurso das três restantes, era necessária mas não suficiente. Juntas, completaram-se. Dir-se-ia a barra um cofre de segredo que só abriria com quatro chaves. Cada um dos engenheiros citados concebeu e forjou a sua.

Não destruíram o que era essencial na obra dos seus predecessores, antes, todos eles, embora a muitos anos de distância uns dos outros, continuaram os estudos iniciados em 1802, apurando observações, repetindo experiências, registando o comportamento da barra, orientando-se, em suma, pela mesma estrela.

Houve espírito de continuidade que, neste caso concreto, foi garantia do êxito.

### VIII —

O porto exterior foi um meio e não um fim. É certo que a abertura da barra favoreceu a



Casa dos Pilotos

indústria da pesca na ria e incrementou a indústria salineira, mas o objectivo principal era e é o porto interior, o seu complemento lógico. Através deste é que se fará o crescimento económico da região.

O porto interior, ainda por completar, abrange as seguintes zonas de exploração e expansão :

a) *O porto bacalhoeiro*, situado na Gafanha, concelho de Ilhavo, está equipado com pequenas pontes-cais, uma báscula, instalações de secagem, armazéns, escritórios e instalações de frio. A rua do cais foi pavimentada a cubos de granito e toda a zona do porto devidamente electrificada. Está projectada uma bacia de hibernação que se prolonga até à E. N. 109-7.

b) *O porto de pesca costeira e de arrasto*, localizado nas Pirâmides, junto da cidade, concelho de Aveiro, dispõe de uma lota coberta, cais de descarga de peixe, armazéns públicos e particulares, instalações frigoríficas, água canalizada, luz eléctrica, estendal de redes, caldeiras de encasque, instalações para o pessoal da Capitania, da Guarda Fiscal e da Junta Autónoma e, nas proximidades, um edifício destinado às instalações sociais — «Casa dos Pescadores», festivamente inaugurada no dia 17 de Novembro do corrente ano, com a assistência dos Srs. Ministros da Marinha e das Corporações e Previdência Social.

Muito antes de construída a lota e o cais acostável, eram as Pirâmides o local livremente escolhido pelos mestres das traineiras para venda do peixe. Às vezes eram tantas as embarcações que estas estendiam-se ao longo do cais do canal central até ao Rossio! Com a mareta, as traineiras arrombavam o muro do cais que a Junta acabava por mandar reparar. Ninguém, oficialmente, lhes marcou sítio. As traineiras afluíram ali espontaneamente para transaccionarem o pescado junto do aglomerado urbano. Por isso não percebemos por que se condena agora a situação do porto de pesca costeira, argumentando-se que está distante da barra. E quando as traineiras, livremente, vinham às Pirâmides?

Ora, às traineiras e aos arrastões que pescam nas imediações da costa de Aveiro fica-lhes mais perto entrar no nosso porto do que ir a Matosinhos ou à Figueira. Ou não será assim?

A lota foi inaugurada em 1959 e só passados seis anos é que descobriram que ficava longe da barra!

De 1960 a 1964, a média do rendimento da pesca costeira foi da ordem dos 25.600 contos; em 1965 baixou para 16.670, e foi então que se verificou que a lota estava nos confins do mundo!

É certo que a camionagem resolve tudo, mesmo que a lota ficasse no Forte; mas temos sérias dúvidas sobre se o transporte por terra será mais económico do que o transporte fluvial. Há ainda que contar com o transporte do pessoal da Capitania, da Guarda Fiscal e da Junta.

O que acontece, por vezes, é num dia haver muita abundância de peixe e, no dia imediato, o mercado estar saturado e não haver compradores para o peixe que afluí à lota. O reduzido número de fábricas de conserva em Aveiro, apenas três, também concorre para esta situação. Outras vezes, a sardinha desvia-se para o Norte ou para o Sul e deixa de aparecer na costa de Aveiro sem dizer quando regressará...

Comprendemos até certo ponto, que os mestres das traineiras que não são de Aveiro preferiram as suas terras onde têm casa e família; mas não aceitamos o argumento da distância. O que há, e todos sabem, é uma propaganda surda contra o porto.

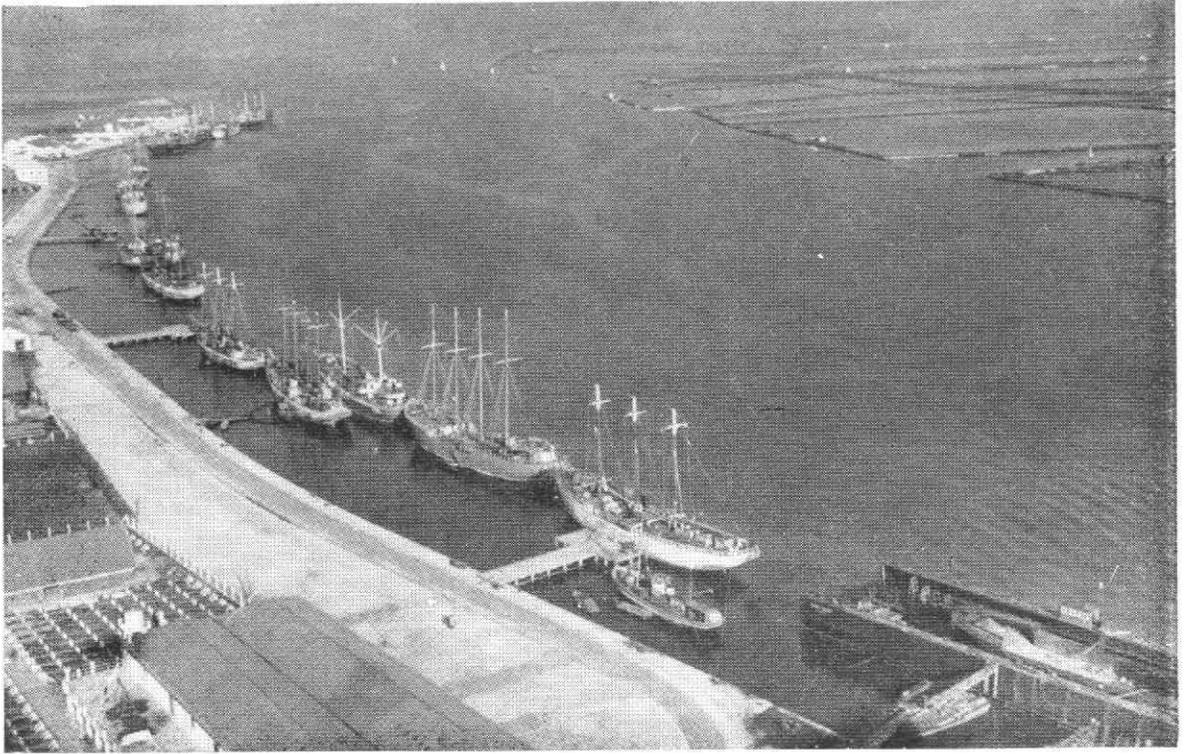
c) *O porto industrial*, situado na Mó do Meio, concelho de Ilhavo, quase defronte de S. Jacinto, possui reservatórios metálicos para petróleo da «Sacor», um terminal para a exportação de vinho a granel e um armazém particular, destinado à exportação de aguarrás.

Prevê-se que o porto industrial tome grande desenvolvimento no futuro.

d) *O porto comercial*, localizado na margem esquerda da Cale da Vila, concelho de Aveiro, na antiga estrada Aveiro-Barra, um pouco antes da velha ponte de madeira da Gafanha, demolida em 1961, compreende um cais acostável, em vias de acabamento, com a extensão, por enquanto, de 240 metros, com fundos de—8,00 m e terraplenos, que abrangerão uma área de cerca de 12 900 m<sup>2</sup>. O cais disporá de cabeços de amarração, escadas metálicas, argolas, arganéis e uma galeria no sentido longitudinal, destinada à instalação de cabos eléctricos e de condutas de abastecimento dos navios atracados.

As diferentes secções do porto não interferem entre si. Duas ficam no concelho de Ilhavo e duas no concelho de Aveiro.

Há ainda a considerar mais de uma centena de pequenos portos ao longo dos 50 Km



Vista aérea do porto bacalhoeiro (cedida pelo Jornal Correio do Vouga).

de comprimento por 9 na máxima largura da Ria onde se faz um tráfego de certa importância. Estes portos compreendem: cais rudimentares, ancoradouros, ribeiras, malhadas, motas e folsas. O valor anual deste comércio foi avaliado, em 1934, em mais de 31.000 contos; a tonelagem, segundo o inquérito levado a efeito naquele ano pelo Sr. Eng.º Coutinho de Lima, então Director do porto, não era inferior a 950.000 T.

O transporte das mercadorias, na laguna, é feito por meio de barcos de vários tipos.

Na capitania do porto estavam registados, em 1965: 600 moliceiros; 120 saleiros; 1 500 bateiras e 1 199 caçadeiras.

Nas mercadorias transportadas figuram o sal, o junco, a bajunça, o moliço, o torrão, materiais de construção, adubos, produtos industriais e hortícolas. Além das mercadorias mencionadas há a acrescentar o transporte de passageiros (820.000 em 1957) e de animais vivos (6.000).

As variadas embarcações, desde o moliceiro à caçadeira, a mais pequena embarcação que sulca as águas da Ria, mantêm ligadas entre si as diversas povoações confinantes com as margens da laguna, desde Ovar a Mira, e servem assim uma população computada em 176.557 indivíduos.

Esta população ribeirinha está repartida por sete concelhos marginais como consta do seguinte quadro:

POPULAÇÃO E ÁREAS DOS CONCELHOS CONFINANTES COM A RIA NOS ANOS DE 1930 E 1960

Concelhos	Área (Km <sup>2</sup> )	População em 1930	População em 1960
Aveiro	208	31.300	46.544
Estarreja	125	22.100	24.998
Ílhavo	68	16.300	24.734
Mira	122	9.600	13.171
Murtosa	54	13.100	12.152
Ovar	161	29.300	35.106
Vagos	172	13.900	19.852
	910	135.600	176.557

Além das funções especiais assinaladas para as diversas secções do porto, há ainda a mencionar as condições naturais da laguna que podem dar amplo refúgio e seguro abrigo à navegação.

Com uma área vastíssima, uma vez que existam fundos convenientes, a Ria pode receber milhares de navios.

Por isso, largas são as perspectivas que se abrem ao porto de Aveiro.

**IX —**

*Porto bacalhoeiro* — A partir de 1951, como já referimos, a barra oferecia franco acesso à

laguna, de modo que os maiores navios bacalhoeiros, mesmo atestados de peixe, passaram a entrar livremente. Em virtude desta melhoria, a pesca longínqua desenvolveu-se e as empresas armadoras aumentaram o número de unidades. Em 1936, o número de bacalhoeiros registados no nosso porto era de 15, com 4.915 toneladas; em 1951, o total de barcos passou para 21 com uma tonelagem bruta de 12.281,15 e líquida de 7.802,00. O bacalhau pescado em 1932 atingiu o peso de 1.420 T e o valor de 2.860 contos; em 1951 subiu para 14.805 T com o valor monetário de 59.221 contos; no ano findo, a tonelagem atingiu 26 356 com o valor de 105.424.000\$00. A realidade do porto de Aveiro aqui fica expressa nestes números como desmentido formal às críticas negativas.

O movimento expansivo da pesca longínqua é notável. Os dados estatísticos confirmam esta ascensão.

Nos últimos dez anos, os índices comparativos vão indicados no seguinte quadro:

MAPA COMPARATIVO DA TONELAGEM DE BACALHAU PESCADO E SEU VALOR MONETARIO

Anos	Tonelagem	Valor do bacalhau
1956	23.944	95.777.000\$00
1957	23.890	95.560.000\$00
1958	19.833	79.332.000\$00
1959	17.191	68.707.000\$00
1960	21.557	86.228.000\$00
1961	22.157	88.628.000\$00
1962	23.066	92.264.000\$00
1963	25.961	103.844.000\$00
1964	22.060	88.240.000\$00
1965	26.356	105.424.000\$00

O valor monetário do bacalhau foi calculado na base de 4\$00 por Kg., importância cobrada pela Alfândega para efeitos de despacho.

Em 1966 estavam registados na Capitania do porto de Aveiro 33 navios de pesca do bacalhau, número que, presentemente, coloca Aveiro como 1.º porto de pesca longínqua do País.

O número de navios bacalhoeiros registados na Capitania do porto de Aveiro de 1961 a 1966, foi o seguinte:

Anos	Número de navios de bacalhau
1961	27
1962	26
1963	27
1964	25
1965	26
1966	33

Além destes navios há dois barcos que utilizam Aveiro como porto de armamento, embora tenham registo em Lisboa.

A indústria bacalhoeira, cuja importância cresce de ano para ano, é a principal fonte de riqueza da região. Valorizar esta riqueza é fazer política de realidades.

As unidades bacalhoeiras passaram a ser construídas de ferro e as acomodações para os tripulantes têm experimentado sensíveis progressos.

No quadro seguinte inserimos a relação nominal dos navios, em 1966, e as respectivas empresas.



Lota com traineiras  
(cedida pelo Jornal Litoral)

RELAÇÃO NOMINAL DOS NAVIOS BACALHOEIROS REGISTRADOS EM AVEIRO E DAS RESPECTIVAS EMPRESAS, EM 1966

NAVIOS	EMPRESAS
Arrastão Santa Joana	Empresa de Pesca de Aveiro
» Santa Princesa	» » » » »
» Santa Isabel	» » » » »
» Santa Cristina	» » » » »
» Santo André	» » » » »
» São Gonçálio	» » » » »
» Alfusqueiro	» » » » »
» Santa Mafalda (a)	» » » » »
» Maria Teixeira Vilarinho	» José Maria Vilarinho, L.da
Navio-motor Cap. José Vilarinho	» » » » »
Lugre-motor Adélia Maria	» » » » »
Navio-motor Cap. João Vilarinho	» João Maria Vilarinho, Suers.
» Conceição Vilarinho	» » » » »
Arrastão Cidade de Aveiro	» » » » »
» João Ferreira	» » » » »
Navio-motor Rio Antuã	Indústria Aveirense de Pesca, L.da
Lugre-motor Luisa Ribau	Soc. Gafanhense, L.da
Navio-motor Novos Mares	» » » » »
» São Jorge	Testa & Cunhas, L.da
» Inácio Cunha (b)	» » » » »
» Avé Maria	» » » » »
Arrastão António Pascoal	Empresa de Pesca Lavadores, L.da
Navio-motor Rainha Santa	Pascoal & Filhos, L.da
Lugre D. Dinis (c)	» » » » »
Navio-motor Vaz	» » » » »
Lugre-motor Brites (d)	Brites, Vaz & Irmão, L.da
Navio-motor Coimbra	» » » » »
» S. Jacinto	Empresa de Pesca S. Jacinto, Suers.
» Ilhavense	» » » » »
» Celeste Maria	» » » » »
» Vila do Conde	» » » » »
Lugre-motor Santa Maria Manuela	Tavares, Mascarenhas, Neves & Vaz L.da
Arrastão Águas Santas	Empresa José Ribau
	Armadores de Pesca do Bacalhau Reunidos (Vicomar)

- a) Afundou-se em 1966, à entrada da barra do Tejo.  
 b) Incendiou-se nos mares da Terra Nova, em Agosto de 1966.  
 c) Afundou-se nos mares da Terra Nova, em Agosto de 1966.  
 d) Afundou-se em 1966.

NOTA — Estão em construção dois arrastões bacalhoeiros em substituição do «Santa Mafalda» da Empresa de Pesca de Aveiro, e do «Lutador» da Empresa de Pesca Lavadores, L.da, que naufragou em 1965.

X —

*Porto de pesca costeira e de arrasto.* Nem sòmente a pesca do bacalhau conta na economia da região aveirense. Há a considerar a pesca da sardinha, a pesca do alto e a pesca da Ria.

O número de traineiras matriculadas na Capitania do porto de Aveiro, num decénio (1956 a 1965), foi o seguinte:

Anos	Número de traineiras
1956	8
1957	8
1958	12
1959	17
1960	21
1961	25
1962	26
1963	24
1964	22
1965	20

Se as perspectivas do porto bacalhoeiro são magníficas, as do porto de pesca costeira e de arrasto procuram valorizar-se.

Os elementos estatísticos referentes aos últimos cinco anos, constam do seguinte quadro:

PESCA DAS TRAINERAS

Anos	Tonelagem	Rendimento do pescado
1961	10.105,261	27.851.490\$00
1962	9.214,834	21.366.352\$00
1963	10.159,518	27.162.235\$00
1964	9.528,276	25.590.096\$00
1965	6.425,498	16.670.676\$00

Como o rendimento baixou no ano findo, os inimigos de Aveiro aproveitaram o ensejo para desacreditar o porto. E, o mais curioso, é que nessa campanha colaboram pessoas que

são as menos indicadas para o fazer. Há atitudes que estão para além do nosso entendimento.

Quanto à pesca costeira de arrasto, há a considerar que o porto de Aveiro comanda uma zona marítima rica em espécies piscosas muito apreciadas e vendáveis. É comum assistir na lota à venda de toneladas de robalos, geralmente adquiridos com destino à Itália, uma vez pescados por arrastões, outras por simples bateiras motorizadas pertencentes aos próprios pescadores que as tripulam. Estas pequenas e frágeis embarcações, que pescam junto à costa e não se afastam muito da barra, chegam a fazer vendas de mais de uma dezena de contos. Todavia, como é preciso diminuir tudo o que se passa de bom nesta terra, há quem ande a carpir que os pescadores morrem de fome! Nunca o pescador de Aveiro viveu tão bem como agora, não só porque a pesca tem sido favorável, mas também porque a «Casa dos Pescadores» vela por eles.

O rendimento da pesca de arrasto nos últimos cinco anos, processou-se da seguinte forma :

MAPA DA TONELAGEM E DO RENDIMENTO DA PESCA DE ARRASTO

Anos	Tonelagem	Rendimento do pescado
1961	305,282	1.443.053\$00
1962	719,000	3.042.925\$00
1963	803,619	4.121.995\$00
1964	1.153,919	5.162.217\$00
1965	422,603	2.681.100\$00 (a)

(a) Nos primeiros 10 meses de 1966 o valor do pescado já tinha atingido a cifra de 4.344.636\$00

No ano findo, como aconteceu com a sardinha, o rendimento do arrasto diminuiu.

Este tipo de pesca iniciou-se entre nós em 1959, com os primeiros arrastões registados na Capitania. Antes daquela data, era esporádica a vinda destes barcos ao nosso porto. Havia, é certo, empresas armadoras em Aveiro, mas os arrastões trabalhavam noutros portos.

Em 1960 estavam registados	8 arrastões
» 1961	» » 11 »
» 1962	» » 11 »
» 1963	» » 11 »
» 1964	» » 12 »
» 1965	» » 13 »
» 1966	» » 13 »

Também tem sido precária a colaboração das empresas armadoras do arrasto na valorização do nosso porto.

Dá-se neste tipo de pesca um ciclo vicioso muito *swi generis*: como os arrastões não vêm à lota regularmente, os compradores do peixe do alto também nem sempre aparecem na incerteza de haver peixe; quando os barcos arrastões atracam à lota com carregamento para venda, não estão os compradores. Isto é, quando há peixe do alto não há compradores; quando aparecem compradores, não há peixe à venda.

Este desencontro é uma consequência da irregularidade da vinda dos arrastões à lota, situação que a autoridade competente ainda não conseguiu normalizar.

No quadro seguinte insere-se uma relação nominal dos arrastões e das respectivas empresas, em 1966.

FROTA DE ARRASTÕES DE AVEIRO E RESPECTIVAS EMPRESAS, EM 1966

Arrastões	Empresas
Atrevido	Pescarias Beira-Litoral
Figueira	» »
Ria de Aveiro	» »
Beira Litoral	» »
Ria-Mar (a)	» »
Beira-Ria (b)	» »
Rio N. do Príncipe	Pescarias Rio Novo do Príncipe
Rio Dão	Sardos & Mónica, L.da
Rio Caima	Empresa de Pesca de Aveiro, L.da
Rio Cértima	» » » » » »
Rio Marnel	» » » » » »
Mar Ártico	Soc. de Pesca Mar Ártico, L.da
Dulcinha	Pascoal & Filho, L.da
Beirão	Un. de Pescarias Central da Gafanha
Zénite (c)	Soc. de Pesca de Arr. de Aveiro, L.da
Sá da Bandeira	Empresa de Pesca Sá da Bandeira

(a) Naufragou em 1966.

(b) Inscrito em Lisboa mas trabalhando em Aveiro c/ autorização.

(c) Aguarda oportunidade para ser abatido.

Nos últimos cinco anos a pesca da Ria teve o seguinte movimento:

MAPA COMPARATIVO DA TONELAGEM E RENDIMENTO DA PESCA NA LAGUNA DE 1961 A 1965

Anos	Tonelagem	Rendimento do pescado
1961	616 T	3.208.397\$00
1962	688 T	3.091.056\$00
1963	673 T	3.663.552\$00
1964	821 T	4.187.075\$00
1965	886 T	5.005.576\$00

A pesca da xávega, arte piscatória que tende a desaparecer, não pesa muito no cômputo total.

Há ainda a ter em linha de conta as receitas provenientes do imposto *ad valorem* sobre o pescado, excepto o bacalhau, imposto que tem contribuído substancialmente para os cofres camarários com verbas nunca sonhadas.

Estas receitas têm permitido ao Município realizar obras de interesse colectivo em todo o concelho.

Em 1943 a Câmara arrecadou do imposto *ad valorem* o quantitativo de 27.807\$00; dez anos depois, recebeu 99.702\$00; em 1965 o rendimento baixou, mas mesmo assim auferiu através deste imposto a verba de 611.142\$00.

deste trabalho, explica a reserva de um sector da laguna destinado à movimentação de produtos industriais e a atender às necessidades das zonas de produção que o porto serve.

Um índice significativo deste desenvolvimento está no aumento contínuo do tráfego que passou de 7.000 toneladas, números redondos, em 1966, para 83.200 em 1965 (<sup>6</sup>); e no número de navios entrados, que passou de 101 em 1956 para 154 em 1965.

Estes e outros dados estatísticos a que nos temos agarrado, ajudam-nos a compreender e a interpretar o fenómeno do crescimento económico regional. Os factos e a simples observação quotidiana demonstram que o desenvolvi-



Vista aérea do porto industrial (Sacor) (gravura cedida pelo Jornal Litoral).

Em cinco anos, as verbas arrecadadas pela Câmara foram as seguintes:

Anos	Receitas
1961	894.186\$00
1962	750.033\$00
1963	957.753\$00
1964	941.965\$00
1965	611.142\$00

A diminuição da receita em 1965 está em relação com a descida do valor da pesca.

## XI —

*Porto industrial.* O desenvolvimento industrial do Distrito, posto em relevo no começo

mento do porto processa-se de um modo positivo, que se reflecte na estrutura económica da região aveirense. Basta atentar no que se passa na cidade. Há mais movimento, mais vida, mais riqueza, mais ocupações, melhor retribuição do trabalho, melhores salários, mais automóveis, mais prédios bons, melhor nível de vida.

Revertendo ao porto industrial, situado na Mó do Meio, já conta com reservatórios metálicos, construídos em 1957, com a capacidade para 22.000 m<sup>3</sup> de combustíveis líquidos.

A expensas da Junta construíram-se cubas de cimento, um armazém e um terminal, embora provisório, para a exportação de vinho a granel. O primeiro carregamento de vinho da Bairrada,

destinado a Angola, faz-se pelo vapor «Leneo», em 1965.

Um pouco mais tarde, a firma União de Indústrias de Produtos Resinosos construiu um armazém para exportação de aguarrás. O primeiro carregamento deste produto industrial foi feito no vapor «Lindesingel», em 1965, com destino a Antuérpia.

Aquela firma prevê que possa carregar 300 toneladas por hora com as presentes instalações.

Em 30 de Janeiro do ano passado, entrou no nosso porto o vapor «Ophélie» de 2 200 toneladas, 79 metros de comprimento e um calado de 19 pés (cerca de 5,80 metros). Trouxe adubos químicos e saiu em lastro. Pouco tempo depois, demandou a barra o maior navio mercante entrado há mais de um século na laguna, o «Almenara» de 2 663 toneladas, 90 metros de comprimento e 19 pés de calado. Saiu também em lastro.

Não se compreende bem que os nossos industriais deixem de aproveitar as viagens de retorno destes barcos, sempre mais em conta. Parece dever atribuir-se esta abstenção a uma deficiência da iniciativa particular do nosso meio.

Há necessidade de sair da rotina, de fazer propaganda, de incitar as diversas actividades económicas do Distrito a exportar os seus produtos pelo porto de Aveiro. Só a Celulose está nesse caminho.

Sabemos perfeitamente que o porto será tanto mais procurado quanto melhores forem as suas instalações, o seu equipamento, a capacidade de tráfego, a rapidez e facilidade de carga e descarga, o volume das mercadorias a importar e a exportar. Mas todos devem compreender que um porto não se faz de um dia para o outro. Estamos no início da exploração de um elemento de riqueza que não está completamente estruturado e, por isso, apresenta muitas deficiências. Além disso, o porto não tem história, nem tradições, e até nem é bem conhecido do movimento marítimo internacional.

Basta dizer que a carta de fundos da barra-canal em poder do Almirantado Britânico, está francamente desactualizada. A navegação marítima, na generalidade, desconhece as facilidades com que se faz o acesso à laguna de Aveiro.

A instâncias do actual capitão do porto, Comandante Agostinho Simões Lopes, que tem

prestado altíssimos serviços à Junta Autónoma e à cidade, o Ministério da Marinha enviou alguns técnicos para procederem ao levantamento da carta de fundos da entrada da barra (7).

## XII —

*Porto comercial.* Munida com os esplêndidos resultados das obras do porto exterior, ponto de partida para a montagem de todas as secções do porto interior, a Junta Autónoma, com a aprovação do Governo, enfrentou a construção do porto comercial cuja inauguração se prevê para 1967.

O cais acostável, em adiantado estado de construção, compreende, na primeira fase, 240 metros de extensão e dará espaço para nele acostarem dois barcos de noventa metros de comprimento. Os fundos irão a — 8,00 m.

Dada a falta de equipamento do cais, o movimento de mercadorias tem-se realizado, com carácter provisório, na zona do porto bacalhoeiro.

Apesar das deficiências apontadas e que a Junta procura obviar — não lhe cabe culpa alguma na demora —, mesmo assim, o movimento do porto processa-se progressivamente, embora em ritmo lento. No último decénio o movimento foi o seguinte:

TONELAGEM E VALOR DAS MERCADORIAS DE 1956 A 1965

Anos	Tonelagem	Valor das mercadorias
1956	6.932,732	15.039.810\$00
1957	9.134.463	14.595.380\$00
1958	26.791,893	87.475.094\$00
1959	46.778,896	99.091.489\$00
1960	51.150,034	103.749.614\$00
1961	58.180,657	125.238.423\$00
1962	63.935,066	115.867.066\$00
1963	71.830,856	149.520.567\$00
1964	96.630,333	169.897.371\$00
1965	83.157,454	156.355.838\$00

Nas mercadorias importadas em 1965, predominaram: chapa e artigos de ferro, gesso cru, bacalhau e derivados, gásóleo, petróleo, atum congelado e diversos. O valor das importações ascendeu a 75.722.259\$00.

A exportação, no mesmo ano, abrangeu apetrechos náuticos, madeiras, óleo de fígado de bacalhau, pasta de madeira, vinho a granel e aguarrás. O total das exportações atingiu 40.039.035\$00.

Finalmente, a cabotagem transportou cimento, gasolina pesada, sal e pasta para papel, tudo no valor de 209.380\$00.

Comparando os valores das mercadorias importadas e exportadas na área do porto de Aveiro, pequena parcela do território nacional, verifica-se um *deficit* da ordem dos 35.000 contos.

No dia 16 de Setembro findo, a fim de inaugurar carreiras regulares quinzenais entre o Funchal e Aveiro com baldeação de carga em Lisboa destinada aos Açores, demandou a nossa barra o vapor português «Gorgulho», de cabotagem, da Empresa Insulana de Navegação. Este pequeno barco com pouco mais de mil toneladas, com acomodações para doze passageiros em 2.<sup>a</sup> classe, carregou produtos cerâmicos, mobiliário metálico hospitalar e escolar, aço e vinhos da região bairradina.

A «Sociedade de Navegação Ancora», à qual o «Gorgulho» veio consignado, pretende incrementar as transacções comerciais entre Aveiro e o Arquipélago da Madeira. Do Funchal receber-se-ão grades com bananas e outros produtos; de Aveiro irão faianças, produtos cerâmicos, vinhos e objectos manufacturados.

Em qualquer caso, é mais um instrumento ao serviço da economia aveirense que poderá prestar contribuição relevante no crescimento económico da região.

### XIII —

O porto interior nunca poderá ser desligado do porto exterior, de que é complemento, nem de outros objectivos de natureza económica como a pesca longínqua, a pesca costeira e de arrasto, a pesca da Ria, o comércio de mercadorias, as indústrias regionais, as secas, os estaleiros. Há uma interdependência entre todas estas actividades.

As pescas ocupam milhares de pescadores; as secas e a lota absorvem centenas de mulheres; os escritórios das empresas dão que fazer a dezenas de empregados; os estaleiros dão trabalho a muitíssimos operários. Sem o porto, nada disto poderia existir.

Ê, ou não, uma realidade o porto de Aveiro?

Na zona central do porto interior há cinco estaleiros: dois situados na margem direita da Cale da Vila, quase defronte do cais acostável comercial, em construção; dois incrustados no porto bacalhoeiro; e um em S. Jacinto.

Os quatro primeiros dedicam-se à construção de traineiras, arrastões costeiros, pequenos atuneiros e barcos de recreio; o último, constrói navios de ferro até 3.000 toneladas.

Estas actividades, filhas da vida do porto e dele se alimentando, contribuem para o bem-estar social. No fundo, é o homem o principal factor do progresso económico e com ele há que contar.

A variedade de indústrias do Distrito e a sua pujança dão-nos seguras indicações sobre a importância presente e futura do nosso porto, fulcro da vida económica da região. Há uns bons quarenta anos, a economia de Aveiro era débil e tímida; actualmente é florescente e arrojada. Não são hipóteses, são certezas.

Já pensaram quantos navios podiam ancorar na Ria se houvesse fundos suficientes, se houvesse dragagens em extensão e profundidade?

Já pensaram no desenvolvimento que poderá atingir o porto de Aveiro no dia em que se tornar complemento do porto industrial de Leixões?

Nos quadros seguintes, referentes apenas à pesca de arrasto, de traineiras, da Ria, podemos comparar a evolução do movimento da pesca no nosso porto com a de diferentes portos afins.

## I

**MAPA ESTATÍSTICO DA PESCA DE ARRASTO E DE TRAI NEIRAS, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS NOS PORTOS DE LISBOA, MATOSINHOS, PENICHE E FIGUEIRA**

	ARRASTO COSTEIRO		TRAI NEIRAS		T O T A L	
	Quilogramas	Valor Escudos	Quilogramas	Valor Escudos	Quilogramas	Valor Escudos
<b>LISBOA</b>						
1961	4.013.455	23.868.309\$00	3.418.055	10.337.005\$00	7.431.510	34.205.314\$00
1962	(a)	(a)	4.886.965	9.757.939\$00	4.886.965	9.757.934\$00
1963	4.098.146	29.838.154\$00	4.473.460	6.627.428\$00	8.571.606	36.465.582\$00
1964	4.975.340	33.135.791\$00	4.143.880	9.943.335\$00	9.119.220	43.079.126\$00
1965	4.926.540	38.097.071\$00	5.873.275	9.676.357\$00	10.799.815	47.773.328\$00
<b>MATOSINHOS</b>						
1961	8.642.072	47.380.852\$00	96.068.761	244.534.820\$00	104.710.833	291.915.672\$00
1962	(a)	(a)	81.626.761	178.444.801\$00	81.627.761	178.444.801\$00
1963	9.627.590	53.539.535\$00	89.442.047	240.169.450\$00	99.069.637	293.708.965\$00
1964	12.021.180	66.560.167\$00	105.475.806	255.257.992\$00	117.496.986	321.818.159\$00
1965	10.247.288	67.299.065\$00	82.239.159	203.123.176\$00	92.486.447	270.422.241\$00
<b>PENICHE</b>						
1961			28.333.710	66.559.803\$00	28.333.710	66.559.803\$00
1962	Sem movimento		26.498.884	55.600.968\$00	26.498.884	55.600.968\$00
1963			17.427.905	45.236.929\$00	17.427.905	45.236.929\$00
1964			24.490.676	70.742.392\$00	24.490.676	70.742.392\$00
1965			25.096.068	60.693.455\$00	25.096.068	60.693.455\$00
<b>FIG. DA FOZ</b>						
1961	981.258	5.789.820\$00	9.389.809	25.978.566\$00	10.371.067	31.768.386\$00
1962	(a)	(a)	10.239.126	25.746.119\$00	10.239.126	25.746.119\$00
1963	1.292.821	7.065.661\$00	12.891.736	33.054.295\$00	14.185.557	40.119.956\$00
1964	1.624.194	8.384.510\$00	17.504.445	44.893.379\$00	19.128.639	53.277.889\$00
1965	1.376.311	8.499.464\$00	20.668.056	43.446.952\$00	22.044.367	51.946.416\$00

(a) Sem arrasto

## II

**MAPA ESTATÍSTICO DA PESCA DE ARRASTO, DE TRAI NEIRAS E DA RIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, NO PORTO DE AVEIRO**

AVEIRO	ARRASTO COSTEIRO		TRAI NEIRAS		PESCA LOCAL		T O T A L	
	Quilogramas	Valor Escudos	Quilogramas	Valor Escudos	Quilogramas	Valor Escudos	Quilogramas	Valor Escudos
1961	305.282	1.443.053\$00	10.105.261	27.851.490\$00	953.000	4.455.117\$00	11.363.543	33.749.660\$00
1962	719.000	3.042.925\$00	9.214.834	21.366.352\$00	1.323.000	4.897.206\$00	11.256.834	29.306.483\$00
1963	803.619	4.121.995\$00	10.159.518	27.162.235\$00	1.367.922	4.964.229\$00	12.331.059	36.248.459\$00
1964	1.153.919	5.162.217\$00	9.528.276	25.590.096\$00	1.984.121	8.605.978\$00	12.666.313	16.327.204\$00
1965	422.603	2.681.100\$00	6.425.498	16.670.676\$00	2.904.303	8.835.195\$00	9.752.404	28.186.971\$00

Somando a estes números o valor da pesca longínqua (bacalhau), os índices são mais significativos, como se verá no quadro inscrito adiante.

Os inimigos do porto de Aveiro continuarão na sua propaganda, manifestada sob vários aspectos. Não querem ver. Estão de costas voltadas para a maior riqueza da região.

A fobia é de tal ordem, que um determinado cronista, naturalmente com a inteligência em férias, não admite que o porto, com mau tempo, feche à navegação.

De resto, sabe-se que o nosso porto é modesto, não aspira a receber cargueiros-gigantes, nem trasatlânticos luxuosos. Contenta-se com navios até 3.000 toneladas. Ignora este amigo de Peniche que isso acontece em muitos portos do mundo.

A insinuação malévola de um certo cronista de que o Governo «tinha gasto nisto (nisto era o porto de Aveiro) dezenas de milhares de contos (fortes!)», desfaz-se ante os números que conseguimos alinhar neste trabalho. Ignora este cavalheiro que os investimentos que o Estado aplicou no nosso porto são reprodutivos, isto é, rendem ao Tesouro verbas que, de ano para ano, são cada vez maiores (\*).

Tomando por base a *pesca total* (arrasto, traineiras, bacalhau e pesca local) verifica-se a posição relevante do porto de Aveiro em relação a outros congéneres (\*\*).

MAPA COMPARATIVO DO VALOR, EM ESCUDOS, DA PESCA TOTAL NOS SEGUINTES PORTOS :

Portos	1961	1962	1963	1964	1965
Lisboa	130 205 314\$	117 759 939\$	148 465 582\$	149 079 126\$	131 173 328\$
Matosí.	291 915 672\$	178 444 801\$	293 708 965\$	321 818 159\$	270 422 241\$
Peniche	66 559 803\$	55 600 968\$	45 236 929\$	70 742 392\$	60 693 455\$
Figueira	41 857 382\$	38 060 711\$	66 206 596\$	77 046 411\$	73 625 048\$
Aveiro	122 377 660\$	121 570 483\$	140 099 459\$	104 567 204\$	133 610 971\$

Por meio de notícias falsas ou deturpadas, de boatos de difícil verificação e que passam de boca em boca sem sobre eles incidir o mais leve raciocínio, vai-se criando um «mercado negro da opinião pública», como o caracterizou o sr. Dr. Marcelo Caetano, prejudicial à reputação do nascente porto de Aveiro.

É assim que se gera uma atmosfera de descrédito em torno de um empreendimento.

Sem preparação, na grande maioria dos casos, para conhecer o fundamento das questões e poder distinguir o falso do verdadeiro, grande parte das pessoas fixa o que ouve ou lê e não pode, por inibição de conhecimentos, formular

um juízo seguro sobre o que se passa. E assim se forma uma opinião malfazeja. O nosso porto não está ainda completamente estruturado; apresenta falhas inerentes a toda a obra no início do seu desenvolvimento. Esta afirmação não tem o carácter de novidade. É do conhecimento de todos. Todavia, temos de continuar a desfazer a propaganda contra o porto.

Quando, em 15 de Setembro do corrente ano, naufragou no sítio do Areão, entre Vagueira e Mira, o iate «Favorita» que, dizia-se, pertencera ao rei Faruk, o jornal de maior circulação do País encimava a notícia com o seguinte título: «Encalhou à entrada da barra de Aveiro um luxuoso iate que foi propriedade do rei Faruk».

Num jornal informativo de tão grande projecção custa a desculpar um erro tão grave, que afecta o nome de um porto. Pois por estranho que pareça o mesmo periódico, no dia seguinte, repetiu o mesmo título. A insistência no erro já custa a admitir. Parece um propósito obcecado de prejudicar um porto ainda incipiente. Ora, o sítio do Areão fica seguramente a 20 quilómetros de distância da barra de Aveiro, numa zona marítima que está sob a jurisdição da Guarda Fiscal da Figueira da Foz. O erro teria sido intencional?

O jornal não se deu ao trabalho de rectificar a notícia nem pensou nos prejuízos que ela pode causar. Lançar o descrédito sobre o porto é afastar a navegação que demanda esse porto. Se se tratasse de desacreditar um Banco? Já pensaram no prejuízo que uma falsa notícia pode acarretar?

A confusão, nos nossos dias, deixou de ser um sinal de incultura para se transformar numa táctica demolidora. Por isso, convém esclarecer a opinião pública, repor a verdade dos factos. E essa tarefa cabe à entidade responsável pelo bom nome do nosso porto.

É evidente que quem lesse a notícia do naufrágio até final e soubesse um pouco de corografia de Portugal metropolitano, verificava que a Vagueira e Mira são praias muito distantes da Barra; mas como muita gente, nesta vida apressada em que nos gastamos dia a dia, só lê os títulos do noticiário, alguma coisa ficou da atoarda.

Que interesse oculto haverá em lançar o descrédito sobre o nosso porto?

É lamentável que a opinião pública seja tão mal informada e mais lamentável ainda que

não se pondere nos prejuízos que uma notícia deturpada pode causar a terceiros.

#### XIV —

Antes de terminar este insignificante trabalho, queremos prestar homenagem ao Sr. Coronel Gaspar Ferreira, que, durante mais de 30 anos, desempenhou proficientemente o cargo de presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro.

É pura justiça reconhecer que o nosso porto deve assinalados e prestimosos serviços a esta individualidade, que ocupou diversos cargos públicos do nosso meio. Como zeloso administrador da Junta, como porta-voz das aspirações e anseios de Aveiro junto dos poderes constituídos, o Sr. Coronel Gaspar Ferreira merece o reconhecimento e a gratidão de todos os aveirenses.

\*  
\* \*

As páginas que acabámos de escrever não tiveram a estulta pretensão de deslumbrar ninguém nem de trazer novas ideias ou sugestões sobre o porto de Aveiro. O nosso propósito foi o de pôr em relevo a formidável importância desta fonte de riqueza, a sua enorme potencialidade, o seu valor económico.

Limitámos o nosso modesto trabalho, com o sentido de divulgação, a historiar, embora sucintamente, a evolução das obras de construção e melhoramento da barra a partir de 1802; a relatar as diferentes fases por que passou o porto até nossos dias; a destacar a acção e a influência deste fautor do progresso sobre o crescimento económico da região; finalmente, a alinhar índices significativos, mapas estatísticos, isto é, a escrever a história do porto de Aveiro em números expressivos. Nada se afirmou sem corroboração das estatísticas.

O seu progresso não oferece dúvidas. As suas actividades específicas intensificam-se de ano para ano; as relações comerciais vão progredindo gradualmente na mira de levar até onde for possível os produtos desta região fortemente industrializada, os seus vinhos, os seus artefactos, tudo enfim quanto possa obter colocação noutros mercados.

Como se viu no decorrer do texto que aqui fica arquivado, trata-se de uma história de século e meio de existência que se encontra muito dispersa por jornais, revistas, opúsculos, preâmbulos de leis e decretos governamentais,

pareceres da Câmara Corporativa, relatórios anuais dos presidentes da Junta Autónoma e dos directores do porto. É uma história de difícil sistematização, tão descompassadas e fragmentadas foram as vicissitudes que a informaram.

É muito possível que num futuro próximo ou distante o porto de Aveiro venha a experimentar profundas alterações na sua estrutura, principalmente na Mó do Meio, a fim de o aparelharem para sucedâneo da zona industrial de Leixões, quando esta estiver completamente saturada. Também se prevê que na ilha da Mó do Meio vá terminar a testa de ponte S. Jacinto —Aveiro, que daria passagem ao tráfego pesado proveniente das vilas de Ovar, Oliveira de Azeméis, Feira e S. João da Madeira, grandemente industrializadas, e destinado ao porto industrial.

Mas tudo isto são hipóteses. E como o nosso estudo foi verdadeiramente objectivo, estas hipóteses não cabem dentro do historial do nosso porto. Interessa-nos o que está feito, o que está concretizado.

Procurámos ser fiel à verdade. Estamos certo de que nunca dela nos desviámos. O reconhecimento deste propósito, por parte dos leitores, será a única recompensa a este modestíssimo trabalho.

AVEIRO, 20 de Dezembro de 1966.

#### NOTAS:

- (<sup>1</sup>) «Correio do Vouga» de 23-7-1965.
- (<sup>2</sup>) Balanço Governativo — Discurso de 27 de Abril de 1935.
- (<sup>3</sup>) **Cinco meses de governo** — Porto, 1926.
- (<sup>4</sup>) A área da cidade foi alargada, com a incorporação de parte das localidades rurais: Aradas, Quinta do Gato e São Bernardo.
- (<sup>5</sup>) O edifício foi inaugurado em 18 do corrente; está dotado de «Fonia» e equipado com «radar».
- (<sup>6</sup>) Em 13 do corrente mês de Dezembro, o número de toneladas atingiu 100.000, facto que foi festejado pelas autoridades locais.
- (<sup>7</sup>) A barra acusava 21 pés na baixa-mar, em 21-XII-966.
- (<sup>8</sup>) Há já 17 anos, isto é, em 1949, o porto de Aveiro rendia ao Estado 2 873 contos anuais. Actualmente deve andar à roda das dezenas de milhares de contos.
- (<sup>9</sup>) Os portos de Matosinhos e Peniche não possuem frota bacalhoeira.

**bibRIA**

# Albergaria-a-Velha e o seu Concelho

*Pelo Dr. Flausino Fernandes Correia*

Médico e Presidente da  
Câmara Municipal do concelho de Albergaria-a-Velha

## Albergaria dos pobres e passageiros da Rainha D. Teresa . . .

Assim começa a inscrição da lápide actualmente existente nos Paços do Concelho de Albergaria-a-Velha, mandada colocar no Hospital por Acórdão da Relação de Lisboa, de 27 de Maio de 1629. Este acórdão identifica, definitivamente, o Couto de Osselôa (hoje Assilhó), instituído por D. Teresa a Gonçalo Eriz em 1155, com a obrigação de tratar dos pobres e passageiros.

A Carta do Couto de Osselôa é considerado o primeiro documento em que Portugal figura com o título de reino e «constitui a certidão de nascimento e de batismo de Albergaria-a-Velha, como afirma o saudoso Dr. António de Pinho, crúdito autor da melhor monografia existente sobre esta Vila e o seu concelho.

Albergaria nasceu, assim, sob o signo da Caridade. O seu braço, aprovado em 27 de Março de 1961, com as suas oito rosas de ouro e a cruz das armas de D. Teresa, bem simboliza a nobreza e a generosidade com que foram recebidos os passageiros e os doentes.

O seu concelho foi criado em 1834 e era constituído por três freguesias. Hoje é constituído por oito freguesias.

Situado onde a Serra acaba e a Planície começa, o concelho de Albergaria mantém, por isso, um lugar de passagem obrigatória da Serra para o Mar. Nele se cruzam as estradas de Viseu a Aveiro e do Porto a Lisboa. É servido pelo caminho de ferro do Vale do Vouga, de Viseu a Espinho.

Por isso, dificilmente se encontra Vila com melhores vias de acesso e com mais facilidades

de deslocação dentro do Distrito e da Beira-Litoral.

A sua privilegiada situação se deve a uma modelar indústria hoteleira que aqui atrai inúmeros forasteiros durante todo o ano.

A dois passos de todas as praias do Distrito, é fácil aos habitantes de Albergaria frequentar a praia e dormir em casa. A quem preferir o panorama serrano, facilmente se desloca ao Arestal, às Talhadas, ao Caramulo, ao Bussaco.

A meio distância entre Porto e Coimbra, a deslocação a qualquer destas cidades faz-se em 50 minutos.

Esta invejável situação permite que, em dias de mercado, aqui se dirijam comerciantes de várias procedências e que a praça de Albergaria, aos sábados, seja das mais concorridas do Distrito.

A principal fonte de receita deste concelho é, ainda, a exploração agrícola, sobretudo da área florestal, que é considerável.

Mais de dois terços da superfície do concelho estão cobertos de pinheiros e eucaliptos. É considerado o concelho do país mais rico em eucaliptos.

O seu desenvolvimento industrial é notável, sobretudo no ramo metalúrgico, de celulose e de papel.

Este concelho não é rico em monumentos históricos, como aliás acontece em grande parte das terras da Beira-Litoral: sem granito, o material de construção dos seus monumentos não resiste ao tempo. É, no entanto, digna de visita a Igreja da Vila, construída em fins do século XVII, com a sua notável obra de talha.

O monte da Senhora do Socorro, a norte da sede do concelho, a antiga Pedra de Águia a

que se refere a Carta do Couto, é local de peregrinação de terras próximas e afastadas, como não há outro por esta região. Dali se disfruta um panorama deslumbrante, para a Serra e para o Mar.

O concelho de Albergaria, situado no centro do Distrito de Aveiro, banhado pela água do Caima e do Vouga, é região rica de paisagens e de fácil acesso. As poéticas margens do Vouga, desde a Foz do Rio Mau à Pateira de Frossos e campos de Angeja, são locais dos

mais pitorescos, pela variedade de paisagem, conforme as estações do ano.

Pela sua situação e pelos atractivos naturais de que é dotado, o concelho de Albergaria deverá ocupar, de futuro, um lugar de destaque na Beira-Litoral. Oxalá que os seus habitantes e os Poderes Públicos saibam aproveitar-se destes predicados para promover o progresso desta Região, que nem sempre terá sido convenientemente lembrada.



Lálide actualmente existente nos Paços do Concelho de Albergaria-a-Velha.

## Cinegética — Factor turístico da região Aveirense

Por Daniel Constant

Jornalista

Quanto mais analisamos as condições naturais de Aveiro e da sua maravilhosa região, mais nos convencemos de que isso constitui um dos maiores potenciais turísticos do País. Do ponto de vista cinegético reúne tudo quanto se possa imaginar de melhor para o exercício do salutar desporto da caça, em especial das espécies aquáticas.

Um dia de caça na Ria de Aveiro é um dia inesquecível. A paisagem singular e grandiosa, o espectáculo da imensa laguna, a abundância de caça e a deliciosa liberdade do ar livre, são um conjunto de predicados difíceis de se encontrar em qualquer outro ponto da Europa, até porque durante a época venatória a Ria adquire as suas melhores condições climáticas, principalmente

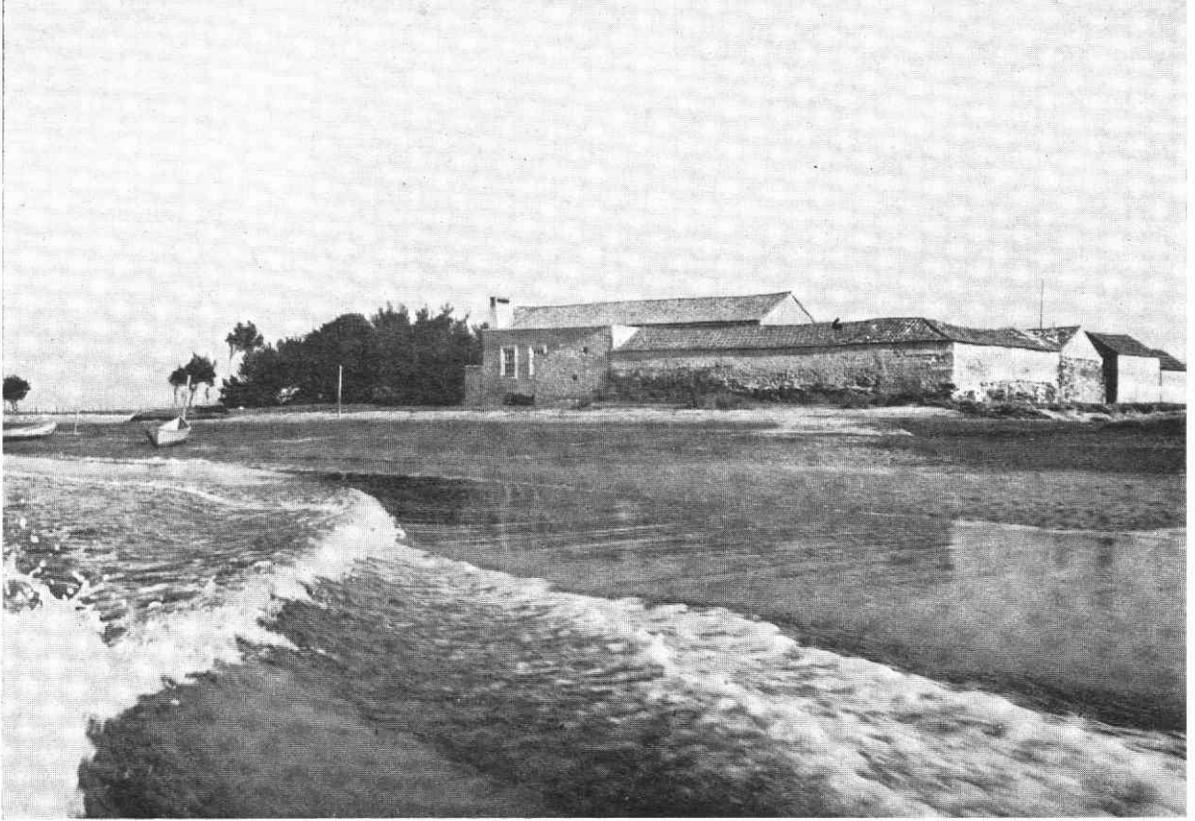
com o desaparecimento dos ventos predominantes.

Diz um nosso amigo, apaixonado da Ria e devoto de Santo Huberto, que pode ali passar-se um dia sem se ter uma peça de caça a tiro, mas basta assistir-se ao espectáculo da movimentação dos grandes bandos de lavancos, negras e alfanados, para dar esse dia por bem empregado. Concordamos com esta opinião porque toda a região lacustre, onde em plena época de caça poucos tiros se ouvem, parece, pela riqueza da sua fauna, uma imensa reserva de caça.

A par de variadíssimas espécies de patos bravos, são numerosas as garças e garçotes, os maçaricos reais, as aves de rapina, galinholas e narcejas, galispos, tarambolas, galeirões e

Uma embarcação motorizada é condição essencial para os caçadores se transportarem velozmente aos locais da Ria onde se encontra a caça





Na esteira da lancha fica a ilha de Monte Farinha, onde a caça é muito abundante

vêm-se também abetardas e cegonhas. Nos milheirais ribeirinhos é abundante a codorniz.

O «sossego» de tiros a que aludimos deve-se ao facto de ser pouco acessível o exercício da caça sobre a água ou nas numerosas ilhotas. Em terra firma isso já não se observa, e aí acorrem os caçadores, mas sem as possibilidades daqueles que possam movimentar-se através dos grandes lençóis lacustres e dos esteiros, até aos reconditos da região lagunar.

### FONTE DE ECONOMIA

A caça sobre a água, à procura dos grandes bandos, ou de espera, a coberto da vegetação marginal ou insular, requer embarcação apropriada, veloz, e outros requisitos que não são comuns. Pode dizer-se, portanto, que esse desporto, assim praticado, é quase, ainda, um privilégio de poucos, embora um desejo de muitos, quer caçadores nacionais quer estrangeiros.

Sabemos de um grupo de turistas escandinavos que o ano passado visitaram a Ria na época de caça, por acaso, para tomar conhecimento com toda a sua beleza. As excepcionais condições cinegéticas que então se lhes depararam, deixaram-nos absolutamente surpreendidos e comentaram, com razão, que isso significava uma riqueza desperdiçada.

A caça lacustre pode ser, de facto, uma fonte de economia e uma atracção de visitantes à região de Aveiro, e para dar o pontapé de saída basta apenas que um empresário, ou o próprio órgão local de turismo, lhes facultem os meios, mediante retribuição apropriada, para usufruírem o prazer da cinegética na incomensurável beleza da Ria. O filão encontra-se à vista, está descoberto, mas o que importa é saber explorá-lo com inteligência.

Com simplicidade de projecto e de materiais deveria instalar-se, numa das numerosas ilhotas da Ria, um abrigo de caçadores, com uma dezena de quartos, sala de refeições, bar, uma ponte-cais e uma pequena flotilha de embarcações motorizadas; não faltaria um grupo de guias de caça facilmente recrutados entre o povo ribeirinho, homens que conhecem a laguna e os seus tentáculos como os dedos das suas mãos.

Caçadores nacionais e estrangeiros que anseiam por caçar na Ria, mas aí não dispõem de barco motorizado próprio, não conhecem os locais de caça nem sabem de quem lhes possa servir de guia, encontrariam, assim, solucionado o seu problema, e até de uma forma mais económica e prática do que a de adquirir um barco, andar com ele a reboque do automóvel ou deixá-lo em qualquer ponto da laguna e ter de pagar a quem o guarde e cuide dele.

Em numerosas regiões do mundo, nem

todas com as mesmas condições da singular e formosa região aveirense, este sistema de apoio aos caçadores encontra-se em prática há muitíssimos anos, com o melhor resultado, sob todos os aspectos, mas especialmente o turístico.

Quantas vezes, nas nossas digressões pela Ria, ao desembarcar numa dessas ilhotas perdidas, cheias de pitoresco, onde se aspira gulosamente o ar salino e iodado, e onde o sol é mais radioso, temos sonhado o que seria ali o abrigo de um ligeiro tecto e uma paisagística varanda em que se pudesse saborear uma frugal refeição. Quanta beleza perdida e quanta comodidade e economia desaproveitadas!

### RESERVA DE BELEZA NATURAL

A Ria, a exemplo de uma sugestão que há tempo demos, na Imprensa diária, para a Ribeira Lima, devia ser considerada como «reserva de beleza natural», não se permitindo, assim, que a sua paisagem fosse conspurcada, que em nada se alterasse a natureza nem fossem desvirtuados os seus valores etnográficos. Tudo quanto a mão do homem aí criasse não poderia desafeiçoar, em nenhum pormenor, o «clima» dessa maravilhosa e vasta zona lacustre. Só assim o seu potencial turístico seria vantajosamente explorado, e então a caça representaria para todas as localidades ribeirinhas, mas especialmente para a cidade de Aveiro, um dos seus grandes factores económicos.

O turismo, matéria impalpável, um todo feito de pequenos nada, tem encontrado dificuldades em se fazer acreditar como sólido factor de economia. As suas razões dispersas, só em países muito evolucionados, do ponto de vista turístico, são hábilmente exploradas. Nós, Portugueses, estamos ainda encarando o turismo unicamente sob o seu aspecto climático, e daí o nosso apetrechamento ter-se realizado apenas nas estâncias balneares da beira-mar, sobretudo nas meridionais. Por algum lado, aliás, se tinha de começar, mas é tempo de observarmos que outros motivos existem para fomentar turismo, e Portugal é deles milionário.

Aveiro e a sua região podem considerar-se, sem sombra de dúvida, um somatório de raros requisitos para o exercício do turismo, e a cinegética, insistimos, é entre eles um dos mais importantes, até porque um desenvolvido programa de caça poderia colmatar, turisticamente, a grande brecha provocada pela «época morta», comum, de resto, a quase todas as regiões do País, onde o turismo vive apenas durante o verão.

O tempo se encarregará de nos dar razão no assunto aqui exposto, mas preferível seria, releve-se-nos a liberdade da imagem, que os homens se antecipassem ao tempo e tomassem como lema o conhecido axioma: «não deixes para amanhã o que possas fazer hoje».

Neste ponto do Rio Novo do Príncipe vê-se um bargeo, transportado a reboque do automóvel, para um dia de caça na Ria de Aveiro



# O segundo festival de verão de Estarreja

*Pelo Dr. Pedro Homem de Mello*

Licenciado em Direito, Etnógrafo e publicista

Se não estamos em erro, coube à Vila de Estarreja, a honra de iniciar, entre nós, festivais folclóricos de carácter distrital . . .

Seguindo o seu exemplo, Viseu, este ano, a 18 de Setembro, promoveu, por alturas da Feira de S. Mateus, também, um festival idêntico, no decorrer do qual foram apresentados todos os trajes, todas as danças e cantares, dignos de nota, do seu distrito.

Os moldes, ali, foram, ponto sobre ponto, linha sobre linha, os mesmos de Aveiro, perdão; de Estarreja.

Isto é: não se fecharam as portas a ninguém e, assim, cada qual pôde apresentar-se tal como era, com inevitáveis pecados, talvez, mas, sem dúvida, com inegáveis virtudes.

Numa palavra: ambos constituíram completas e leais confissões públicas, para que, futuramente, quem de direito pudesse vir a separar o trigo do joio, de forma a dar incremento a valores, até ali desconhecidos do grande público e, a tempo, afastar uma ou outra erva daninha.

Fosse como fosse, Aveiro pôde orgulhar-se de nos ter revelado, em Estarreja, um espectáculo de rara beleza e tão variado que não houve da parte de quem a ele assistiu a menor pena de que não tivessem sido convidados ranchos de outros distritos e, possivelmente, doutros países.

Cada grupo etnográfico, acolá, limitou-se a exhibir um cantar e três ou dois bailados de maneira a não se repetirem números de dança e de canto, o que, só por si, prova a riqueza do património folclórico aveirense.

Senão vejamos:

Castelo de Paiva trouxe-nos o Salto em Bico e a Laranjinha; Paços de Brandão, a Pasto-

rinha e o Verdegar; Ovar, o Vira Pescador e a Real Caninha; Cidacos (Oliveira de Azeméis), a Tirana e o Valseado; e Águeda, O Cancioneiro de Águeda, o Vira Bairrês e a sua «dança mandada»: o seu incomparável Malhão . . .

No entanto, mau grado semelhante diversidade de costumes, patente ela não só nas danças como até nos trajes e nas canções, o Festival de Verão de Estarreja foi, apenas, uma pálida amostra, (e ainda não um mostruário!) do tesouro artístico-popular de Aveiro, pois, condicionado pelo tempo e também pelo grande número dos ranchos concorrentes, não pôde ser concedido a certos núcleos o espaço a que pelo seu valor tinham direito, sob pena de se prolongar o espectáculo até de madrugada e de corrermos o risco de exhibir jóias numa casa de que os espectadores, devido ao adiantado da hora, se fossem retirando . . .

Donde se conclui que a palavra «arte» é de carácter aristocrático e que os princípios da democracia não podem reger manifestações folclóricas . . .

Mas . . . o que lá vai . . . lá vai . . .

Todavia, aquilo que até agora teve uma relativa justificação, visto que se tratava como que de um primeiro «ensaio» (chamemos-lhe assim!) já não terá defesa amanhã, uma vez que, cônscios dos valores que possuímos, nos propomos evidenciá-los, de modo a manter a tradição.

Com isto, porém, não se pretende reduzir ao silêncio ou à inércia quaisquer iniciativas de reconstituição de costumes . . .

Pelo contrário: busca-se, até, galardoá-las admitindo, apenas, as que estão aptas a trazer-nos uma mensagem. Só se eleva, porém, o nível

cultural, condicionando a incorporação dos grupos regionais, em festivais folclóricos e só assim deixará de ter eco a frase lapidar (em Portugal só há viras de três ao vintém!) com que o grande actor João Villaret manifestou a sua mágoa ante a pobreza de tantas exibições que de folclóricas apenas têm o nome que gratuitamente se lhes queira dar.

Há, pois, que ouvir, em assuntos desta natureza quem, pela autoridade que lhe assiste, se possa responsabilizar pelo êxito da representação popular e não sacrificar a simpatias pessoais ou a um errado humanitarismo o renome folclórico distrital.

E, já que falamos em folclore e representação folclórica, por que não pensarmos, a par de Festivais de Verão em Estarreja, em Festivais de Inverno, em Aveiro, realizados estes numa casa de espectáculos daquela cidade?

Figurariam, então, os melhores agrupamentos etnográficos do Distrito e, com programa escolhido, enquadramento condigno, iluminação criteriosa e boa sonorização, os aveirenses poderiam aperceber-se de que o seu distrito nada deve aos demais em matéria de danças, cânticos e indumentária tradicionais...

Seriam eles os primeiros, depois, a fazer, conscientemente, a propaganda de si próprios

e a desejar que os aplaudidos de hoje formassem aquela embaixada de beleza que, onde quer que surja, traz sempre consigo a concórdia, despertando nos nativos o amor à terra que lhes serviu de berço e nos forasteiros um maior desejo de aproximação.

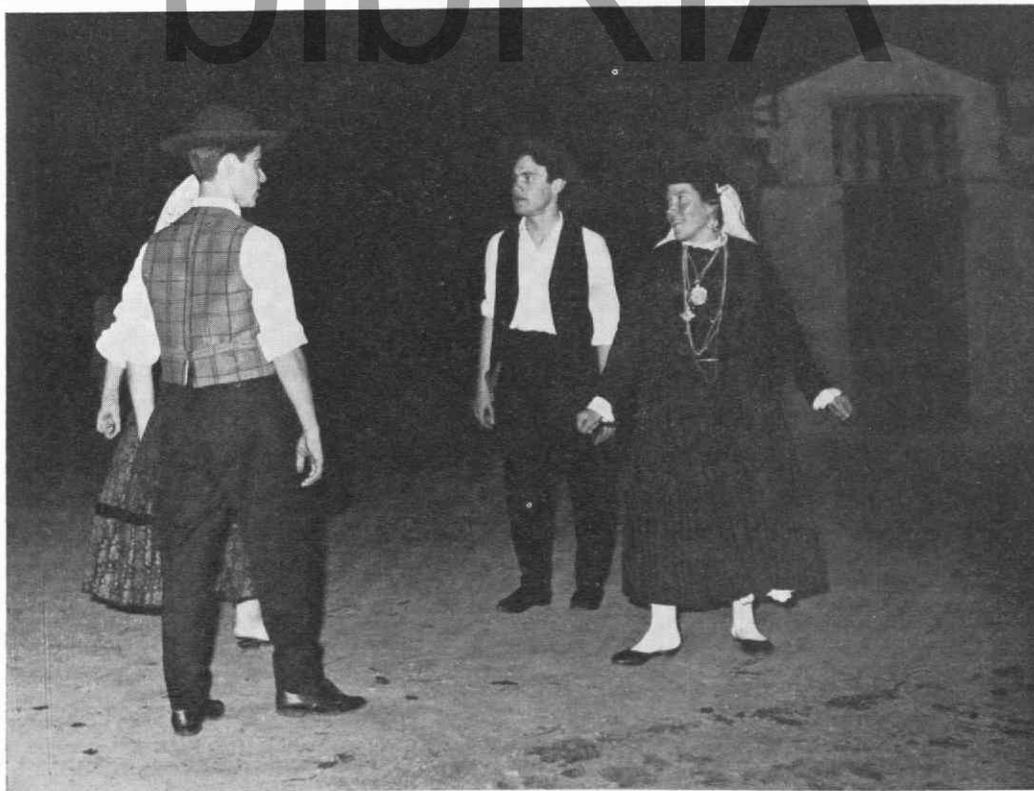
Doi-nos pensar nestas realidades, até agora, por aproveitar, quando, desde Paiva a Águeda, dançadores e cantadores nos lembram as personagens de que fala Pirandello «personagens à espera de um autor»!

Mas nem sempre o homem se conhece a si mesmo...

Quantas vezes ele sabe ou julga saber das suas fraquezas, dos seus defeitos, das suas limitações, mas ignora as qualidades que possui e acaba por morrer sem ganhar a partida, tendo tido, no entanto, os trunfos da vitória, na mão.

Dá-se o mesmo, frequentemente, com essas terras que, à falta de quem nelas arvore uma bandeira, são votadas ao esquecimento. Ora, a propósito de bandeiras, sempre diremos que a arte é a que mais eficazmente ilumina o solo a que pertence. Guiados por ela, passamos a vê-lo e a querer-lhe bem, visto que só pelo conhecimento se poderá chegar à verdadeira amizade.

Dáí, o valor do folclore.



Grupo de dançadores de Cidacos que tomaram parte no 2.º Festival de Verão de Estarreja em 21-8-66

Graças aos ranchos típicos assiste-se, em Portugal, ao descobrimento de um novo Brasil, se por Brasil entendermos a mina de ouro que nos pareça fabulosa. Explico:

Num país como o nosso o desenvolvimento do turismo equivale à sorte grande, pois,

Enraizando-se nele, foi que a literatura, a pintura, a música e a dança adquiriram carácter nacional.

E só se acredita na existência de um povo, no dia em que se contacta com a sua arte.

Mas . . . voltemos ao Festival, ao 2.º Festival



Tirana de Cidacos — O homem avança e a mulher recua . . .

por formosa que seja a paisagem natural, esta não deterá o visitante, quando outra paisagem, a paisagem humana de que a arte é o expoente máximo! — a não complete.

O folclore — eis hoje em dia, o padrão da independência.

de Verão de Estarreja.

Desejávamos que, de futuro, se estabelecesse uma distinção entre promotores e organizadores. A uns e outros cabem honras, posto que diferentes umas das outras, como a água do vinho. Sem os primeiros tornar-se-ia impos-

sível a realização do festival. Cabe-lhes estudar as possibilidades financeiras do empreendimento, as condições técnicas do espectáculo (sonorização, iluminação, local, lotação, etc.) e, ainda, o cumprimento das normas traçadas pelos organizadores que são entidades a cujo cargo está a estrutura do programa artístico.

Desejaríamos ainda que, à semelhança do que se faz em Santa Marta de Portozelo e na Meadela, no Concelho de Viana do Castelo, fosse fixada uma data para o festival, data essa que não coincidissem com a de outra manifestação de cultura popular mais antiga. Sem datas não há tradição.

Além disso, atendendo ao incremento turístico entre nós, entendemos que a apresentação dos números a exhibir deve ser, tanto quanto possível, bilingue, posto que breve e clara.

Finalmente impõe-se um cartaz de propaganda cuidado. Medite-se, ainda, na situação geográfica de Estarreja, vila que a dois passos da Ria e de todas as praias da Costa Verde, e não longe de Coimbra e da Figueira da Foz, é o centro onde sem dificuldade chegam mil caminhos povoados e verificar-se-á como, sem dificuldade, se pode no Distrito de Aveiro prestar um serviço notável à cultura nacional.

De todos os factores, para que, tão sinceramente, acabamos de chamar a atenção da Ex.<sup>ma</sup> Junta Distrital, a marcação de uma data fixa, sempre num domingo à tarde — é o mais importante.

Doutra forma, compromissos prévios de um ou outro rancho poderão contribuir para o «empobrecimento» do Festival, como aconteceu este ano com a falta de comparência do Conjunto Etnográfico de Moldes.

Infelizmente, a 21 de Agosto último (data da famosa serenata das Festas da Senhora da Agonia!) não pudemos ver ao de Moldes o incomparável «Real das Canas» — dança de conjunto usada em todas as Terras da Feira —, o «Corre-Corre» — serenidade, compostura, graciosidade senhoril das mulheres, porte dominador dos homens! — a «Cana Verde de Oito» o «Senhor da Pedra» e o «Valseado» — dança de passagens tão subtis que não resistimos a encerrar o nosso trabalho de hoje com a pormenores várias fases, a saber:

1.º — Logo, no vaivém, dado pelo homem, primeiro para a frente, e, seguidamente, para trás, e pela mulher, primeiro para trás e, seguidamente para a frente, eles e elas largarão as mãos, poisando-as, depois, sobre as ilhargas, com modo altaneiro.

2.º — O cantador canta e eles e elas começam a dançar, animadamente, avançando e recuando em passo de Vira, figura conhecida no Litoral pelo nome de «brinca».

3.º — Terminado o «brinca» eles viram-se «por dentro», sobre a direita, seguindo eles e elas, uns à frente dos outros, em fila indiana...

4.º — A folhas tantas, todos dão uma volta por dentro, sobre a esquerda e a fila indiana vai em sentido oposto ao primeiro.

5.º — Por fim, cada homem procura a dama da direita com quem dá uma «volta inteira» sobre a direita, passando, terminada ela, a dançar com a dama da esquerda o «valseado». No «valseado» nunca o homem põe a mão na cintura da mulher, limitando-se a pegar-lhe, delicadamente, nos braços...

## José Estêvão e o seu fecundo aveirismo

*Por Eduardo Cerqueira*

Jornalista e publicista

Quando, no auge da veneração pelo patricio egrégio e no desbordamento panegirístico, por exemplo, Homem Cristo asseverava que Aveiro tudo devia a José Estêvão, decerto pecava por exagero flagrante de admiração e encómio. Habitámo-nos a contemplar mais essa libérrima e franca língua de prata, inveteradamente polemicante e demolidora de ídolos de pés de barro, na superlativação dos doestos e na candência corrosiva das diatribes do que nas demonstrações de apreço e preito irreticentes. Todavia, o panfletário iconoclasta usava o mesmo ardor másculo a esfrangalhar o bonifrates que surdisse a empecilhar-lhe o caminho árduo da luta e no louvor das figuras que entram na galeria — aliás escassa — da sua persistente simpatia e devoção.

Na circunstância, dizer tudo representava apenas um excesso de generalização. Os serviços prestados pelo tribuno à terra natal — que, aliás, para além dos benefícios materiais alcançados por seu valimento, o tomara como modelo e patrono cívico — representavam pela importância imediata e pela projecção no futuro, quase tudo quanto cabia nas mais altas aspirações da época. Assim haveriam de considerar-se quer em valor absoluto, quer cote-



jados com os de maior valia — e muito o foram — devidos aos demais conterrâneos, seus afeiçoados ou seus antagonistas.

O simples enunciado que figura numa das quatro inscrições do pedestal da estátua erguida à sua memória tutelar pelo férvido sentimento de veneração dos seus patricios — «melhoramentos da barra, liceu, caminho de ferro, iniciação da viação pública» — atestam, concludente e incontroversamente, os problemas de primacial relevo para o progresso de Aveiro, de que foi o incansável, denodado e vitorioso paladino.

Por demais se conhece o calor, a força persuasiva de esclarecimento e apostolização, o aliciente e desinteres-

sado empenho — da mais escorreita isenção foi, inalteravelmente, toda a sua vida pública intemerata e ardente — que consagrou à defesa da passagem da via férrea por Aveiro. A luta travada para atingir esse objectivo e que não só se dirigia a vencer graníticas rotinas, a convencer os cépticos e a desmascarar os mal intencionados, mas affectava os interesses da firma a que fora confiada a construção da linha, anda narrada por diversos escritos.

O empreiteiro poderoso, homem de reduzir a cifras os pesos de consciência e de medir por bitolas auríficas a sua e as alheias, julgou poder calar o bairrismo de José Estêvão e as convictas disposições de propugnador impolúvel de uma causa justa, tentando a sua mediania com uma fortuna, que ele sobranceira e indignadamente repeliu. Luís de Magalhães, na esteira de outros trabalhos biográficos sobre o seu venerado pai, alude ao episódio em breves linhas, de um traço incisivo lhe realçando o significado: «Conta-se que Salamanca tentou suborná-lo para que não insistisse no traçado do caminho de ferro do Norte, que levava essa linha por Aveiro. Ouvi-o dizer muitas vezes, e ouvi, até, contar que o emissário espanhol tivera de galgar rapidamente as escadas para não receber senão em palavras a recusa da sua afrontosa resposta». (1)

Nem só, porém, com o construtor da linha teve de haver-se. Outros interesses se moviam, subreptícia e cavilosamente, procurando tramar o malogro da sua aspiração. Ele próprio o comunica ao ministro competente, numa carta em que começa por ventilar a questão vital da prosperidade aveirense: «Esta obra para mim nem é igreja política, nem preocupação de terra natal. Interessa à economia geral do

Estado». Tratava-se do problema da barra, que «merecia ser observada por quantos pudessem concorrer para a melhorar».

Segue logo ao assunto que, de momento, mais lhe ocupava a atenção, «cai», para usar a sua própria expressão, na questão do caminho de ferro, principal objecto que o impelia a escrever em busca de escora segura para a obra que o apaixonava. A Companhia já se inclinara para a «linha de Aveiro», que outra não poderia preconizar sem prejuízo da exploração e sem praticar uma acção iníqua — qual seria a de desviá-la do seu traçado natural.

Acautelava-se, e prevenia-o, contra as pequenas malevolências, tão frequentes, apelando para o patrocínio do estadista e, assim, tentando não só evitar uma injustiça para os povos da sua região, mas também esperando que o traçado do caminho de ferro na parte respeitante à sua terra merecesse um parecer técnico desapassionado — aliás, «num assunto que de sua natureza é alheio a paixões».

Causas pouco lícitas, mesquinho espírito oportunista de aproveitar a maré e dela tirar proveito impeliam os seus contraditores: «Quer saber que motivos decidiram esses cavalheiros? — perguntava, entre risonho e severo. «Custa a crer, mas é verdade. Compraram uns pinhais numa certa direcção e querem levar por eles o caminho de ferro para ganharem na madeira! Tenho disto bastantes provas, e do mesmo estofa são pela maior parte as razões dos oponentes a que a linha férrea passe por Aveiro». (2)

O problema portuário aveirense, como esta carta já comprova, tem em José Estêvão um advogado porfiado e atento. Rocha e Cunha (3) releva-lhe essa faceta de esclarecido e acendrado

aveirismo: — «paladino austero e esforçado das reivindicações económicas da sua terra, legou-nos, a par da nobilíssima tradição liberal, tolerante e justa, que entre nós acaba sempre por dominar os espíritos conturbados pelas paixões políticas, as realizações basilares de uma política económica inspirada no mais puro ideal de paz, prosperidade e felicidade pública».

Sob o seu impulso, como observa o mesmo probo e estudioso autor, se criou a corrente de opinião de que viria a resultar, em 1858, a criação da Junta Administrativa e Fiscal das Obras da Barra—antecessora longínqua da actual Junta Autónoma do Porto de Aveiro. A orientação técnica desse organismo seria confiada a uma das mais conceituadas figuras da engenharia do tempo, Silvério Augusto Pereira da Silva, pouco antes vindo para Aveiro e em circunstâncias a que não foram estranhas a influência e o bairrismo do insigne parlamentar aveirense.

Já em 1853, para citar apenas um facto concreto, José Estêvão demonstrara a atenção que este capital problema lhe merecia. Na sessão da Câmara dos Deputados de 17 de Junho, na sequência de diligências anteriormente efectuadas junto dos membros do gabinete, requereu «que o governo enviasse à mesma Câmara uma cópia do contrato celebrado em Londres para a construção de uma draga destinada às obras da barra de Aveiro».

Na mesma sessão, apresentou dois outros requerimentos, que, apesar do seu carácter genérico, eram inspirados flagrantemente, nas condições e necessidades verificadas na sua região natal. Neles formula uma petição ao governo para que, no intervalo das sessões — certamente devido ao período de férias que se acercava — estude os meios de

estabelecer **creches** nos distritos marítimos, e assim, naturalmente ocorra às dificuldades em que viviam as classes piscatórias; e o modo de plantar pinheiros nos areais — providência que só viria a tomar-se algumas dezenas de anos mais tarde.

Noticiando esta diligência do conterrâneo ilustre e devotado e pondo em relevo os benefícios que dessas iniciativas se podiam lograr, escrevia então «O Campeão do Vouga»: (1)

«Damos ao sr. José Estêvão os nossos sinceros agradecimentos. S. S.<sup>a</sup> provou aos seus patrícios o quanto sabe ser generoso, e que, quando se trata do bem do seu país, e em especial do da sua terra, até se esquece da ingratidão dos que lhe devem finezas e consideração. Guerreado nas últimas eleições, e acusado de se ter esquecido dos interesses da sua terra, S. S.<sup>a</sup>, que sempre a amou, e que dela se lembra incessantemente, deu uma convincente prova de que ele é, e será enquanto viver o **advogado** dos interesses de Aveiro, como ele é o seu mais **distinto** filho».

Em dois passos do minucioso relatório que por essa altura apresentou à Junta Geral do Distrito, e onde tantos e tão valiosos elementos de informação se podem recolher para o estudo desse período realentador da vida regional, também o governador civil de então, Antero Augusto da Silveira Pinto, realça a importância das propostas apresentadas, e promulgadas como leis, e a constante e frutuosa devoção de José Estêvão ao progresso da sua terra.

O íntegro e operoso magistrado distrital, que, conforme assinalaria no seu necrológico um hebdomadário local muito parco em elogios, (2) «deixou o sinal indelével de uma administração enérgica» e, «terror dos bandoleiros, era também o espectro dos crapulosos en-

fronhados num pedantismo alvar», refere-se no primeiro desses trechos à projectada construção do edifício para o liceu. Na comunicação que trazia àquele corpo administrativo informava que graças às «instâncias de um digno Deputado da Nação, filho d'esta Cidade, o Sr. José Estêvão Coelho de Magalhães, /.../ orçamento, e planta, devidamente elaborados, já foram enviados à competente Estação Superior». (6) Sobre este assunto nos deteremos mais adiante.

Quanto à importância da nova iniciativa do solícito propugnador dos interesses aveirenses escreve textualmente: «Resta-me, Senhores, dar-vos conhecimento da Lei de 7 d'Agosto p. p. pela qual o Governo de S. M. foi autorizado a contrair um empréstimo até à quantia de 100.000\$000 rs., para ser aplicado a acabar as obras da Barra — a fazer uma estrada que ligue a Barra com a Cidade — a comprar um vapor para o serviço de Pilotagem na Barra — a semear pinhaes nos areas deste Districto — e a fazer na ría os trabalhos necessários para que se possa estabelecer a navegação a vapor entre Aveiro e Ovar.

«Já haveis de saber, Senhores, que a proposta desta Lei, fecunda origem da prosperidade para esta Cidade e seu Districto, foi apresentada na respectiva Camara pelo distincto Deputado, digno filho desta terra a quem já tive a satisfação de referir-me—o Sr. José Estevam Coelho de Magalhães —, cuja superior intelligencia e desvelada dedicação pelo bem deste Districto, comprehendeu e conseguiu, que em uma só Lei fosse consignado um grupo de disposições, qual mais vantajosa para esta localidade» (7).

Ficaria no papel e nas boas intenções a generalidade dessas providências, até melhor ensejo ou circunstâncias

supervenientes as tornarem dispensáveis. Patenteiam, porém, de modo inequívoco, a clarividência de José Estêvão e plenamente justificam que o governador civil — o dr. Antero, como era vulgarmente conhecido—num momento de confiada e jubilosa expectativa, louvasse com caloroso reconhecimento o grande impulsionador do desenvolvimento da economia regional: «Honra pois, Senhores, e gratidão eterna ao nobre Deputado, auctor de uma lei tão fecunda em beneficio para este Districto».

Na mesma sessão legislativa, como já ficou referido, o diligente e prestigioso procurador das reivindicações aveirenses, pois não se sentira desobrigado dessa missão, que lhe era tão cara, pela circunstância de ser então deputado por Lisboa, apresentou um outro requerimento, pedindo: 1.º. Que o Governo mandasse fazer a planta e orçamento de um edifício para estabelecer o liceu do distrito de Aveiro, tendo por adjunto a biblioteca pública, que estava decretada para essa cabeça de distrito; 2.º. Que mandasse consultar as autoridades para verificar se as ruínas da Albergaria de S. Brás eram o lugar mais próprio para o liceu; 3.º. Que o Governo escolhesse dos edificios nacionais, que em Aveiro eram destinados para diversos serviços da repartição militar, os que se pudessem dispensar com as melhores condições para se estabelecerem as cadeias e tribunais; por forma que o edificio satisfizesse às condições que as ideias humanitárias, a filosofia do direito e as prescrições que o código penal indicava em construções daquela espécie».

O terceiro parágrafo só viria a ter concretização recente, como se sabe, quer quanto à cadeia comarcã, quer, sobretudo quanto, à «Domus Justitiae».

Os dois primeiros, todavia — salvo no que respeita à biblioteca pública, criada e instalada por alturas das celebrações centenárias da revolução liberal de 16 de Maio de 1828 — vieram a efectivar-se ainda em vida de José Estêvão e mercê da sua inabalável perseverança.

Com efeito, o aproveitamento das ruínas da Albergaria de S. Brás para o edifício do liceu, que José Estêvão preconizava, veio a verificar-se pouco mais tarde, com o correspondente abandono do propósito, que redundava por certo em economias, mas tinha os evidentes defeitos das adaptações, de o instalar definitivamente nas dependências do convento de Santo António, onde por alguns anos funcionou.

A Albergaria de S. Brás fora fundada, no século XV, por Fernão Vaz Agonide, contador-mor de D. Duarte e D. Afonso V, que para sua manutenção legou, à morte, todos os seus avultados bens. Destinava-se a obra a dar pousada aos passantes, mais particularmente a romeiros que do sul do país se encaminhavam para Santiago de Compostela, <sup>(8)</sup> e deveria dispor de seis camas para dar pernoita a viandantes pobres, a quem, no caso de ser necessário, se forneceria medicamentos e ministraria tratamento adequado.

Os sucessores do fundador, segundo informa o memorialista José Ferreira da Cunha e Sousa — de quem colhemos algumas referências àquela instituição beneficente—e como pode comprovar-se por uma diligência efectuada, nos princípios do século passado, pela Câmara Municipal junto do então administrador dos bens legados pelo instituidor, o barão de Vila Pouca — que fez ouvidos de mercador—continuaram a arrecadar as rendas, mas, pouco a pouco, foram-se dispensando de cumprir as obrigações inerentes. As construções da Albergaria,

que deixaram de ser utilizadas, já pelo abandono a que as votaram os administradores, mais atentos a benefícios que a escrúpulos de consciência, já porque a corrente de peregrinos para o túmulo de Santiago decrescera consideravelmente, foram-se assim, arruinando de maneira crescente e, na época a que nos reportamos, já não existiam mais do que as velhas e robustas paredes a desmantelar-se morosamente.

A construção do edifício para o liceu, que, em 1875, Marques Gomes poderia ainda considerar, no «seu género, o primeiro de Portugal» <sup>(9)</sup>, não teve imediato início, apesar das instâncias de José Estêvão, que não mais abandonou o assunto, apadrinhado com tanto entusiasmo. Claramente testemunham o empenho que o devotadíssimo aveirense consagrou à consecução deste melhoramento, as informações que lhe presta Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino à data, sobre o assunto pelo qual com tanta solicitude pugnava.

O astuto rábula das artes políticas que era Rodrigo da Fonseca — a «Raposa», como era apelidado pela consumada habilidade com que tramava as artimanhas e usava dos expedientes esse céptico e acabado simulador que estabeleceu a prática regra de que «os deputados, como as casas, se compravam depois de feitos» — desdobrava-se em atenções no intuito de cativar José Estêvão, que, embora com algumas reservas, dava o seu apoio ao governo. «Considerava, segundo ele dizia, a situação política da regeneração como uma empreitada de obras públicas, como tal merecedora de amparo e estímulo. O combativo parlamentar «adquirira a convicção da boa fé política de Rodrigo da Fonseca, dos intuitos liberais do seu carácter e dos sentimentos democráticos do seu coração». <sup>(10)</sup>

A ele se dirige, dada a sua preponderância no ministério e a correcção do seu procedimento. E dele recebia, em carta de 6 de Dezembro desse mesmo ano de 1853 <sup>(11)</sup> uma animadora informação:

«Tenho presente quanto me diz sobre o Lyceu: não abandono a ideia da Albergaria, mas tendo entendido que ao Engenheiro pertencia a escolha, e que a obra seria feita pelas Obras Públicas não quis teimar na primeira ideia — Continuará V. E. a ser meu amigo porque eu vou esforçar-me activamente para que a Albergaria seja transformada em Lyceu com absoluto abandono da tenção de o collocarmos em casa de frades ou freiras».

Apesar de o governo ter tomado uma deliberação sobre o assunto, haveriam de arrastar-se os habituais e morosos trâmites até se atingir a fase de realização da obra. Esta, na verdade, só viria a ser determinada por uma portaria, de 5 de Março de 1855, subscrita por outra proeminente figura da regeneração — António Maria Fontes Pereira de Melo — que, como veremos, desde início vinha intervindo no caso.

Cerca de quatro meses depois, dava a Câmara Municipal o alinhamento, não só para o edifício do liceu, mas igualmente para o do teatro, que haveria de lhe ficar contíguo <sup>(12)</sup>, e para cuja edificação adquirira, pouco antes, uma casa pertencente à família de Mateus José de Freitas Guimarães.

José Estêvão, porém, não descansara com a acalentadora comunicação, e insistira na pretensão preconizada com Rodrigo da Fonseca. Este, em nova carta, escrita nove dias depois da que referimos—e transcreveremos, no final, integralmente, pois todo o contexto se reveste de relevante interesse e permite penetrar nos bastidores da política

dessa interessante época—dá-lhe conhecimento da marcha que iam tomando os negócios não só do liceu, mas do teatro.

Quanto a este, diligenciará junto de Fontes para autorizar a Câmara Municipal a vender o terreno anteriormente concedido para aquele fim, e a destinar o produto da venda à construção no local julgado mais conveniente, isto é, no prolongamento do projectado edifício do liceu. Mostrava-se, mesmo, pressuroso em obter deferimento para a pretensão.

No respeitante à edificação, forneceu-lhe notícia de renovadas diligências, que repetiria, para alcançar definitivamente a ordem necessária à concretização dos dois objectos.

Como é natural, José Estêvão não deixou de acompanhar, dia a dia, o andamento quer das providências preliminares, quer, depois, da própria construção. Três semanas antes da inauguração do edifício — verificada a 15 de Fevereiro de 1860 — escrevia ainda ao reitor, Francisco José de Oliveira Queirós. Dava-lhe instruções, que julgava convenientes para prevenir eventuais contratemplos, para promover a compra imediata de mobiliário, «visto q.e d'a mobília q.e prezentemente se axa no **Convento de Sant' António**, onde ora são as lisoens» — dizia uma acta do Conselho Escolar daquele estabelecimento de ensino secundário, de 10 de Novembro de 1859, com um completo desprezo pelas regras ortográficas que hoje causará certo espanto — e o mais serviso pertensente ao Liseu, nenhuma corresponde à grandeza do novo edificio, antes servirá para d'algum modo o deturpar». Recomenda-lhe, pois: «Logo que o lyceu estiver prompto, mettão-se de dentro, e dá parte d'assim o teres feito ou estás em vespera de o fazer» <sup>(13)</sup>.

Dos serviços à cidade — e à região — prestados por José Estêvão, mencionados no pedestal do monumento que consagra a sua memória e permanentemente a reaviva no espírito dos avei-  
renses falta apenas a referência à iniciação da viação pública.

Também numa carta para um influente homem público da época — que não só por méritos próprios, mas por ser marido da inspiradora das **Folhas Caídas**, de Almeida Garrett, hoje se recorda — o visconde da Luz — se poderá documentar a acção desempenhada nesse sector, por aquele a quem Castilho chamou o Cícero português e que foi, irrecusavelmente, o grande propulsor do progresso regional, no seu tempo.

Como se poderá ver da textual transcrição — que igualmente fazemos no final destas notas — desse outro valioso espécime do espólio epistolar deixado por José Estêvão, aí lhe responde o cotado político, que dispunha de prestimosas relações nos departamentos do Estado e no próprio Governo — de que ele mesmo fez parte duas vezes — ao interesse que lhe manifestara, em fins de 1861, o eminente deputado por Aveiro pela construção da estrada para Albergaria e da ponte de Ílhavo.

Esta, ao que parece, haveria de construir-se num regime a que hoje chamaríamos de participação. A Câmara concorreria com uma parcela, maior ou menor, pois os duzentos contos votados para melhoramentos não bastariam para ocorrer às petições apresentadas, e muitas das obras requeridas eram consideradas de âmbito municipal. Entretanto, o assunto fora correndo a sua marcha, desemperrado pela solicitude do patrocinador e já do Conselho Superior de Obras Públicas aguardaria sanção.

A estrada de Albergaria, essa, já obtivera a aprovação daquele alto organismo e encontrava-se na fase de se promover a elaboração do projecto definitivo.

Como sucede com a carta para Rodrigo da Fonseca que atrás referimos, igualmente nesta se verifica que José Estêvão, então no auge do prestígio e requestado tanto pelos desprotegidos como pelos próceres, patrocinava numerosas e as mais diversas pretensões.

O nome do visconde da Luz está porém, ligado a um outro melhoramento que na terminologia actual se designaria também como rodoviário — a estrada da Gafanha.

José Estêvão alcançara do governo a respectiva aprovação. Tinha como que uma presciência do que viriam a representar certas obras no fomento económico e demográfico. A generalidade dos seus contemporâneos, às vezes por malevolência, mas quase sempre por se cingir e apegar demasiado a realidades de momento que constituíam frágeis e enganadoras premissas, não acreditava no papel impulsionador dos caminhos de ferro e das estradas. Marques Gomes, ainda em 1875, doze anos depois da inauguração da estação do caminho de ferro de Aveiro, não encontrara quaisquer benefícios na passagem da via férrea pela terra a que tão minucioso estudo dedicou — mal imaginando que ela viria a estar compreendida, se não logo, pouco mais tarde, entre a dezena das de maior tráfego ferroviário de todo o país.

Agora, porque a Gafanha dos meados de oitocentos era apenas uma grande extensão de pinhal e areia estéril, quase desabitada, a estrada era classificada pela opposição indígena como uma superfluidade. Pouco importava que servisse a Costa Nova do

Prado, onde se haviam instalado companhias de pesca que, com as de S. Jacinto e da Torreira, abasteciam a região e, por intermédio dos antecessores do imorredoiro «Malhadinhas» — Aveiro vai, Aveiro vem! — as longínquas terras da Lapa, onde nasce o Vouga, e seu derredor.

Já o negócio do pescado atrairia mesmo para a praia — que começara apenas a conquistar as predilecções de escassos veraneantes, como a família paterna de Eça de Queiroz — o visiense Manuel de Moura Marinho, que ali mandou construir, e depois vendeu ao tribuno aveirense, o conhecido «palheiro de José Estêvão».

Pouco importava que desse acesso à barra, num período promissor de revitalização, nem se sonhava que a Gafanha viria a ser um dos casos mais extraordinários de colonização espontânea realizados no país, graças ao moliço e ao suor e à pertinácia da gente que ali se fixou.

Afirmava-se, sim, com evidentes intenções de maledicência, que José Estêvão apenas defendia a construção da estrada para sua própria comodidade. **O Campeão das Províncias**, que passara a hostilizar algum tempo antes aquele a quem, na sua primeira fase, aclamara como «o advogado dos interesses de Aveiro e o seu mais **distinto** filho», aproveitou o ensejo para uma acerba e ruidosa campanha contra a obra e o seu patrono.

O visconde da Luz veio certificar-se por seus próprios olhos das razões que militariam a favor da construção ou da sua desnecessidade, apregoada em alta grita pelos foliculários locais que se opunham a José Estêvão.

Joaquim de Melo Freitas relata o episódio que convincentemente determinaria as conclusões do ilustre visi-

tante, <sup>(14)</sup> com o bom humor e a elegância que lhe eram habituais:

«Embarcaram no cais, e fizeram-se ao largo. Neste instante o vento desencadeia-se, as marés agitam-se em balanços desesperados; o barco dançava sobre a espuma da ria, e o mastro, curvado pelo vendaval, gemia e estalava com o impulso cego das lufadas. A chuva desatou-se por fim em torrentes, e não tardou uma trovoadá medonha.

O visconde da Luz ordenou imediatamente aos barqueiros que voltassem para traz porque não gostava da chuva nem do temporal. José Estêvão, a cada relâmpago que alumiaava o céu, brusco e temeroso, esfregava as mãos de contente e dizia com explêndida alegria:

— Encomendei-o **de propósito**; eu desejava que você se convencesse de que a estrada era precisa e até urgente... Desminta-me agora se é capaz!

A **encomenda** era o **temporal**»

«Dentro em pouco — prosseguia — procedia-se à construção da estrada», da estrada que chegou a registar, há meses, em vinte e quatro horas, num domingo de verão de 1965, um movimento de cerca de seis mil veículos automóveis.

Referiremos apenas mais um serviço prestado a Aveiro por José Estêvão — a criação de um asilo para a infância desvalida, no ano anterior ao seu falecimento.

Esse estabelecimento, que se seguiu à fundação do Asilo de S. João, em Lisboa, também por sua iniciativa, está na origem do actual Asilo-Escola, mantido pela Junta Distrital e a que este corpo administrativo tem dispensado desvelado carinho, e foi instituído mercê de um donativo da colónia portuguesa, do elevado montante, para a data, de 1 263\$400 reis.

Foi instalado em algumas dependências do extinto convento de Santo António — onde, como vimos, funcionara o liceu — cedidas para esse fim, pelo Ministério da Guerra, a solicitação do fundador dessa obra de assistência.

Apontados sem pormenores demasiados para uma notícia desta natureza, cremos que os factos referidos constituem prova sobeja de que José Estêvão não era apenas o mais distinto filho de Aveiro, mas também o mais prestante, e, assim, que o culto consagrado pelos seus patrícios à sua memória exemplar tem a mais plena e lúdima justificação.

—  
Lisboa 15 de Dezembro

*Meu bom amigo*

*Respondo às suas de 9 e 11 do corrente. Não tive a mesma demora em dar andamento aos dois neg.<sup>os</sup> do theatro e do Lyceu. No dia 11 pedi ao Fontes que desse licença à Camara d'Aveiro para vender o terreno concedido com o intento theatral a fim de que o seu produto servisse à compra do edificio em local apropriado.*

*E fiz ver a necessidade que eu tinha da opinião do Min.<sup>o</sup> das Obras públicas p.<sup>a</sup> mandar passar o Decreto.*

*Espero que hoje venha a resposta; e o diploma será expedido amanhã.*

*Pelo que respeita ao Lyceu aprovei um dos planos que me parece melhor do que o outro, mas não entendendo certos detalhes do alçado disse às obras P.<sup>as</sup> que fizessem o seu juízo; e achando era mal assente decidissem, porque eu me sugearia a melhor opinião.*

*Como o Fontes em off.<sup>o</sup> anterior a esta minha decisão me affirmasse que mandaria acabar os trab.<sup>os</sup> no sentido do projecto que eu aprovasse, intendi que bastaria isto para dar começo à obra.*

*Vendo porem que assim não aconteceu, escrevi-lhe e disse-lhe depois que não demorasse com isto mais a ordem necessaria para os dois objectos; e não o deixarei em q.to não partir a dita ordem.*

*Resta-me o que pertence ao Sousa Lobo, unico assunto da sua carta de 11.*

*Eu não sou afeiçãoado ao Sousa Lobo? Nem desafeiçãoado — Nunca tive occasião de manifestar-lhe affecto ou repugnancia. Como g.or civil seria a meu ver inconveniente — outra coisa não podia elle ser feita por mim.*

*Soube, não mui particularmente que o Frederico não se atrevera a dar-lhe não sei que logar — Creia me que não tive a minima p.te nisso; mas sabendo que não podia deixar de ser o procedimento do Nog.<sup>a</sup> comigo fundado em razão, porque o conheço intendi que bem fazia em escolher melhor, se melhor havia por onde — Isto sem relação a nenhum motivo pessoal. Se eu posso fazer alguma coisa ao Lobo de quem como V. E. me condeo deveras — diga-me. Bem sabe que eu tenho sincero desejo de o servir, porque sou seu Amigo, e porque lhe devo finezas feitas generosamente.*

*Ainda me resta o padre de Alcobaça — Quando ele me entregou uma carta do Marechal tinha eu para fazer o empenho dado o logar a um homem digno recomendado pelo Rei D. P. homem egresso, antigo capellão d'armada constitucional — liberal e homem m.to desatendido — Rogava um subsidio para o Estado, e o individuo ia amparar uma familia que delle depende — O padre é das vizinhanças da Nazareth —*

*Em momentos de mau humor recebi a carta que era a quarta ou quinta que o D. me escrevia; e creio que não fui agradavel ao portador, a quem disse que não trajava como clerigo, tendo-lhe perguntado se o interessado era elle — Desenganei-o de que estava provido o logar, e não obstante escreveu a V. E. para interceder por elle — Eu falei-lhe a verdade como a escrevo aqui.*

*Pelo que toca ao Thomas de Carvalho bem vejo que elle está mal commigo — Deus e eu sabemos quem tem razão.*

*O que se passou com o Candidato não proveio de Frederico — este nem em tal diabo me falou nunca — O assumpto foi prematuro de nós ambos.*

*Entrou o g.or civil como V. E. sabe, e pela razão que sabe.*

*Os candidatos dos outros circulos à excepção de Coimbra não os indiquei a ninguém.*

*Os alliados do Seabra nunca foram meus — Mandei dizer ao g.or civil de Coimbra que queria antes perder vinte eleições do que incorrer na suspeita... (15) influido assassinos: nada mais*

— V. E. não pode duvidar que eu sempre tenha procedido assim.

Apesar da minha apregoada devassidão politica nunca podia descer à baixeza do meu ex-collega. Declarei solemnemente que se viesse como deputado Brandão, o dia em que recebesse a noticia da façanha seria o ultimo da minha ministrice — nem à Camara me atreveria a ir esta sessão.

Am.<sup>o</sup> não me descuido das suas cousas que sempre reputarei m.<sup>as</sup> proprias.

De V. E.

Am.<sup>o</sup> do C.

R. F. Magalhães

Amigo

Ha muito tempo, e ainda mesmo antes da morte do nosso bom rei, recebi duas cartas suas, pelas quais nos fazia arguições e nos pedia couzas; em quanto às arguições como eram menos exactas, não foi cazo, porque aquillo de que se queixava estava já feito, e mais se havia de fazer; em q.to aos pedidos falei com o Horta, e elle disse-me: como elle vem a Lisboa aqui trataremos de tudo — como efectivamente o esperava a cada momento eis os motivos porque lhe não respondi.

Respondo à sua ultima de 18 do passado, e tem razão de se queixar mas faça-o de si.

Algumas obras desse e de outros distritos são consideradas municipais, para as quais foram votados os 200 contos; o Ministro tem as do distrito de Aveiro, e de outros por resolver; bastantes vezes o tenho atormentado, mas elle não resolveu, e eu não sei qual é o seu pensamento a este respeito; suponho que quer que as camaras concorram com uma parte do custo das obras, na conformidade do que se acha na proposta de lei, q.e ficou por discutir —

A ponte de Ihavo está no mesmo cazo, neste momento. Não lhe posso responder couza positiva, mas parece-me q está no conselho; amanhã indagarei —

A estrada de Albergaria já está resolvida no conselho; o João Chrisostomo está redigindo a consulta e espera apresental'a ao Ministro mas temos q mandar fazer o projecto definitivo.

O rapaz de que me falou é um moço que foi dado por louco, e por isso o ministro mandou-o demitir: ha dous dias q me mandaram entregar um requerimento p.<sup>a</sup> ser reintegrado; como o seu lugar foi preenchido, só com despacho do Ministro, que só amanhã obterei.

Estamos a 12 ainda aqui não está — cu ando cançado e doente, desejando muito a m.<sup>a</sup> reforma — mas estou sempre à sua disposição para o servir em quanto fôr da sua vontade, porq sou deveras

Seu am.<sup>o</sup> do C.

V. Luz

Lisboa, 12 de Janeiro de 1862.

#### NOTAS:

- (<sup>1</sup>) José Estêvão — Estudo e Colectânea, 1962, pág. 35.
- (<sup>2</sup>) Rascunho de uma carta oferecida pela familia do Conselheiro Luis de Magalhães à Biblioteca Municipal de Aveiro, datado de 11-9-1860, ditado por José Estêvão, como era seu costume, e emendado pelo seu próprio punho.
- (<sup>3</sup>) O Porto de Aveiro, conferência realizada em 5-5-1923, na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Ed. do «Correio do Vouga», 1933, pág. 35.
- (<sup>4</sup>) N.<sup>o</sup> 124, de 22-6-1853.
- (<sup>5</sup>) O Povo de Aveiro, n.<sup>o</sup> 247, de 7-11-1886.
- (<sup>6</sup>) Relatório apresentado pelo Governador Civil do Districto d'Aveiro a Junta Geral do Mesmo Distr.<sup>o</sup> na sua sessão ordinária de quinze de Setembro de 1854, pág. 2.
- (<sup>7</sup>) Idem, pág. 6.
- (<sup>8</sup>) José Ferreira da Cunha e Sousa, Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. VI pág. 194.
- (<sup>9</sup>) Memórias de Aveiro, pág. 127.
- (<sup>10</sup>) J. A. Freitas e Oliveira, José Estêvão, pág. 274.
- (<sup>11</sup>) Carta existente no arquivo dos descendentes de José Estêvão, em Moreira da Maia.
- (<sup>12</sup>) José Pereira Tavares, História do Liceu de Aveiro, pág. 15.
- (<sup>13</sup>) José Pereira Tavares, ob. cit., pág. 17.
- (<sup>14</sup>) Violetas, pág. 173.
- (<sup>15</sup>) Palavra ilegível.

# Impressões de Aveiro recolhidas em 1871

Pelo Dr. António Gomes da Rocha Madail

Director do Museu Marítimo e Regional de Ílhavo

Director da Revista «O Arquivo do Distrito de Aveiro»

Em 1871 veio a Aveiro, em comissão de serviço público, Manuel Alberto Guerra Leal. Natural do Porto, e nascido em Fevereiro de 1819, segundo o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva (T. XVI, de 1893), Guerra Leal havia sido aluno da Academia de Marinha e ajudante do Corpo de Guarda-Barreiras do Porto, sabendo-se que em 1889 era por ele exercido o elevado cargo de Reverificador do Círculo Aduaneiro do Norte.

Não será, pois, arriscado supor que o objectivo da missão oficial que o trouxe a Aveiro em 1871 tenha estado relacionado com os serviços alfandegários locais.

Guerra Leal era também escritor e dramaturgo. Da sua autoria regista Inocêncio:

*O Fratricida*, drama original representado na Sociedade Philo-Dramática Portuense, e impresso em 1843.

*O Juramento ou o Cavaleiro de Cristo*, drama histórico, representado no teatro de S. João, do Porto, por ocasião da visita da Rainha D. Maria II, e publicado em 1852.

*O Testamento*, drama histórico.

*Os Argonautas*, drama mitológico.

*Há bens que vêm por mal*, romance original publicado em folhetins do *Comércio do Porto* em 1859.

Atribui-se-lhe ainda a autoria do poema *As duas actrizes*, impresso no Porto em 1849.

Além destas obras originais, Guerra Leal deixou traduções de vários romances franceses, parte dos quais a Imprensa periódica publicou em folhetim. Como jornalista que também foi, conhece-se colaboração sua nos jornais *Porto e Carta*, *Brás Tisana*, *Comércio do Porto*, *Teatro*,

*Cronista*, *Defensor*, *Primeiro de Dezembro*, e sabe-se que escreveu ainda em outros mais. Era, no Porto, o correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

O Governo agraciou Guerra Leal com a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo, índice do apreço e da consideração em que era tido.

Em Aveiro, a cidade e a vida local seduziram-no inteiramente; e como teve de permanecer no exercício da sua comissão nada menos do que trinta dias, Guerra Leal deu-se ao grato trabalho de lhe investigar a história, nas suas linhas mais acessíveis, claro está, e, conseqüentemente, ao prazer de a relatar também.

A bibliografia informativa de Aveiro, à data, era escassa: o 1.º volume do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, é de 1873; as *Memórias de Aveiro*, de Marques Gomes, só quatro anos depois da vinda de Guerra Leal a Aveiro apareceram (1875); e o *Distrito de Aveiro*, então, data de muito mais tarde (1877); apenas a corografias gerais se poderia, pois, recorrer, e quase só para esclarecimentos de natureza histórica: a *Corografia Portuguesa*, do Padre Carvalho da Costa, a *Geografia Histórica*, de D. Luís Caetano de Lima, o *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, de João Baptista de Castro, o *Dicionário Geográfico*, do Padre Luís Cardoso, o *Dicionário*, de Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, e pouco mais. Guerra Leal socorreu-se, segundo confessa, deste último dicionarista, cuja obra fora reimpressa, em 3.ª edição, em 1862, actualizada pelo Padre Manuel Bernardes Branco (1), e, juntando aos elementos ali colhidos as suas observações

personais, dirigidas a todos os sectores da vida aveirense, organizou duas interessantíssimas páginas de narrativa que datou de 28 de Maio e que saíram em rodapé no *Comércio do Porto* (n.º 146) de 26 de Junho do citado ano de 1871 — há, portanto, pouco menos de um século, circunstância essa que lhes confere indiscutível valor como autorizado depoimento pessoal a considerar na história da cidade e da região circundante.

Ainda hoje essas *Recordações de Aveiro* (que assim se intitulam as duas páginas de rodapé do *Comércio do Porto*) se acompanham não apenas como curiosidade do século passado, mas, queremos crer, com justo e manifesto agrado. À fina sensibilidade de Guerra Leal não passou despercebida a indelevel característica paisagística da cidade, registando logo de início que «*o seu aspecto geral é alegre, porque a luz se entorna por igual tanto na cidade como na ria e extensa planura que a cercam, porém a esta alegria silenciosa não se associa o bulício que denuncia a vida dos grandes centros de população*».

Mais adiante, é ainda a luminosidade e a alegria da cidade que lhe afloram à memória, como nota mais viva, e para elas busca explicação, que logo se lhe afigura convincente: «*Não há edifícios elevados em Aveiro, e é por isso que a luz se derrama por igual, dando à cidade feição alegre. A razão é talvez a falta de material para construções muito levantadas, pois que as paredes são feitas de adôbos, que é uma pedra artificial, mas pouco dura, fabricada de cal e areia*».

Deleita-se repetidamente na evocação das estradas que convergem à cidade, ensombradas de fresco arvoredos; alegra-se com o aspecto dos canais da Ria que desde o Vouga se espriam; entenece-se com a rara beleza dos barcos a velejar por entre os milharais; regista as largas perspectivas que do Jardim Público se descortinavam; enaltece a vida laboriosa do bom povo das Gafanhas, cuja origem define, a beleza e o génio expansivo da mulher de Ílhavo, a afabilidade do trato e a geral educação dos aveirenses, e não fica indiferente à já clássica distinção da *tricana* de Aveiro, da qual, observa ele com precisão ainda hoje não obliterada, *não é nada difícil fazer uma senhora*...

A *Ria*, o *Teatro*, o *Liceu*, o *Clube Recreativo*, o *Cemitério*, o *Caminho de Ferro* e a implicação por ele trazida então à acanhada vida comercial da cidade, a *Filarmonia* da

*Associação dos Artistas*, a falta de indústrias, todos esses aspectos da vida local lhe mereceram comentário ou adequada palavra de apreço, tornando as suas *Recordações de Aveiro*, de perfeita correcção literária, apreciável leitura para os agitados dias de hoje, em que um vento de renovação arrebatava a cidade para horizontes insuspeitados então e imprevisíveis até.

Guerra Leal, jornalista experimentado e dramaturgo consciente, conhecia bem a *carpintaria* duma narrativa do género, architectando-a e conduzindo-a de forma a manter-lhe interesse e a assegurar-lhe vida para além da efemeridade inglória dum jornal. Exumando, pois, do repositório inesgotável da Imprensa periódica do século passado o artigo de Manuel Alberto Guerra Leal, que a seguir integralmente se reproduz, presta-se devida homenagem a um escritor que soube captar o raro sortilégio da luz e da alegria inatas em Aveiro e na região, e oferece-se uma página mais ao futuro album de recordações da vida de uma cidade em florescente e franca evolução social.

Descrevendo Aveiro, diz Frei Francisco dos Prazeres Maranhão (págs. 27 e 28):

«Aveiro, Cidade (Bispo) e Distrito. Beira. Situada sobre a ria do seu nome a S. O. e perto da foz do Vouga, 9 léguas Porto, 12 Viseu, 43 Lisboa. (Latitude Norte 40.º 11'. Longitude oriental 15').

No século XVI tinha Aveiro 11.000 habitantes e 150 embarcações próprias e em alguns anos armou 60 navios para a pesca do bacalhau no banco da Terra Nova: porém o jugo espanhol, e as areias que se acumularam na barra de Mira, tudo fizeram retrogradar. Em 1860 os direitos sobre o pescado em todo Portugal produziram para o Estado 59:056\$824 reis.

Hoje tem 1:403 fogos em duas freguesias (Nossa Senhora da Glória 814, Vera Cruz 589). Concelho 2:721 fogos. Comarca 7:741 fogos. Distrito 58:103 fogos. Feira, 25 Março: 8 dias.

A ria de Aveiro é uma espécie de lago salgado e de pouco fundo, que comunica com o mar pela barra velha (hoje quase de todo obstruída) que fica perto de Mira, pela barra nova, que a Oeste de Aveiro foi aberta em 1808 (com a despesa de 100:000\$000 reis), e pela comunicação, que o mar abriu em 1838 ao Sul da barra nova; uma língua de areia que se estende desde Ovar até à barra velha, e que tem 7 léguas de comprimento e 500 a 1:000 passos de largura, separa do mar esta ria, que

tem 7 léguas de comprimento de Norte a Sul e meia légua na maior largura, despresadas as sinuosidades: nela desaguan os rios Antuã, Vouga, Soza, e algumas ribeiras.

Segundo Viterbo (*Elucidário, Vb. Estrada*), parece que no tempo dos Romanos ainda não existia este agregado de águas: e é provável que torne a desaparecer, porque a ria diàriamente diminue de fundo.

É impossível calcular os réditos dela em sal, peixe, caça paludal, e moliço (erva que se cria debaixo de água, e, tirada com o lodo, serve para esterco — Há quem lote o rédito anual do peixe (tainhas, enguias, linguados, solhas, mariscos, etc.) em 20:000\$000 reis; o do sal em 15:000\$000 reis; o do moliço em 24:000 cruzados. No canal, aberto pelo mar em 1838, pesca-se muito polvo —

As suas vizinhanças, que em parte se podem chamar *Paizes Baixos de Portugal*, são pela maior parte abundantes das cousas necessárias para a vida, à excepção de azeite, que há pouco.

Seria muito útil povoar de pinheiros a língua de areia; e tentar a aclimação de *mangue* (árvore do Brasil, que se assemelha ao amieiro e só vegeta em terreno lavado de água salgada) nas muitas ilhas alagadiças, de que a ria está semeada: sortindo bom efeito, haveria uma barreira contra as areias do mar; e a Murtoza e outras povoações seriam abastecidas de lenha, etc.

Em Salreu, Travassô, e outros sítios das vizinhanças da ria, mesmo sobre colinas, desde a superfície da terra até mais de duas braças de profundidade, encontram-se camadas de seixos redondos e levigados como os dos rios, o que dá a entender que o terreno foi trabalhado com violenta agitação de enorme peso de águas. Veja *Planos*, e *Província da Beira* na Introdução.

A exportação de Aveiro reduz-se a sal, laranja, cortiça; e vidro e porcelanas da Vista Alegre. Veja *Indústria* na Introdução.

Na barra desta cidade entraram no ano de 1861, 341 navios, e saíram 357».

Com esta base informativa e com o resultado das suas deambulações pela cidade e região, escreveu então Guerra Leal as suas **RECORDAÇÕES DE AVEIRO**.

«Quando ahí qualquer observador curioso, mal sahe do mais ou menos limitado circulo das

suas digressões habituaes, se recreia dando publicidade ás suas impressões de viagem, quer-nos parecer que se não estranhará que sigamos o exemplo, dando publicidade ás recordações que trouxemos de Aveiro, quando, em comissão de serviço público, alli demoramos algum tempo.

A terra natal do profundo polygrapho Ayres Barboza, preceptor do cardeal-rei; a cidade em que nasceu o famoso orador José Estevão, deixa agradaveis impressões em quem a visita. O seu aspecto geral é alegre, porque a luz se entorna por igual tanto na cidade como na ria e extensa planura que a cercam, porém a esta alegria silenciosa não se associa o bulicio que denuncia a vida dos grandes centros de população.

A decadencia de Aveiro revela-se até no decrescimento do numero dos seus habitantes, que no seculo XVI era de 11:000, segundo diz frei Francisco dos Prazeres Maranhão. Hoje não vai além de 7:000 nas duas freguezias (Gloria e Vera Cruz) em que desde 1834 se divide.

Antes tinha a freguezia de S. Miguel (matriz), de que era prior um freire de Aviz, e tres curatos, que o commendador da mesma Ordem apresentava.

A nova divisão parochial é obra do não pouco fallado Lopes Lima, que foi o primeiro prefeito de Aveiro, depois da restauração liberal. Contam os desse tempo que, resolvendo elle estabelecer uma das suas novas freguezias na igreja dos dominicos, quiz se lhe chamasse da Gloria, por ser o segundo nome da rainha D. Maria II, porém o caso é que, comquanto a freguezia se denomine da Gloria, a igreja ficou sendo sempre de S. Domingos.

É que contra a mudança de nome reagiram as muitas recordações que os frades lá deixaram de si.

A industria vizivel de Aveiro é a exploração da sua ria, que, separada do mar por uma larga trincheira de areia na extensão de 35 kilometros, de N. a S., é admirável com as suas quatrocentas marinhas, com os seus canaes e com as suas ilhas, que figuram um pittoresco archipelago. É n'estas ilhas que se produz o junco e bônho, de que annualmente se fabricam muitos milhares de esteiras.

É calculado em 365:000\$000 réis o rendimento annual da ria em sal, peixe, caça paludal, junco, bônho e moliço. O moliço é uma planta aquatica que constantemente se reproduz no fundo da ria e que se emprega no adubo das terras. São innumerous os pequenos barcos ou bateiras

que em toda a ria e ramaes d'ella se occupam na apanha do moliço, que é depositado e vendido em certos sitios denominados *malhadas*. Esta exploração torna a ria menos piscosa do que deveria ser, porque, de envolta com o moliço, é colhido muito peixe em embrião.

Um braço de ria, canalizado, com bello caes de um a outro lado, corta o centro da cidade, de O. a E. .

Uma ponte de dous arcos liga as duas partes da cidade divididas por este canal. É na parte meridional que se acham a alfandega, governo civil, repartições do correio e telographo, lyceu, casa da camara e tribunal, Misericordia, jardim municipal, etc.

Em continuação do caes, do lado S., vai até á barra, na extensão de 7 kilometros, uma pittoresca estrada, que corre pelo meio de marinhas e da ria, sendo em grande parte orlada de um vistoso arbusto, a que lá chamam *trama-gueira*, e que tem suas parecências com o alecrim do norte.

No seguimento d'esta estrada ha uma ponte de um só arco, por baixo da qual atravessa o canal que vai a Ilhavo, Vista Alegre, Vagos, etc., e ha tambem a ponte denominada das Cambeias, proxima á Gafanha.

É curiosa e de data pouco remota a historia d'esta povoação original, que occupa uma pequena península. Era tudo areal quando das partes de Mira para alli vieram os fundadores d'aquella colonia agricola, que á força de trabalho e perseverança conseguiu, com o lodo e moliço da ria, transformar uma grande parte do areal em terreno productivo. Foi crescendo a população, que já hoje conta uns 200 fogos, e o que fôra esteril areal pouco a pouco se transformou em fertil e extensa campina, que fornece o mercado de Aveiro de muito milho, feijão, ervilha, batata, hortaliça, gallinhas, ovos, etc.

Os anhos da Gafanha são muito apreciados, pelo sabor agradável e especial da carne.

Não ha alli arvores fructiferas nem vinhas, porque a camada de terra productiva, pela sua pequena profundidade, lhes não permite crescimento.

São denominados *gafanhões* os habitantes da Gafanha. O seu typo physionomico denuncia feição arabe. Os homens são robustos e de boas fórmãs, e as mulheres de mediana estatura, mas cheias e vigorosas. São de character expansivo e indole benevola. É raridade o casamento de um gafanhão, homem ou mulher, fora da colonia, que talvez por isso conserva immutavel a

sua feição primitiva. Cada nova casa edificada é signal de que um novo casal se estabeleceu. Ha alli duas capellas, modestas, mas decentes, edificadas e consagradas ao culto, á custa da colonia.

Em junho do anno passado vivia, e talvez viva ainda, a matriarcha d'aquella povoação. Chamavam-lhe a tia Joanna e parecia que, embebecida no fumo do seu cachimbo, se deslembrava da conta do tempo abrangido pelos seus 90 janeiros. É a idade que nos disseram deveria ter.

São bellas as estradas que sahem de Aveiro para Esgueira, S. Bernardo, Arada, Ilhavo e Vista Alegre, etc. Correm por entre formosas campinas e são na maior parte orladas de arvoredo, que as abrigam do sol. Reconhece-se que andára alli amor de filho que a todo o custo queria levar vida onde faltavam elementos para a sustentar.

O caminho de ferro, pondo Aveiro a duas horas de distancia do Porto, prejudicou o commercio d'aquella cidade, tanto no tocante ao consumo local como nas suas relações com uma parte da Beira.

Diz o já citado author que a praça de Aveiro tinha no seculo XVI 150 embarcações e que alguns annos armára 60 navios para a pesca do bacalhau na Terra Nova. Hoje está muito reduzido este numero, limitando-se a exportação ao sal, que regula anualmente por 18 a 20:000 moios, termo médio, a alguma cortiça, pouco vinho, e minerio das minas do Braçal e Palhal, na maior parte exportado nos navios inglezes que importam o carvão para aquellas minas.

O commercio maritimo de Aveiro é quasi todo de cabotagem.

A exportação de fructa, que antes do caminho de fero era pela barra, é agora pelo Porto, vindo para aqui pela via ferrea. É que na barra de Aveiro, onde a entrada é certa com todo o tempo, a sahida é tão incerta, que não eram raros os casos de se perderem, com a demora, carregações completas de fructa, sendo mister renovar-as.

A principal vantagem que Aveiro tira do caminho de fero é a exportação de mariscos e peixe para Badajoz, que, começada ha pouco, é já importante.

A antiga barra de Aveiro era para o lado de Mira, a 15 kilometros ao sul da actual. Foi tapada pelo coronel de engenheiros Luiz Gomes de Carvalho, que em 1808 abriu a barra nova, com o dispendio de 250:000 cruzados.

O forte da barra fica para dentro d'ella, na distancia de 1 kilometro, e é situado na praia do sul. Diz-se que para a sua construcção se empregaram os materiaes da muralha do bairro de Aveiro (com) que o infante D. Pedro, filho de D. João I, a muralhára.

Na praia do norte, em frente do forte, levanta-se, no meio do areal que se interpõe entre o mar e a ria, uma elegante capella, denominada de S. Jacinto, que deu o seu nome áquella praia. É construida de pedra de Ançã, de fórma polygonal, sendo a sua architectura singela, mas elegante. Na festa do santo ha alli arraial.

Do bairro amuralhado de que fallamos, ainda hoje junto ao edificio que foi convento de S. Domingos, defronte do convento das freiras de Jesus, existe vestigios de uma porta, que se denominava do Sol, e onde, segundo a tradição, appareceu Nossa Senhora ao velho Affonso Domingues.

Na ria de Aveiro entram o rio Vouga, a uns 4 kilometros ao norte d'aquella cidade, o rio Antuão, em Estarreja, o Souza ou Sózta e diferentes ribeiras, depois de alimentarem os innumeraveis canaes que em todos os sentidos cortam as fertes e extensas campinas que se denominam campos do Vouga, e em que vogam centenas de pequenos barcos, que de longe

parece velejarem por sobre os milhos, quando estes estão altos. É lindo aquillo!

A cousa de 5 kilometros de Aveiro e na proximidade do esplendido sitio da bellissima *Ponte da Rata* juntam-se o Agueda e Vouga. É nos lagos formados na confluencia d'estes dous rios que, ao abrigo das plantas aquaticas (n'esta quadra floridas) que cobrem a superficie d'esses lagos, abundam os peixes vermelhos e dourados, denominados *pimpões*, e que o já citado author diz ser a especie *chyprinus auratus* que os inglezes trouxeram da China em 1611. Conta elle que um doutor Leite, de Aveiro, os tinha, em 1800, como raridade, e que, escapando-se do tanque em que se achavam para a ria, subiram os rios affluentes d'ella e se propagaram a ponto de se tornarem vulgares.

Fallaremos agora da cidade.

A obra moderna que alli mais attrahe a attenção dos visitantes é o edificio do lyceu, que toma o lado oeste na praça ou largo em que se acham a Misericordia. Asylo da Infancia, do lado este, casa da camara e tribunal, do lado sul, o edificio do correio e telegrapho, do lado norte.

O edificio do lyceu de Aveiro é com aquelle destino o primeiro do paiz. No primeiro pavimento accomoda as repartições do governo civil



Largo do Rossio, em Aveiro, em meados do século passado, vendo-se ao fundo a Capela de S. João.

e da fazenda, que para alli foram mudadas quando em 1864 ardeu o paço episcopal.

A construcção interna e externa é elegante. Às tres portas ogivães da entrada, no alto da escadaria exterior, correspondem outras tantas no fundo do atrio, communicando a do centro para o interior do primeiro pavimento e as lateraes para as escadarias que vão ao patamar, do meio do qual arranca, em sentido inverso e allumiada por uma bella claraboia, em fórma de zimbório, a escada que dá o accesso para o segundo pavimento, occupado pelas aulas, bibliotheca, gabinete onde se acham as *vitruines* que contem instrumentos de physica e exemplares de mineralogia, ornitologia, etc., e salão dos exames, no qual vimos um retrato, de meio corpo e tamanho natural, de José Estevão, ao qual Aveiro deve aquelle e outros melhoramentos com que a todo o custo queria engrandecer a sua terra natal.

A bibliotheca, que comprehende cêrca de 4:000 volumes, está intelligentemente disposta e bem coordenada. Nas aulas os lugares para os alumnos formam, em frente da cadeira do professor, um amphitheatro, de cadeiras de braços em semi-circulo. É abundante a luz em todas as partes do edificio.

Em continuação ao lyceu ha, em principio de construcção, um edificio destinado para theatro, que ficou assim porque faltou o homem que nunca cansára no empenho de elevar Aveiro ao nivel de grande cidade.

É obra ainda mais moderna o jardim municipal, no extremo sul da cidade, situado na proximidade da igreja e convento de Santo Antonio, hoje quartel militar.

O jardim de Aveiro, dividido em alameda e jardim propriamente dito, não tem nada que invejar a qualquer dos melhores do paiz. É bonito, espaçoso, e cuidadosa e intelligentemente tractado. Tem o *scnã* de estar a cavalleiro de uns arrozaes que lhe ficam do lado do poente, que é o único que d'alli domina largo horizonte, que abrange uma grande parte da ria e formosas campinas.

É tambem obra moderna o cemiterio, situado a E. da parte sul da cidade, sobranceiro ao braço ou canal da ria que passa a sopé da alameda do Cojo (hoje praça da herva e fructa), com a qual defronta. Tem o *mas* de estar muito proximo do centro da povoação.

Deparando alli com a capella-jazigo do famoso orador José Estevão, não podêmos resistir á tentação de escrever a lapis, na parede

exterior da frente, o seguinte improviso :

“S’os eccos inda soam na tribuna  
“Da voz que lá vibrára audaz, potente,  
“Em peitos portuguezes accendendo  
“Da patria liberdade amor ardente . . .  
“Os labios que a soltavam tão brilhante,  
“Nas pompas da palavra bella e forte,  
“Silencio sepulcral aqui envolve  
“Na eterna mudez — mudez da morte !

«GUERRA LEAL»

Do meio do cemiterio ergue-se uma columna de marmore, sobre a qual pousa uma urna funeraria, tambem de marmore. Duas faces do pedestal dizem o que é aquelle funebre monumento.

Em uma d’ellas lê-se:

“7 de maio de 1829

“Francisco Manoel Gravito da Veiga Lima.  
“Manoel Luiz Nogueira  
“Clemente de Mello Soares de Freitas.  
“Francisco Silverio Magalhães Serrão.

“9 de outubro de 1829

“Clemente de Moraes Sarmento.  
“João Henriques Ferreira”.

Na face opposta lê-se:

“Os ossos aqui tem — a alma no empirio —  
“Seis illustres varões por quem fremente  
“A liberdade chora. Atroz delirio  
“N’elles puniu o esforço independente,  
“E heroes os fez co’as palmas do martyrio.  
“Fique a sua lembrança eternamente  
“Nos nossos corações, na patria historia.  
“Paz aos seus restos—aos seus nomes gloria

«MENDES LEAL».

Aquelle monumento, o cemiterio e jardim municipal são obras das camaras a que presidiu o snr. Manoel Firmino de Almeida Maia, segundo nos disseram.

Não ha edificios elevados em Aveiro, e é por isso que a luz se derrama por igual, dando á cidade feição alegre. A razão é talvez a falta de material para construcções muito levantadas, pois que as paredes são feitas de *adôbos*, que é uma pedra artificial, mas pouco dura, fabricada de cal e areia. Nas portadas, janellas, etc., emprega-se a pedra calcaria de

Outil e Ançã, cujo transporte, na distancia de uns 25 kilometros, a torna cara.

Os edificios mais notaveis da cidade são os palacetes do visconde de Almeida e par do reino Casimiro Barreto na parte meridional, e o do actual presidente da camara na parte septentrional. O primeiro occupa, com a sua bella fachada, todo o lado do largo em que está situado, proximo ao jardim. Alli se reune algumas vezes a boa sociedade aveirense, á qual a fidalga bizzarria do dono da casa liberalisa attractiva recepção.

Os templos mais notaveis de Aveiro são os de Jesus, S. Domingos e Carmo, todos tres na parte meridional da cidade. No primeiro e ultimo é muito para se ver a primorosa obra de talha dourada que os guarnece. No segundo é principalmente para muita admiração o tumulo da princeza Santa Joanna, filha de Affonso V, abbadessa que fôra d'aquelle convento de dominicas. O tumulo, que consta ser trabalho de artistas genovezes, foi mandado fazer por D. Pedro II, que, tendo alcançado do Papa Innocencio XI a beatificação da princeza em 4 de abril de 1693, lhe fez erigir sumptuoso tumulo de marmore, em primoroso mozaico, no mesmo local onde, em campa razea, fôra sepultada, junto ao côro, do lado da epistola. A trasladação teve lugar a 22 de outubro de 1711, reinando já D. João V. Pena é que um primor artistico d'aquelle ordem esteja de grades a dentro, e que só atravez d'ellas possa ser visto e admirado, e, ainda assim, imperfeitamente, porque só se lhe vê a frente.

A infanta D. Joanna, nascida a 6 de fevereiro de 1452, tomou o habito de S. Domingos no mosteiro de Jesus, de Aveiro, em 1475, e falleceu em cheiro de santidade a 22 de outubro de 1510. (1490)

Temos ideia de que na capella-mór ha algumas pinturas representando passagens da vida da santa.

A procissão de Santa Joanna é das festas mais grandiosas de Aveiro. Aparecem n'esta solemnidade riquissimos paramentos, tão notaveis pelo valor como pelo perfeito estado de conservação. Ouvimos que foram donativo de D. João V.

Junto ao local em que está o tumulo da princeza santa, mas com entrada pela igreja, ha uma capella denominada de Santo Agostinho, na qual se vê um magestoso tumulo de pedra de Ançã perfeitamente trabalhada. Pousa sobre dous leões e tem na parte superior tres caveiras

com corôas ducaes, rematando o um escudo real, com corôa ducal, e um trophéu em aspa, formado por uma espada embainhada e o emblema da morte. E' o tumulo de um duque de Aveiro.

A' exc.<sup>ma</sup> snr.<sup>a</sup> D. Anna Emilia do Espirito Santo, sympathica abbadessa d'aquelle mosteiro, e senhora de esmerada educação e espirito culto, devemos a fineza de algumas informações que dizem a razão porque alli se acha o tumulo de um duque de Aveiro.

O filho natural de D. João II, D. Jorge, duque de Coimbra, do qual procedem os duques de Aveiro, foi até aos nove annos educado por sua tia, a infanta Santa Joanna, tendo-se solicitado um breve de Roma para elle estar de dia no convento, indo á noute para a companhia de D. Filippa de Noronha, condessa de Villa Verde e tia da santa, que residia em uma casa contigua ao convento, ao qual foi depois encorporada.

A explicação d'este parentesco está em que a mãe de D. Filippa fôra D. Izabel, filha natural de D. Fernando I e casada em 1378 com D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho bastardo de Henrique II de Castella, e do qual viuvára, voltando depois de viuva para Portugal.

D'este matrimonio procederam os condes de Villa Verde e de Cantanhede, senhores de Ilhavo, etc.

Era versão corrente que o cadaver encerrado no tumulo de que fallamos era o de D. Jayme, filho de D. Jorge e 1.<sup>o</sup> duque de Aveiro.

A duvida em que a este respeito nos deixou o trabalho de esculptura do tumulo, que denuncia epocha mais aproximada do nosso tempo, vimos que era justificada, quando, depois, podémos obter da benevolencia de um respeitavel cavalheiro cópia de um termo que se acha no tombo dos irmãos da Misericordia e que reza assim:

**Termo do dia em que chegou a esta Villa o cadaver do Ex.<sup>mo</sup> Duque nosso Irmão, a quem acompanhou á sepultura toda a Irmandade**

Aos oito de Julho de mil ceteentos quarenta e cinco annos, nesta nobre e notavel Villa d'Aveiro, e na Igreja da Misericordia della, se ajuntou a sua Irmandade que tinha sido convocada a som de campa corrida: ahi pelo Irmão Joze Barreto Ferraz, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, e Provedor desta Santa Caza, foi dito, que o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. D. Gabriel de Lencastre, Duque d'Aveiro, que tinha sido Irmão e Provedor desta Santa Caza, fallecera em Lisboa a vinte e trez de Junho, e deixara determinado o vir enterrar-se ao Convento das Religiosas de Jezus, junto ao tumulo

de sua Tia Santa Joanna Princeza; e que segundo o avizo, que lhe fizera D. Nicolau de Gusman, que fora estribeiro do Ex.<sup>mo</sup> Duque, e o acompanhava, queria que a Irmandade desta Santa Caza o acompanhasse, e conduzice o seu caixão até a sepultura. O que ouvido por todos forão esperar a corpo do Ex.<sup>mo</sup> Duque á Rua de Jezus; ahi pelos Irmãos de maior, e menor condição, que nomiou o Irmão Provedor, se tirou do Coche em que vinha, foi levado á capella mór das ditas Religiozas, e acabado o Officio, e Missa, conduzido á Capella de Santo Agostinho, junto ao tumulo de Santa Joanna, aonde fizerão o jazigo para o Ex.<sup>mo</sup> Duque; assistindo a todos estes actos a nossa Irmandade incorporada dentro na mesma Igreja athé o fim de tudo. De que o Irmão Provedor mandou fazer este termo que assignou, e eu João Pedro da Silveira Mascarenhas, Escrivão da Meza e escrevi e assignei — João Pedro da Silveira Mascarenhas.

Na capella-mór da mesma igreja existe, do lado do evangelho, uma lapide de marmore que fecha o jazigo de D. Joanna de Tavora, fallecida em 1592.

Proximo ao mosteiro de Jesus fica o templo de S. Domingos, hoje igreja parochial da freguezia da Gloria. E' notavel pelas memorias do passado que encerra, e entre as quaes nos indicaram, como a de mais nomeada, o tumulo de uma D. Catharina de Athayde, que alli tomam como sendo a Natercia de Camões. Funda-se esta opinião na similhaça do nome.

No epitaphio do tumulo lê-se: «D. Catharina de Athayde, filha de D. Alvaro de Souza e de D. Filippa de Athayde, fallecida em 1661».

Aquella de que o author dos «Luziadas» se enamorou nos serões poeticos da côrte, em que pela protecção e amisade do duque de Aveiro, e de D. Constantino e D. Theodozio de Bragança, foi admittido, era filha de D. Antonio de Lima e D. Maria Bôca Negra, e falleceu em 1556, sendo dama da rainha D. Catharina.

Na capella do Senhor Jesus da referida igreja vê-se um tumulo pousado sobre tres leões, tendo deitado, na parte superior, um guerreiro com armadura completa. A imperfeição da esculptura revela epocha pouco posterior á do convento, fundado pelo infante D. Pedro em 1423. Jaz n'aquelle tumulo o illustre João de Albuquerque, doador das muitas terras que o convento de S. Domingos possuia em Aveiro.

Entre as outras igrejas e capellas d'aquella cidade merece especial menção a capella do Senhor das Barrocas, no extremo N. da cidade, ao lado da bellissima estrada que vai a Esgueira, Eixo, etc. A capella é de fórmula polygonal, como a de S. Jacinto, porém de mais rica

esculptura. Nas portas lateraes e principal imita o estylo gothico floreado.

Na porta principal, sobretudo, ha figuras e lavores de grande merecimento artistico, e pena é que tão deterioradas estejam pelo tempo, a que a pedra de Ançã não resiste como resiste o marmore e o nosso granito. O zimbório da capella é tambem obra notavel, e da facha horizontal que lhe corre em volta da raiz, por sobre a cornija, goza-se um esplendido panorama em derredor.

Nos tres conventos de Jesus e Carmo, na parte meridional, e de Sá, na septentrional (em frente da estrada que vem da estação do caminho de ferro), existiam em maio do anno passado tres religiosas em cada um, mas em todos tres havia educandas e recolhidas.

Das onze fontes publicas de Aveiro a que mais desafia a curiosidade, pela antiguidade que revela e pelo nome, é a fonte dos *Amores*, situada junta á estrada nova. O nome é talvez o titulo de uma interessante historia ou lenda de que a tradição se perdeu no correr dos tempos.

Ha em Aveiro uma associação de artistas que tem uma phylarmonica marcial, bastante regular, e um pequeno theatro, propriamente seu, e unico na cidade, situado na proximidade do jardim municipal, em uma rua bastante erma, chamada do Rato. Ha tambem um club recreativo, estabelecido na principal rua da parte septentrional, e onde de tempos a tempos se dão reuniões de familias. Em continuação d'aquella rua é que se estava fazendo a nova rua de communicação com o largo do Cojo, denominada de José Estevão, mas não é a em que o famoso orador nascera, porque essa fica na parte meridional.

Apesar de tudo, não se observa em Aveiro nenhum indicio de actividade industrial. O genio, que, como ministro da Providencia, na decomposição e recomposição constante das combinações do espirito e das reacções da natureza, ora descobre verdades novas, ora mostra melhor applicação das antigas, ainda não conseguiu estabelecer em Aveiro o seu dominio sobre as bases naturaes e solidas do interesse social e local.

Contaram-nos que ha poucos annos se organisára alli uma empreza para fabricação de soda, que se gastaram alguns contos de réis na compra do material e machinas, mas que tudo se gorára, não obstante as condições esneacialissimas que alli se dão para que aquella

industria medraste! Parece que sobre aquella cidade pesa ainda a indignação do ministro omnipotente que em 1758 nem o nome lhe queria deixar, ordenando se chamasse *Nova Bragança!*

O braço de Aveiro denuncia o muito que em outras éras valeu aquella cidade. Tem no escudo uma aguia real coroada, com as azas abertas, tendo tanto na parte superior como inferior o crescente e uma estrella, e de um dos lados as quinas e do outro as espheras.

A 5 kilometros de Aveiro, para o lado do sul, ha a villa de Ilhavo, e pouco distante d'esta o sitio denominado Vista Alegre. Para um e outro ponto ha uma bella estrada, e tambem communicação pela ria.

A villa de Ilhavo é mais populosa que Aveiro e de aspecto agradável. Gosta-se d'ella á primeira vista, contribuindo para isto, no seu tanto, os costumes pittorescos, beleza e genio expansivo das mulheres. Não vimos que houvesse alli outra industria além da pescaria.

A matriz de Ilhavo é dos maiores templos que temos visto. Disseram-nos que a não enchem 4:000 pessoas! Tem uma custodia, tão notavel tanto pelo trabalho artistico e valor intrinseco, que nos disseram ser de 1:000\$000 réis, como pela historia do modo como foi salva na occasião da invasão franceza.

O local da Vista Alegre merece em boa verdade o nome. Situado na margem E. do canal da ria, que lhe dá communicação fluvial com a ponte de Ilhavo e Aveiro, é um lugar amêno e aprazivel, com o seu viçoso e abundante arvoredado, e com o seu ar alegre. O local é occupado pela fabrica de louça e vidraria pertencente á familia dos snrs. Ferreiras Pinto Bastos. E' um dos mais notaveis estabelecimentos industriaes do paiz. No deposito dos productos da fabrica ha muito que ver e admirar, porque ha, em porcellana, obras que nada tem que invejar ás melhores estrangeiras.

A igreja da Vista Alegre é um verdadeiro monumento. O mozaico da capella-mór e principalmente o da cupula é admiravel.

E' tambem de primoroso trabalho o tumulo do bispo de Coimbra e conde de Arganil, D. Manoel de Moura, fallecido em 1697, que foi o fundador d'aquelle templo. Sobre o tumulo está o bispo, com as vestes pontificaes, figurado na hora do passamento. Todas as figuras allegoricas do quadro e outras que na parte superior o completam são excellentemente trabalhadas. Ha tambem alli uma cabeça de S. Jeronymo, pintada no estylo flamengo, que

nos pareceu ser obra de muito valor artistico.

Tirando-se o frontal do altar, vê-se o Senhor morto, tendo a cabeça sobre o regaço da Virgem, e Santa Maria Magdalena de joelhos aos pés. E' um grupo commovente pela expressão das imagens, fielmente ajustada, pelo esculptor, á situação tristissima que representa o ultimo acto da redempção do mundo christão.

Terminando a exposição das lembranças que trouxemos de Aveiro, seria injustiça não dizermos alguma cousa dos habitantes d'aquelle cidade, dos quaes conservamos agradável recordação.

A gente de Aveiro distingue-se da da maior parte das terras de provincia pela affabilidade de tracto, revelando-se, mesmo nas classes inferiores, um certo grau de educação que não é vulgar por outras partes.

De uma *tricana* de Aveiro não é nada difficil fazer uma senhora.

Agora esperamos que se nos releve qualquer inexactidão, porque em trinta dias, na maior parte occupados pelas obrigações da commissão official de que estavamos encarregado, não era cousa facil apurar tudo.

Porto, 28 de maio de 1871.

M. A. GUERRA LEAL.

A informação documental, sucessivamente mais apurada, como era natural, rectificou há muito já os pequenos deslises em que Manuel Alberto Guerra Leal incorreu. Não os salientaremos, pois, tanto mais que tudo quanto é resultante da sua observação pessoal tem incontestavel merecimento, e só alguma informação menos cuidada por parte de quem tinha obrigação de conhecer melhor os factos por elle inquiridos (como a data em que faleceu a Princesa Santa Joana — a 12 de Maio de 1490 e não a 22 de Outubro de 1511), o terá feito cair nalguma das involuntárias incorrecções de que pede o relevem.

Obra regional de maior tomo não deixará decerto de vir a englobar, e com acentuado proveito, as curiosas *Recordações de Aveiro*, de 1871, que acima se registam de imerecido esquecimento.

(<sup>1</sup>) E de 1839 a 1.<sup>a</sup> edição, e devida aos cuidados de um irmão do autor, já então fallecido; a obra teve 2.<sup>a</sup> edição em 1852, e 3.<sup>a</sup> em 1862; é hoje livro bastante raro.

*À memória de meus saudosos pai e  
irmão, que tanto saboreavam as ingênuas  
representações de carácter popular, dedico  
eu este modesto trabalho.*

bibRIA

AS

“JANEIRAS”

AS

“PASTORAS”

E OS

“REIS”

# bibRIA



Os Reis Magos a caminho do Templo

# As "Janeiras", as "Pastoras" e os "Reis"

Pelo Dr. António Tavares Simões Capão

Professor do Liceu Nacional de Aveiro

Mesmo em épocas de agitação política em que a religião sofreu os seus reveses, o povo conservou mais ou menos firme as suas ideias religiosas.

O Protestantismo não criou raízes profundas entre nós e, de certo modo, isso foi causado pela grande devoção à Virgem, que, no seu papel de Mãe amantíssima, serve de mediadora entre Deus e os homens; por outro lado, pelo culto das Almas do Purgatório; por isto mesmo, a criação, através de todo o país, das Irmandades das Almas e das Confrarias e a construção tradicional das capelinhas ermas com o nome de «Alminhas» foram motivo de retenção das ideias tradicionais que não se sentiram abaladas nos seus princípios por outros ideais políticos ou religiosos. Orações singelas, mas revelando viva fé, passaram perpetuadas pelas gerações, através dos séculos, e ainda hoje as podemos encontrar entre as pessoas humildes do povo, por vezes numa amálgama ignorante de princípios cristãos e supersticiosos.

A Virgem, todavia, é invocada em todas as horas do dia desde o levantar ao deitar da cama, no começo e no fim dos diferentes trabalhos e em todas as circunstâncias. Ela é, na verdade, o arrimo forte a que o povo se segura nos seus transes, a quem recorre mesmo em primeiro lugar; Ela é Mãe e o seu Filho, mesmo sendo Deus, não lhe recusará um pedido. Está aqui o ponto de partida do seu ideal e da sua filosofia simples, mas compreensiva. É nesta relação familiar que o nosso povo baseia os seus pedidos de intercessão à Santíssima Virgem.

É, pois, nesta igualdade ingénuo e modesta da família em geral com a Sagrada Família, que apoia a razão de todo o seu pensamento.

Ora, as circunstâncias em que nasceu Jesus, pobreza e humildade, vêm afagar a sua maneira de pensar e de agir; e toda essa época que marca o Nascimento de Cristo é uma época de esperança, principalmente para os mais desprotegidos; assim, como o Menino nasceu pobríssimo e foi presenteado, também o povo espera sempre alguma coisa com que alivie o seu desconforto; como o Menino recebeu a visita dos Magos com as suas ofertas, também os garotos, formando grupos, esperam de certas casas, alguma guloseima ou dinheiro com que possam festejar esse dia — *As Janeiras*.

Em princípio as «Janeiras» seriam cantadas no começo de Janeiro, portanto nas primeiras noites do novo ano; mas o dia seis está perto e celebra a visita dos Reis Magos à gruta de Belém; por isso as «Janeiras» se prolongam até ao dia de Reis, o que, em certas regiões do país, toma nome diferente, mas conforme com o dia — cantar as *reisadas* se diz então.

Esse facto bíblico da visita dos Magos, com as suas ofertas ao Deus-Menino recém-nascido, não sensibilizou só a classe popular como grande número de artistas de todas as categorias, de todos os países e de todas as épocas; a adoração dos Magos e dos Pastores está bem representada na pintura e na escultura.

Na Literatura Portuguesa, muitos autores trataram o assunto, quer enquadrando-o em obras clássicas, quer dando-lhe o tom afectivo e humano da maternidade.

Dentre eles, quero destacar três: Um, pela maneira sentimental, dolorosamente santa, como tratou a vida de Jesus de momento a momento, de angústia a angústia, até a maceiração da sua própria existência, desde o ventre materno até à Ascensão — Frei Tomé de Jesus.

De facto «Os trabalhos de Jesus» são, em todos os momentos da vida de Cristo, representados pela pena de Tomé de Jesus numa sucessão de sofrimentos cruéis até ao desenlace do Gólgota; os sacrifícios do autor, prisioneiro dos muros no norte de África, por muitos e amargos que tenham sido, não se poderão comparar às angústias de Deus feito homem.

Mas Tomé de Jesus também nos conta a história dos Magos que vieram visitar o Menino, trazendo-lhe as suas prendas; fala-nos da recepção feita por Herodes, da sua hipocrisia e das suas perversas intenções; e ainda de que avisados em sonhos da malícia do Tetrarca, voltaram a suas terras por outro caminho <sup>(1)</sup>.

Outro, levado pelo interesse de agradar, escrevendo um novo auto de feição popular também em castelhano como os primeiros que compusera — Gil Vicente.

Instado pela Rainha, que se mostrara satisfeita com as duas peças anteriores, compôs, para o dia de Reis, o «Auto dos Reis Magos». O argumento é simples: O pastor Gregório que tencionara ir a Belém, errou o caminho; surge outro pastor, Valério, com quem estabelece conversa que se prolonga com a chegada de um ermitão; mas a parte que de facto se liga ao tema surge-nos com o aparecimento de um cavaleiro árabe que acompanhava os Reis Magos, os quais representam no auto um papel de curta duração, pois sòmente aparecem no fim, cantando o seguinte Vilancete:

«Quando la Virgem bendita  
lo parió,  
todo mundo lo sentió.  
Los coros angelicales  
todos cantam nueva gloria;  
los tres Reis la vitoria  
de las almas humanales  
en las tierras principales  
se sonó,  
cuando nuestro Dios nació» <sup>(2)</sup>.

É também através da conversa entre o cavaleiro, o ermitão e os dois pastores que se sabe que apareceu uma estrela avisando os Magos, a qual era

«... muy reluciente...  
Y um niño en medio della,  
muy mas que ella  
reluciente en gran manera:  
uma cruz en su cimera  
por bandera» <sup>(3)</sup>.

Também no discurso que o Rei Baltazar faz junto da igreja no manuscrito dos «Reis» da Palhaça, o Menino nos aparece no centro da estrela que os guiou até Belém.

Resta-nos uma referência particular a Júlio Dinis, não só porque soube enquadrar numa das suas obras — «A Morgadinha dos Canaviais» — um auto dos Reis Magos com verdadeira mão de mestre, mas ainda porque o podemos considerar um escritor deste distrito. <sup>(4)</sup>

Em quase todo o país se cantam as «Janeiras», costume que é, sem dúvida alguma, muito antigo; em algumas aldeias do Minho fazem-se representações de autos populares em verso, cujo assunto tem por centro o nascimento de Jesus; recordo-me de um auto representado na vila do Prado, perto de Braga, sobre um estrado previamente preparado; noutras regiões fazem-se cortejos de «Pastoras»; noutras de «Reis».

Estes autos representados em estrado já são citados por Leite de Vasconcelos a propósito dos folhetos de cordel, quando ele afirma: «O Auto dos Reis Magos» está bastante propagado na literatura de cordel. <sup>(5)</sup>

O mesmo autor cita ainda um folheto de cordel, que, publicado, trazia como autor Costa Nabica, mas sendo refundição de textos mais antigos, onde há uma cena em que Herodes, ao darem-lhe a notícia da execução dos Inocentes a que nem o próprio filho escapou, «atira com a espada ao chão e, arrancando as barbas, foge gritando: ai que morreu o meu filho!» <sup>(6)</sup>.

Cita ainda um «Auto dos Três Reis Magos» original de um poeta analfabeto — «O cego de Gôrda» — natural de Palmeira, Esposende, onde aparece também a fala de Herodes:

«Retira-te de mim miserável!  
Juro-te por estes bigodes  
Que brevemente saberás  
Qual é a justiça de Herodes».

Depois, a uma informação do *Embaixador* que diz que o Deus-Menino é nascido, Herodes, irado, responde:

«Seja nascido ou não seja,  
Suceda o que suceder,  
Por estas barbas te juro  
Ou'esse infante hade (sic) morrer» <sup>(7)</sup>.

Para fazermos qualquer estudo sobre estes assuntos temos sempre que beber nesse grande

repositório de usanças e tradições populares de Leite de Vasconcelos—«Ensaio Etnográfico». Aí se encontra tudo quanto é possível coligir a um homem interessado e perseverante como foi o seu autor; os seus estudos sobre Etnografia são o produto de uma vida de exuberante labor e de extrema dedicação aos estudos filológicos em Portugal; não devemos esquecê-lo e, pelo contrário, manuseá-lo com frequência.

Nos «Opúsculos», ao fazer o estudo da Linguagem popular de Guimarães, o autor cita duas quadras relativas à festividade dos Reis de cunho caracteristicamente popular:

«Quando o Santo José biu  
Três reis em sua pousada,  
Sua-i aul e ma ficou croada  
E tãobéim seu coraçóum:  
Logo preguntou à Virgèim:  
— Sinhora-s qui homein'são?  
Dai-le cr'ôua cûomo rei,  
Q'i êles os três reis serão:  
*Milra* cûomo sois mortais,  
Que mais q'reis áu miêu menino?» (\*)

Como estamos a ver, nestes versos assistimos à chegada dos Magos a Belém e à admiração de S. José que interroga a Virgem sobre os recém-chegados. A conversa passa depois a ser confusa, elucidando-nos somente acerca das ofertas que trazem ao Menino.

É próprio das composições populares este diálogo sem nexos, apressado e confuso, como podemos ver até nos textos dos Reis da Bairrada.

As Janeiras constituem uma tradição interessante, própria de certas regiões do país; a exemplo do Mestre muitos estudiosos se têm dado ao trabalho de não só recolherem as letras, mas ainda as respectivas músicas, por vezes ingénuas mas cheias de encanto.

Passo a apresentar uns versos que pude compilar e da maneira mais completa possível, de Electra del Lima, concelho de Ponte da Barca:

<p>I</p> <p>— Quem são aqueles três Reis Que vão no lado do rio? — São os Reis do Oriente Que vão visitar o Menino.</p>	<p>III</p> <p>Anginhos olhai p'ró céu Que lá <b>viréis</b> uma cruz: Lá <b>viréis</b> cama e berço Par'ó Menino Jesus.</p>
<p>II</p> <p>Nossa Senhora le disse: — Ó meu Deus que vos farei? Não tenho cama nem berço Nos braços vos criarei.</p>	<p>IV</p> <p>Os três Reis do Oriente Seguiram para Belém, Guiados por uma Estrela A Estrelinha do Bem.</p>

<p>V</p> <p>Foram à casa de Herodes Pró bem lhes encaminhar: Herodes, como maldoso, Tratou de os enganar.</p>	<p>XIII</p> <p>Viva lá, menina F . . . Raminho de bem querer; Quando se põe à janela, As pedrinhas faz tremer.</p>
<p>VI</p> <p>Eles, como eram Santos, Seguiram o seu destino, Por uma estrela guiados 'té chegarem ao Menino.</p>	<p>XIV</p> <p>— De quem é aquele chapéu Que está dependurado? — É da menina F . . . Que é bonita como um cravo.</p>
<p>VII</p> <p>S. José desceu cá'baixo Acender um candeeiro, Que Nossa Senhora teve Jesus Cristo Verdadeiro.</p>	<p>XV</p> <p>Viva lá, menina F . . ., Casaquinho de veludo; Meta a sua mão ao bolso, Tire p'ra cá um escudo.</p>
<p>VIII</p> <p>Viva lá senhor F . . . Quando põe suas correntes, No meio da sua sala, É dos homens mais valentes.</p>	<p>XVI</p> <p>Viva lá, menina F . . . Casaquinho de pinhão, Meta a sua mão ao bolso Tire p'ra cá um tostão.</p>
<p>IX</p> <p>Senhora dona de casa, Quando põe o seu chapéu, No meio da sua sala, Parece um anjo do céu.</p>	<p>XVII</p> <p>Viva lá o senhor F . . . Casaquinho de veludo, Quando mete a mão ao bolso Deita-nos sempre um escudo.</p>
<p>X</p> <p>Esta casa é caiada Mais por <b>dente</b> que por fora; O senhor dê muitos anos Aos senhores que nela mora(m).</p>	<p>XVIII</p> <p>Viva lá, o senhor F . . . Com 'ma flor no chapéu Quando vai par'à igreja, Parece um anjo do céu.</p>
<p>XI</p> <p>— De quem é aquele lençinho, Que está ali no coradouro? — É da menina F . . . Que é bonita como o ouro.</p>	<p>XIX</p> <p>Viva lá, menina F . . ., Raminho de palma branca, Seu corpinho é de neve Sua alma já 'stá santa.</p>
<p>XII</p> <p>Viva lá, Senhora F . . ., Raminho de salsa crua; Quando se põe à janela Nace o sol e põe-se a lua.</p>	<p>XX</p> <p>— Ó meu Menino Jesus, Onde está teu sapatinho? — Deixei-o em Santa Clara Metido num buracinho.</p>

É este o conjunto de quadras, referentes às «Janeiras» mais completo que conheço; na verdade, há aí três partes distintas:

a) Uma introdução formada pela primeira quadra, disposta em diálogo, que nos indica o aparecimento dos Reis Magos. b) A história do pobre nascimento de Jesus, a angústia da Virgem, o encontro dos Magos com Herodes, o engano intencional do Tetrarca e a chegada ao seu destino, guiados pela estrela. c) Daqui em diante (quadras VIII a XIX) surgem os versos normais das «Janeiras», isto é, do elogio das pessoas da casa para receberem a consoada; o conjunto não tem propriamente uma quadra de agradecimento, se recebem alguma coisa, ou de repulsa, se nada recebem, mas termina por outra quadra disposta em diálogo, como a primeira, dirigida ao Menino Jesus, interrogado sobre o lugar onde se encontra o seu sapatinho.

Se depois de cantadas pelo grupo de *reiseiros* todas as quadras, os donos da casa não vierem abrir a porta e não derem qualquer coisa, eles terminam *descantando-os*; é interessantíssima a estância fixada em Trás-os-Montes pelo Abade de Baçal:

«Estes Reis que aqui cantamos,  
Tornamo-los a descantar:  
Estes barbas de farelos  
Não têm nada que nos dar  
Só têm uma arquinha velha  
Onde o gato vai mijar»<sup>(9)</sup>

Mas o grupo de versos varia de lugar para lugar e de concelho para concelho. Assim, em S. Julião de Freixo, concelho de Ponte do Lima, são só cantadas oito quadras baseadas no interesse que leva os grupos a andarem de porta em porta:

I  
Aqui estamos nós  
Todos reunidos,  
A cantar os Reis  
Aos nossos amigos.

II  
As Janeiras não se cantam  
Nem aos reis nem aos fidalgos  
Só se cantam aos lavradores  
Porque dão malgas de caldo.

III  
Bendita a hora Bendita  
Em que entrou na igreja do  
Senhor;  
Bendita a hora também  
Em que entrou co'a sua flor.

IV  
Viva lá, senhor F . . .  
Um raminho c'uma cereja;  
São os olhos mais bonitos  
Que entram na nossa igreja.

V  
Viva lá, senhor F . . .  
Casaquinho de veludo  
Deite a mão ao seu bolsinho  
Deite p'ra cá um escudo.

VI  
Viva lá, senhor F . . .  
Cabelinhos aos anéis  
Vale mais o seu cabelo  
Do que três contos de reis.

VII  
A rolinha rola, rola,  
Por cima duma cebola;  
Viva lá, Senhor F . . .  
A mais a sua senhora.

VIII  
Vamos dar as despedidas,  
Boa-noite, até amanhã;  
Vamos pedir ao Senhor  
Que p'ro ano estejam cá.

A quadra n.º V é variante dos n.ºs XV, XVI e XVII do grupo anterior; e tem a mais a última que é o epílogo do canto, desejando um bom ano às pessoas da casa.

Resumindo, o assunto das «Janeiras» é sempre o mesmo através das aldeias, vilas e cidades, do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve; o que varia é não só a música, mas também a letra, não só quanto à disposição, mas ainda quanto ao número das quadras. Possuo ainda letras de Álvora, concelho de Arcos de Valdevez; de Gulpilhares, concelho de Vila Nova de Gaia; de S. Paio de Merelim, Braga; de Duas Igrejas, Vila Verde; de Vieira do Minho; de Aveiro; e de Trás-os-Montes (sem indicação da localidade).

Todo este material aguardará outra altura mais oportuna, visto que o meu interesse de momento é dedicar-me aos «Reis» do Norte da Bairrada, que apresentam características bastante originais.

Já uma vez tentei estabelecer uma linha, na verdade sujeita a muitas correcções, que delimitasse a região da Bairrada pelo lado do Norte; geologicamente, a zona está estudada e conforme a constituição do solo, aparece-nos, dentro dessa linha, o vinho tipicamente bairradino; no entanto, zonas há em que se encontram vinhos diferentes, o que se nota, por vezes, numa só aldeia<sup>(10)</sup>.

Não era meu interesse dedicar-me particularmente ao estudo desses problemas. Passei, portanto, de relance sobre o assunto para me dedicar mais ao estudo linguístico, etnográfico e folclórico dessa região em todos os seus aspectos e compus a minha Dissertação de Licenciatura, apresentada à Faculdade em 1959. Aí estudo certas aldeias muito antigas, como Soza, Ouca e Fermentelos, e outras que, por estudos feitos, são de criação muito mais recente, quando não zonas de infiltração do povo nortenho, atraído pela fertilidade dos terrenos e até por um ambiente de idêntica coloração. Aí, pois, defendo a influência exercida pelo norte, neste caso no seu sentido lato, e também por outras povoações situadas mais ao norte mas relativamente perto; é o caso de Ílhavo, povoação muito antiga que terá tido, como na verdade ainda hoje tem, uma grande influência sobre essa zona mais ao sul. Referi-me à linguagem e também ao característico modo de entoação, notável pela musicalidade das frases; e afirmo que a vila de Ílhavo tem exercido até uma influência muito maior do que a própria cidade de Aveiro que se terá confinado muito à sua volta.

Pois bem, passemos ao folclore; é deste assunto que agora me quero ocupar, e dentro deste, do que diz respeito à Epifania.

Em todas as aldeias próximas de Aveiro se fazem por essa altura «Cortejos de Pastoras», simples, sem diálogo, em que os componentes somente apresentam os seus fatos garridos, com predominância minhotos.

No entanto, de aspecto mais complicado, de cortejos de oferendas para a Igreja ou Capela, ouve-se falar pela primeira vez em Ílhavo, que parece ter primado com essas festas. Mas esse ritmo abrandou, Ílhavo deixou de ter os seus Reis, e em contrapartida essa zona sob a sua

influência, passou a organizá-los. Assim passa a haver cortejo dos Reis em Soza, Ouca, Boco, Palhaça, Nariz e numa aldeia do Concelho de Águeda, mais interior, chamada Borralha, enquanto as zonas de influência de Aveiro, passam a ter cortejos de *pastoras*: Aradas, Quinta do Picado, Verdemilho, Quintãs, Costa e Póvoa do Valado, Oliveirinha, etc., etc., o que não quer dizer que, uma vez ou outra, também não façam cortejo dos Reis.

Actualmente, há uma aldeia em que essa festa se faz com grande luzimento, e deixa até de ter já o cunho inicial popular; os autores dos autos passaram a interessar-se pelo assunto e foram bebê-lo com mais interesse a obras consideradas clássicas, como a «Bíblia», «O Mártir do Gólgota» de Perez Escrich ou o «Ben Hur» de Lewis Wallace.

Qual o melhor Auto? É isso que nos propomos estudar.

Quando pela primeira vez tratei o assunto, afirmei que o arranjo utilizado na Palhaça, tinha sido baseado nos papéis de Ouca e de Nariz. Não me foi possível, na altura, comprovar a afirmação. É que estes manuscritos são avaramente guardados pelo autor que a ninguém os quer ceder; na Palhaça, consegui coligir praticamente tudo o que dizia respeito a esta festa, embora tivesse de vencer por vezes certos obstáculos. Esta retenção dos originais é motivada por aquilo a que eu costumo chamar *política de aldeia*.

Por felicidade, chegou-me às mãos um velho manuscrito dos «Reis» de Nariz, com o qual o da Palhaça tem bastantes semelhanças, diga-se mesmo que é o plano sobre o qual este foi feito; é, como se pode ver, muito simples e fácil de decorar. O da Palhaça é muito mais completo; antes mais solene; num e noutro há erros ortográficos e de sintaxe, mas não nos admira isso, pois foram pessoas pouco cultas que os compuseram.

Na Palhaça, apesar das muitas incongruências, tentam aproximar-se mais do natural do que em qualquer das outras aldeias citadas, não falando em Bustos, onde se peca por grande exagero.

Manuel Vieira Romízio, um velho criado de servir, amigo de ler livros de leitura, a «Rosa do Adro» e o «Amor de Perdição», guardou com grande cuidado esses papéis que logo se prontificou a emprestar-me; por isso, graças a ele, eu posso pôr ao lado dos escritos

da Palhaça, os de Nariz, tornando assim possível uma comparação.

#### COMPARAÇÃO DOS PAPEIS DA FESTA DOS «REIS DE NARIZ, DA PALHAÇA E DA BORRALHA»

Disse há pouco que o original de Nariz deve ter servido de plano ao da Palhaça, e isso nota-se perfeitamente, fazendo uma leitura com os originais, um em frente do outro. A estrutura do primeiro é a mesma do segundo, mas, enquanto naquele a simplicidade das formas do discurso e o tom natural e perfeitamente popular se mostram com evidência, neste nota-se um conhecimento mais profundo, embora por vezes incompleto, da história de Cristo; além disso, a fala das personagens é mais solene, mais própria das grandes peças de teatro . . . e, quando os reis falam, não se limitam a um pequeno número de palavras, mas fazem de preferência longos discursos, ora com evocações histórico-religiosas, ora de interesse moral.

Estas são as diferenças que existem nos dois dos três textos que adiante reproduziremos, no seu sentido geral; mas outras há que passo a mencionar.

Logo no começo, no texto da Palhaça, há o diálogo entre o Anjo e o velho Simeão que nos elucida sobre o que vai acontecer e qual a razão da sua presença, ali.

Ora, no original de Nariz, nada há que nos indique os sucessos posteriores; o texto entra imediatamente com o encontro dos Reis Magos, deixando para segundo lugar a fala do Anjo que não faz parte de um diálogo como no outro texto, mas é um convite a todos os pastores e pastoras para o seguirem. Como vemos, não há dúvida de que o original da Palhaça começa com mais arte, obrigando os espectadores a presenciarem e a tomarem, desde o início, contacto mais íntimo com a peça.

Para mostrar a diferença de linguagem num e noutro texto, basta reproduzir a primeira interrogação no encontro dos três Magos:

Nariz:

Baltazar — Quem és tu?

Palhaça:

Baltazar — Saudo-vos, Magestade, amigável e respeitosa-mente; que fazeis e onde vos dirigis?

Por este exemplo vemos, e não é necessário apresentar outro, pois numa leitura, ainda que

breve, muitos se podem tirar, que o tom natural da conversa quotidiana e simples é substituído pelo tom grave, solene da conversa aristocrática, embora, por vezes, o autor não saiba fazer corresponder os elementos de sintaxe devidos ao tratamento.

Outra diferença, que também é superior no original palhacense, encontra-se no texto, precisamente na altura em que os Magos deparam com o palácio de Herodes. Enquanto o texto de Nariz está conforme o que é actual, visto que o escravo do Tetrarca é representado pelo *cabo da guarda* do palácio, no texto da Palhaça aparece-nos esse escravo com o nome de Cingo, o egípcio favorito do cruel rei, e isto é, com toda a certeza, uma reminiscência da obra de Perez Escrich, «O Mártir do Gólgota».

Além disto, uma outra diferença se nota, entre os originais; enquanto no manuscrito da Palhaça, Herodes manda chamar os sábios *doutores da Lei* para que o elucidem sobre o nascimento do Messias, no texto de Nariz os *doutores da Lei* são substituídos pelo *Secretário* de Herodes que lê aos ilustres estrangeiros a lei que intima todas as mães de Israel a apresentarem no palácio os seus filhos até à idade de dois anos.

No texto da Palhaça, o assunto é um pouco diferente pois o primeiro doutor lê o seguinte: «Senhor e grande Rei de Judá!»

Está escrito, no cap. XIV, do Vaticínio de Belém, nas Profecias de Daniel, que outra coisa é a Escritura, senão uma carta do Omnipotente aos homens!

Rogo-te que estudes e medites, cada dia, as palavras do teu Criador, aprendendo assim a conhecê-lo nelas.

Porque o Messias, prometido à terra, deve nascer em Belém de Judá, que, apesar de ser uma cidade sem importância, é considerada feliz entre todas as cidades».

E esta informação sobre o nascimento do Menino também é confirmada pelas palavras do segundo doutor:

«Senhor:

De Jacob nascerá uma estrela, no formoso céu da Galileia, onde David foi ungido rei; em ti, Belém, chamada *Eufrates*.

Tu és pequena, mas de ti sairá aquele que deve reinar em Israel, cuja geração teve princípio desde a eternidade».

Nota-se mais ainda: enquanto os discursos do texto de Nariz são feitos pelos Reis, junto ao palácio de Herodes (e isto tem muita impor-

tância, porque toda a gente que assiste os quer ouvir), no texto da Palhaça são feitos à porta da igreja, isto é, já com o Presépio à vista. Nesse caso, no original da Palhaça há, é certo, palavras que esclarecem a identidade de cada um dos Magos a Herodes; mas quase que, nessa altura, a cena cai no tom natural de curiosidade de saber. Sòmente Gaspar, dando de novo com a Estrela, se maravilha com o seu reaparecimento, falando algum tempo mais.

No texto de Nariz, Herodes enganou os Magos, indicando-lhes um caminho diverso; e é depois Baltazar, que, voltando ante as portas do palácio, lhe chama traidor, mentiroso e assassino de seu filho Antipas.

A peça, que termina junto do templo com grandes discursos no original da Palhaça, acaba no de Nariz, por três simples e mal feitas quadras, cada uma delas recitada por cada um dos Reis ao mesmo tempo que beijam o Menino-Deus; isto não está longe de modo como Gil Vicente termina o seu «Auto dos Reis Magos», simplesmente, neste autor, os Reis cantam o vilancete em conjunto.

Concluindo: o texto de Nariz é mais simples, mais aproximado da conversa popular de todos os dias, e, por isso mesmo, mais facilmente apreensível por todas as pessoas, que, pouco cultas ou mesmo analfabetas, podem tomar parte integrante na representação. Esta simplicidade facilita às personagens uma interpretação mais natural.

O texto da Palhaça, mais solene nas suas frases, mais elevado de pensamento e mais minucioso em certos pormenores, tem, de quando em vez, alguma coisa de pretencioso. Mesmo assim, a representação é mais aceitável sob o ponto de vista artístico.

Por tudo o que acabámos de expôr, concluímos pela superioridade do texto da Palhaça, muito mais fora do vulgar.

Resta-nos agora chamar também a atenção para o manuscrito dos Reis da Borralha e para as respectivas influências ou interpenetrações, evidentes depois de uma ligeira comparação.

Assim, no manuscrito da Palhaça, o velho Simeão aparece no princípio e no fim; o seu diálogo com o Anjo introduz o auto, vindo imediatamente a seguir o encontro dos Magos. Na parte final, Simeão sente-se extasiado perante o Deus-Menino.

No de Nariz, esta santa figura de velho não aparece; o auto começa com o encontro dos Reis Magos, vindo a seguir um convite

da parte do Anjo aos Pastores, situação idêntica ao da Borralha. Neste também não aparece o velho Simeão; o auto é introduzido pela fala do *Anjo da Aparição* aos Pastores. E ainda neste manuscrito se topa com alguma coisa de diferente em relação aos outros dois: não se assiste ao *encontro dos Magos* que só revelam a identidade perante as perguntas de Herodes, à frente do seu palácio. No entanto, as falas dos Magos, nesta altura, são, nos três autos, muito semelhantes, quase iguais.

Mas podemos ainda apontar outras diferenças: no auto palhacense, aparece uma figura, *Cingo*, o escravo de Herodes, que aparece substituído, nos de Nariz e da Borralha, pelo *cabo da guarda*; aparecem também os dois *doutores da lei*, a quem Herodes pede esclarecimentos sobre o nascimento do Messias. Ora, no texto de Nariz, além do *cabo da guarda*, há o *Secretário* de Herodes que lê o *Código da Lei* na presença dos Magos, ao mesmo tempo que revela uma ordem a todas as mães para apresentarem os filhos até à idade de dois anos, no palácio, hipocritamente a fim de ser reconhecido o Messias.

No texto da Borralha, contudo, aparece uma nova personagem, o *Doutor Rabi*, a esclarecer os interessados sobre o lugar onde teria nascido Jesus; e além desta, e à semelhança de Nariz, um *Secretário* a ler o *édito imperial* com a mesma finalidade de avisar as mães de Israel. É ainda neste auto que surge uma nova situação, após o diálogo com Herodes: os Magos aparecem pernoitando sob uma árvore, sendo avisados em sonho da traição de Herodes, pela voz do Anjo que os guia até à igreja, à frente da qual os Reis não falam, o que acontece nos outros dois casos.

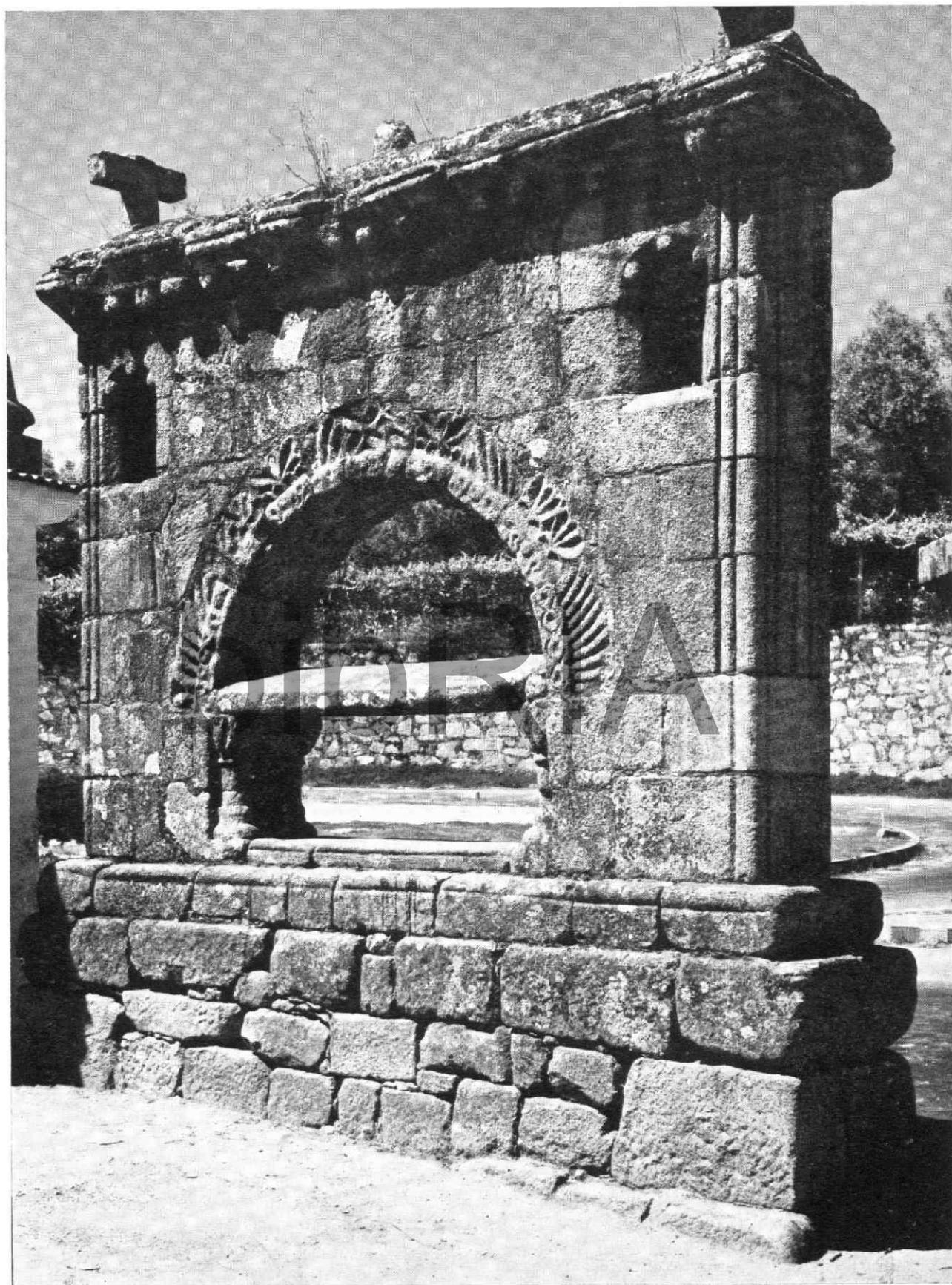
Estes cortejos dos «Reis Magos» têm vigor na Península Ibérica; recordemos certas cidades da Espanha, por exemplo Málaga, onde se prima

pelo grande aparato folclórico, e onde os Reis distribuem brinquedos e rebuçados às crianças; de maior interesse é a tradicional «cavalgata» de Bilbao, preparada com interesse, mas antecipadamente; é no dia cinco de Janeiro, à tardinha, que se efectua a passagem dos Reis pela cidade, para levar às criancinhas necessitadas os presentes trazidos, simbolicamente, de terras longínquas. Isto, aliás, esteve na reprovação do Papa Pio XII, que quis acabar com esse costume por ser uma mentira armada à inocência das crianças <sup>(11)</sup>.

(continua)

#### NOTAS :

- (1) — Frei Tomé de Jesus — «Trabalhos de Jesus», Porto, 1951, vol. I, págs 167-177.
- (2) — Gil Vicente — «Obras Completas», vol. I, Lisboa, 1942, pág. 47.
- (3) — Gil Vicente — Opus cit., vol. I, Lisboa, 1942, pág. 45.
- (4) — Quanto à integração do auto dos Reis Magos na citada obra deste Autor, veja-se o artigo publicado no «Jornal da Bairrada», n.º 274, com o título «Aspectos de folclore em Júlio Dinis».
- (5) — Leite de Vasconcelos — «A Barba em Portugal. Estudo de Etnografia comparativa», Lisboa, 1925, pág. 107, nota 2.
- (6) — Leite de Vasconcelos — «A Barba em Portugal. Estudo de Etnografia comparativa», Lisboa, 1925, pág. 19.
- (7) — Leite de Vasconcelos — Opus cit., pág. 107.
- (8) — Leite de Vasconcelos — «Opúsculos» vol. II, pág. 227.
- (9) — Francisco Manuel Alves — «Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança», tomo IX, pág. 299.
- (10) — António Tavares Simões Capão — «A Bairrada. Estudo linguístico, histórico e etnográfico» — Dissertação de Licenciatura, inédita, Coimbra, 1959, pág. 63-65.
- (11) — Informação dada por uma aluna da Escola de Agentes de Formação Rural, de Braga.



MEMORIAL DE SANTO ANTÓNIO (Freg. SANTA EULÁLIA. Conc. AROUCA) Monumento, posto que de sentido fúnebre, meramente decorativo, a marcar um ponto estacional de procissão. Séc. XIII final

Fot. A. Nogueira Gonçalves

# Do "Descobrimento" do Ambar

Pelo Dr. Fernando Magano

Professor Catedrático da Universidade do Porto

Foi no ano de 1742.

Esta *pedra de Ambar*, que hoje catalogamos como uma resina fóssil, andava já nesse tempo setecentista descrita em vários tratados eruditos; sobre ela se redigiram conjecturas de origem e constituição e se lhe atribuíram, como a muitas outras «pedras», miríficas virtudes mais ou menos terapêuticas. Mas, provavelmente, nas estantes das nossas boticas, seria o ambar espécie rara e muito custosa. Quase preciosidade. Provinha de longínquas praias de mares orientais, trazida por algum embarcaçõ aventureiro e mercadejada por alto preço. Como produto indígena não havia notícia.

De suas singulares propriedades substanciais só alguns conhecedores, mézinheiros e cirurgiões, teriam conhecimento aproximado. E mesmo assim por leitura de livros raros que poucos possuíam.

A glória da sua descoberta entre nós, segundo um crédulo cronista de setecentos e tal, cabe a um ílhavo e a um vareiro, boticário aquele, pescador o segundo.

O primeiro, finório e sabedor, vai logo de corrida fazer o seu negócio; o outro, sòmente intuitivo, bate à porta de outro boticário na sua rua e entrega-lhe o achado.

Ambos descobriram, toparam, a «pedra» na orla do mar, quando, descida a maré ficam na areia os detritos. Dois solitários, veraneante mas intencional um, passante e néscio o outro, toparam o ambar misturado com as conchas, embrulhado nas algas, no meio do cisco da maré vaza, nas praias do mar de Aveiro . . .

Em 1779, consoante consta do rosto do voluminho, o irmão frei Cristóvão dos Reis, Carmelita Descalço, Farmacêutico-Botânico e Administrador da Botica de N. Senhora do Carmo de Braga, publicou, com licença da Real

Mesa Censória, impresso na Régia Officina Typográfica, umas: *Reflexões Experimentais Methodico-Botânicas, muito úteis, e necessárias para os Professores de Medicina e Enfermos, Divididas em Duas Partes.*

A primeira parte trata das Caldas, Banhos de Rios, do Mar e Fontes Medicinais que se acham nas três Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira. Com muitos conhecimentos directos e outros de outiva vai o autor ensinando de seus saberes e suas notícias desfazendo ignorâncias e apontando sabedorias.

A parte segunda trata: Dos Animais, Vegetais e Minerais, que se criam neste Reino.

Uma pequena e sôbria introdução deixa-nos entrever o estudioso farmacêutico-botânico de Braga que todo se arrepele pela entrada de medicamentos, de *Simplices* estrangeiros, muitos falsificados e outros já sem acção, com menosprezo dos produtos nacionais bem mais activos porque frescos e não menos variados do que os estrangeiros. Por isso mesmo se resolve a noticiar do Unicórnio (cujas pontas são diaforéticas, bezoarticas, sudorificas...), do Porco-Bravo (cujos dentes se aplicam nas febres malignas e nos pleurizes...), dos Caranguejos do Mar (que, calcinados, curam as chagas cancerosas e corrosivas...), do Sabugueiro (de cujo sumo se faz *arrobe chamado бага*, indicado com sucesso nas enfermidades que procedem de tumores crus...), de certas excrecências que nascem nas raízes do Sargaço e com as quais se obtém um extracto que reprime o sangue do peito e a demasiada purgação nas mulheres; das folhas do Aloe, cujas virtudes são magníficas nas escandecências hemorrodais.

E muitos, muitíssimos outros ensinamentos nos propina este saudável boticário, conhecedor do seu nobre míster e crítico sagaz. Da flora

montezina às ervas que se criam junto ao mar nada lhe escapa: o Carvalho-Cerquinho, o Silvão-Machado, a Salsa-Parrilha, o Buxo cujo óleo remove qualquer tumor glanduloso, a Jalapa cuja raiz purga todos os humores, o Açafraão Silvestre que, por experiência própria, se muito abundante na comida causa vômitos, tristeza e turvação da cabeça, mas desfeito em leite de mulher e aplicado aos olhos, reprime os humores que acodem a eles; por aí adiante, ensinando as propriedades e o modo de fazer os cosimentos e as cataplasmas e as mixorfas para uso interno.

No Capítulo V do tratado III ensina-nos «Do Ambar; e suas diferenças». No índice geral do precioso voluminho a rubrica Ambar é explícita: «Ambar, seu descobrimento», como quem dar notícia, em primeira mão, de um facto de importância nacional e científica.

Vale a pena arquivar, actualizando a grafia (pag. 324):

— «O Ambar é uma matéria bituminosa, de côr branca cinzenta, jaspeada de diversas linhas, ou pintas pretas, o qual se acha em várias partes do mar, arrojado às praias com o impulso das ondas, quando há alguma grande tormenta. No ano de 1742, em que assistia em Coimbra, foi àquela cidade um boticário de Ilhalvo, terra vizinha de Aveiro, com um pedaço de betume cheiroso, que pesaria duas libras. Examinou-se por causa do seu cheiro, e se assentou ser perfeito Ambar, o qual vendeu na mesma cidade. Disse este, que por ter lido a descrição do Ambar, fora andar pela praia, depois de uma grande tormenta, e o achara entre o cisco e ervas que o mar tinha lançado fora, aonde acudiam as aves marinhas.

O mesmo sucedeu nas praias do mar, vizinhas à vila de Ovar, nas quais o achou um pescador, e mostrando-o ao boticário da terra, e este não só pelo cheiro, mas também pelas cores, assentou ser Ambar verdadeiro».

Curiosíssima a intimidade psicológica deste pequenino texto. O facto não é inventado nem sabido de outiva. O redactor teve conhecimento directo: «em que assistia em Coimbra». Por então, nas andanças das missões das sua Ordem Carmelita, frei Cristóvão dos Reis estanceava no Convento da cidade doutora. E o Boticário de Ilhavo não fora à Costa Nova

sòmente veranear. Finório e sabido nas leituras, quando passou um vendaval, ladino, deu-se a passarinhar na praia à procura... e correu a fazer negócio em terra de sabedores. Descoberta e proveito. O outro, pescador de ofício e sòmente atento ao estranho achado, já que calcurriando as areias nunca topara semelhante pedra, foi inquirir do que era aquilo, entregando o achado ao sabedor da terra, um farmacêutico de ofício. E não se sabe se houve negócio...

E em seguimento o bom cronista adverte e ensina:

— «E se houvesse curiosidade nos moradores vizinhos ao mar de o procurar nas suas praias, depois de algumas tormentas, talvez se acharia com abundância, e causaria admiração, por ser cousa rara neste Reino, e não ter havido quem até aqueles anos o procurasse, nem até agora nos desse notícia do seu invento.

Quem quiser procurar o Ambar, tenha o cuidado de observar as aves marítimas; porque ordinariamente se juntam nos sítios, onde as ondas o tem lançado. Umaz vezes se acha brando, outras duro, de sorte que se fica em parte húmida, se conserva brando; se não, se endurece com o sol. Enquanto brando, tem cor cinzenta escura; mas depois de seco, se lhe veem diversas cores, como branca cinerícia, jaspeada com manchas pretas».

Não se pode dizer melhor, descrever com mais apropriação: branco cinericeo, jaspeado de manchas pretas.

Havia no convento não só o texto da botica, mas a regra da linguagem perfeita.

E aquele *Ilhalvo*? Mais um qualificativo a adornar a linguística e um filão filológico; e outro elemento onómástico para aquela «povoação junto à água» na significação que Rocha Madahil intuiu com agudeza e Arlindo de Sousa demonstrou eruditamente.

Agradecemos ao bom Carmelita Descalço a anotação da descoberta.

E não nos fiquemos, hoje, muito sabichões, a querer perdoar a ingenuidade. Era assim, como agora é de outra maneira.

Bem haja o farmacêutico-botânico, lhe dizemos daqui regionalisticamente agradecidos e embofiados, pois então!

Não é exacto: mas consta de verídicas crónicas que o ambar foi descoberto nas praias do mar de Aveiro, por ilhavo e por um vareiro, no ano da graça de 1742.

## JAIME DE MAGALHÃES LIMA

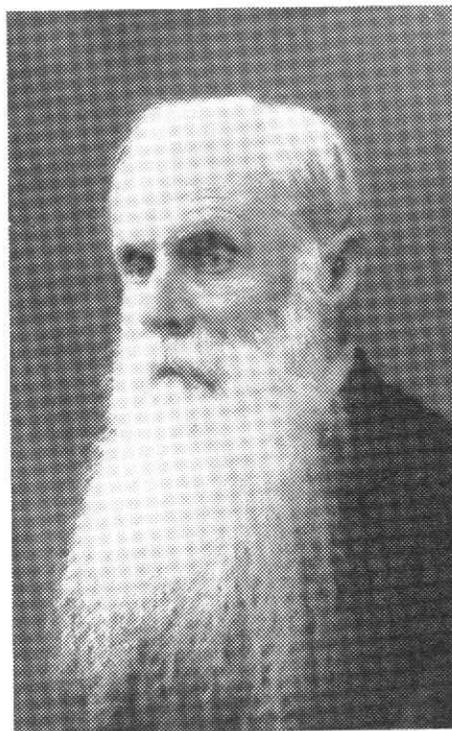
NOTAS  
BIOGRÁFICAS

Nasceu em Aveiro, em 15 de Outubro de 1859. Matriculando-se na Universidade de Coimbra, concluiu o curso de Direito de 1880. Desde muito novo que se dedicou ao estudo dos grandes problemas sociais, sempre absorto na contemplação da Natureza.

Em 1892 foi eleito presidente do Município de Aveiro.

A sua conferência sobre o crédito agrícola em Portugal, realizada em 1899, na Real Associação de Agricultura Portuguesa, causou sensação. Fez várias viagens pelo Mundo, tendo percorrido a Espanha, França, Itália, Áustria, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Holanda, Norte de África e Rússia, onde visitou Tolstoi.

Além de assídua colaboração nos jornais A Província, Novidades, Repórter, Nacional, Jornal da Noite e Diário Ilustrado, e nas revistas Lusitânia, Portucale, Revista de Portugal (de Eça de Queirós), Vitalidade e Seara Nova, deixou numerosos artigos e monografias dispersos nas colunas do Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, Revista dos Campos, Portugal Agrícola, Revista Florestal e Revue Politique et Parlementaire. Publicou: Estudos sobre a Literatura Contemporânea (1886); O Sr. Oliveira Martins e o seu projecto de fomento (opúsculo 1887); A Democracia (estudo sobre o governo representativo, 1888); Arte de Estudar (trad. do inglês, de A. Bain — 1888); Cidades e Paisagens (1889); Doutrinas de Leão Tolstoi (1892); Jesus Cristo (trad. do francês, de Didon—1894); Transviado



(1899); Notas de um provinciano (1899); Elogio de Edmundo de Magalhães Machado (1900); O Sonho da Perfeição (romance 1901); As Vozes do Meu Lar (1902); Na Paz do Senhor (romance 1903); O Reino da Saudade (romance, 1904); Via Redentora, Apóstolos da Terra, Servo e Menor, S. Francisco de Assis e os seus Evangelhos (1908); A Guerra (depoimento de herejes, 1915); Rasto de Sonhos (Arte e alentos de pousadas na minha terra, 1918); A Língua Portuguesa e os seu Mistérios (1925); Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da história nacional (1924); Cândido da Cunha, o pintor do mistério e da paisagem (1926); Dificuldades étnicas de insinuação do nacionalismo na arte portuguesa contemporânea 1931), e o amor das nossas coisas e alguns que bem o serviram 1933). Recolhido na sua Quinta do Eixo, proximidades de Aveiro, onde conseguiu uma colecção de eucaliptos, que é considerada a mais notável da Península, ali morreu em 26 de Janeiro de 1936.

## VALE DE LAFÕES

Se me fossem necessárias provas da perversão ou debilidade dos costumes e da educação nacionais, tê-las-ia na ignorância, no abandono e na geral indiferença dos portugueses que ou não conhecem ou não querem conhecer, ou mesmo desprezam, depois de o conhecerem, esse delicioso cantinho da nossa terra chamado o Vale de Lafões. Percorri-o durante três dias e em todas as direcções, e lá encontrei empregados públicos e médicos e advogados e proprietários e gente de toda a condição e toda possuída dum mesmo enfado, maldizendo a sua sorte e suspirando por terras melhores. Encontrei também muitas vezes estradas desertas, palácios escalavrados e aldeias misérrimas. O que, porém, em parte alguma encontrei, foram viajantes jornadeando por simples interesse e curiosidade de conhecerem aquelas terras, que são nossas e que são belas; nem gente que as procurasse como um lugar de tranquilidade salutar onde recuperasse as forças perdidas no ar empestado das cidades; nem habitações, não de luxo ou de recreio, que as não cobice para o meu país, mas significando um amor consciente da natureza, um carinhoso aferro ao silêncio e à majestade das montanhas, à contemplação das coisas em que a grandeza da vida se revela na serenidade plena da sua harmonia, cativando a nossa alma e depurando-a. Nada disso lá encontrei, e nem sequer quaisquer leves vestígios de semelhante tendência me autorizaram a sonhá-la.

Porquê?!... Será que o português não viaja? Será que lhe falem meios económicos para dispendir alguma coisa em um repouso duplamente sadio, moral e fisicamente, longe do bulício das cidades e da sua diversa corrupção? Com certeza, não. Não faltam portugueses que tenham percorrido as montanhas da Suíça, e os seus lagos e os Pirinéus e o Reno e a Escócia. Não falta quem nos assegure que viu lá paisagens magníficas e não falta quem esteja disposto a ir vê-las. As viagens de portugueses ao estrangeiro multiplicam-se e amiúdam-se constantemente. E até não falta quem de lá nos traga e praticamente nos mostre a poder de dinheiro e com um zelo digno de melhor sorte, *chalets*, jardins arrelvados e

muita outra coisa linda que do estrangeiro importou como a nota da civilização.

Dinheiro e gente não escasseia. Teremos quanto basta para uma grande renovação do nosso país. Mas a tristíssima e evidente verdade é que a tal penúria se encontra reduzido o senso estético e o senso moral, se é que esses dois aspectos do carácter não são uma e a mesma coisa, como eu creio, tão pobrezinhos de alma nos vemos que não se sabe como alcançar o pequeno capital de inteligência e arte que seria necessário para iniciar uma renascença e aproveitar o muito dinheiro e a gente de boas intenções que a poderiam engrandecer e levar a cabo. Tudo se faz somente pela mais estulta ostentação; a depravação do sentimento é profunda; a sinceridade a mais rara das aves, posto que, — manda a justiça e o nosso contentamento que se diga, alguma sinceridade nos apareça e essa constitua o nosso consolo e esperança. Mas é a excepção das excepções. A regra é procurar uma casa ou construí-la mirabolante para dar um sinal de riqueza, escolher para ela um lugar frequentado, onde se veja, e habitar-se por tanto tempo e com tantos criados e com tais modos e trajos quanto for necessário para cumprir as indicações da gente fina e merecer a sua companhia e louvor. Os sentimentos que inspiram todos esses passos serão filhos da mais extrema vaidade.

Só assim se explica, só por completa degradação do sentimento se compreende que sejam quase ignoradas terras como as do Vale de Lafões, rivalizando com as mais afamadas e frequentadas regiões montanhosas da Europa.

Nem a dificuldade de comunicações justifica o abandono. Quando a houvesse, deveria ser mais um motivo de tentação para a mocidade, naturalmente ávida de esforço e movimento, se é sã e vigorosa de corpo e alma. Mas o Vale de Lafões é todo de facilimo acesso. Os montes estão cortados de estradas magníficas. Só uma ausência completa de educação do espírito faz que anualmente se despegem muitas mil pessoas pelas casas de tavadagem das margens do Oceano, e se fuja, como de coisa penosa ou ruim, daqueles páramos de beleza que são um enlevo de poesia e um refrigério para a alma mortificada de estéreis lutas do mundo. Entrando nessa região pelo vale do Vouga, já em Pessegueiro temos a primeira página do volumoso livro que vamos ler e a indicação completa do seu carácter — terras alcantiladas sobre as margens do rio, bem povoadas de

arvoredo em que o pinhal viçoso e espesso ergue as pontas agudas como lanças, casais acoitando-se nas quebradas entre carvalhos frondosos, águas ora tranquilas, espaiadas, ora espumando nos açudes, e lá em cima, muito altas em uma mudez atlética, reflectindo o sol, as cristas da serra das Talhadas, a guardarem o vale, como sentinela incorruptível. Pelas alturas de Vouzela estaremos na mais perfeita paisagem alpestre, e até S. Pedro do Sul se continua com uma prodigalidade de aspectos que é maravilha. Se em tal abundância pode haver escolha, as minhas preferências serão por Santa Cruz da Trapa. Aí, o quadro é completo. Em um pequeno planalto ao fundo da serra da Gralheira, fechado o horizonte pelo Caramulo e pelas Talhadas, a divisar-se ao longe, por uma garganta estreita, a Estrela com as suas manchas de neve, alvas como ermidas, sarjadas as terras interiores de inumeráveis vales, donde surgem aldeias e viço e frescura, as montanhas adquirem ali um relevo prodigioso, desenhando-se na limpidez do céu em linhas arrojadas e nítidas, com uma agudeza de arestas inigualáveis, com o seu «facies», (característica expressão que roubo a um distinto espírito) tão bem acentuado, tão vivamente penetrante, que se grava na lembrança como uma fisionomia austera e cativante. Os colossos informes da Estrela, as quebradas sombrias do Buçaco, todas as montanhas de Portugal esmorecem, por deficiência de linhas definidas, se as confrontamos com a região privilegiada que com o Caramulo, a Gralheira e as soberbas cascatas da Freita abrange ainda o formosíssimo vale de Arouca, muito comparável, a meu ver, com Baden-Baden.

Vi e percorri estas montanhas. Todas elas são de Portugal, aquém da fronteira das suas terras, conhecidas, sabidas, estudadas e até desenhadas a rigor nas belas cartas da comissão geodésica; e tão facilmente acessíveis que se podem visitar a cavalo e mesmo poderá percorrer os seus trilhos calçado de sapatos de polimento o que quiser ter esse capricho ou por muito prolongado uso já não saiba calçar-se doutra forma. Dir-se-ia, porém, que esses montes ficam na Ásia ou mais longe ainda, por tal modo mostramos ignorá-los e tanto desprezamos esta soberba riqueza que a natureza nos concedeu.

Que o faça quem nunca os viu, quem foi educado num triste apartamento da natureza, compreende-se e perdoa-se. Mas que igual-

mente procedam os que nasceram ali, que desertem do berço os seus próprios filhos, é uma aberração imperdoável. Porque é de notar que o Vale de Lafões e as serras próximas e em torno são terras bem povoadas nas quais abundam casas nobres. Que é feito dos descendentes desses senhores morgados, onde param, como têm amado e cumprido a sua missão social, tão simpática, de guardas da tradição e de patronos dos seus servos e dos seus humildes vizinhos?

O código civil, com a pulverização da propriedade, deu a voz de dispersar; o luxo, as ambições, a civilização moderna, crassamente material, fizeram o resto. Uns, talvez os mais capazes, pelo menos os mais audazes, passaram nas escolas que nada souberam revelar ao seu coração, e pela política, pela burocracia, pelas artes liberais, com fortuna vária, vivem ou se arrastam nas cidades às quais os prendem efêmeros e deprimentes regalos. Outros, talvez os menos hábeis e menos activos, dormitam e vagueiam pelo solar, a jogar e conquistar raparigas da aldeia comendo bem e bebendo melhor, e a dissipar assim os bens que uma burguesia ávida e grosseira cobiça e progressivamente vai captando. Empobrece o fidalgo, e enriquece o tendeiro, o almocreve e o agiota. Nas camadas superiores ficaram o estouvamento imbecil, de um lado, e do outro uma ganância, sensual, acomodaticia, e no fundo sórdida por diversos modos; e entre os dois andam jogados os bens que um povo humilde, manso e trabalhador criou e faz valer pelo seu amor.

Esse povo, quando pode, emigra. Não tem outro meio de se libertar da miséria. O proprietário devora-lhe as arcas, as rendas da terra são pesadíssimas; e o que lhe sobra vai para o agiota que não quer menos de dez por cento. Toda a autoridade social, propulsora do progresso, fiel da justiça, inspirando, pelo exemplo, a ordem, a economia, a caridade, o respeito dos humildes e o alívio das agruras do trabalhador, todo este elemento de ponderação e de desenvolvimento económico e moral se dissolve na crise social representada pela luta das duas categorias de gente abastada que aponte, uma aristocracia caduca e uma burguesia destituída de nobreza.

Se a emigração do campo para a cidade, mal comum a todo o mundo civilizado, fosse compensada em parte, ainda que mínima, por uma pequena corrente em sentido inverso, pode-

riam as aldeias das nossas províncias esperar das cidades algum bem, trazido por aqueles que enfatiados da vida urbana levassem aos campos o seu dinheiro e o seu saber, e hábitos de método, estudo e reflexão, o capital de ordem e inteligência que constitui o melhor do carácter da gente educada. Mas daí nada temos a esperar. O desvairamento é, por enquanto, profundo e completo; o campo significa para a grande maioria um enfado temeroso. Vida digna, para esses, e felicidade só naquela dissipação do corpo e do espírito, na perene frivolidade que é a prenda mais evidente e a ambição mais violenta das classes chamadas dirigentes e que de facto nos governam.

A redenção poderia vir talvez dos filhos dessa mesma burguesia que hoje se torna notável e prepondera apenas pela avidez. Educados na abundância, não tendo sido sujeitos às necessidades que corromperam os pais e lhes inflamaram as cobiças, não trarão esses à nossa terra um diverso sentir menos cruel, mais impregnado de doçura, rectidão e amor que lhes inspire a vida? Ou estaremos nós condenados a ver uma degradação ainda mais funda, agravando a depressão das plebes rurais até à sua completa ruína operada por uma burguesia insaciável e incorregível, de todo rebelde a qualquer insinuação da justiça, da bondade, do dever e até mesmo de um bem pensado interesse nacional?! . . .

No encanto do Vale de Lafões, atravessando as suas quebradas, insistentemente me acompanhou a lembrança destes problemas. São os de todo o país, mas ali vivamente os acentua uma fase de transformação em que o presente ainda não escureceu inteiramente o passado, como um começar de doença em que se avista ainda o equilíbrio da saúde a perder-se. Nada mais melancolicamente incerto do que o futuro daquelas aldeias. Escravidão sob um despotismo

capitalista e na mais cerrada treva moral dos senhores e dos escravos? . . . Conforto e paz na abundância e na liberdade e na luz do sentimento cristão? . . . E não me atrevia a ir além duma interrogação, mais turvada de descrença do que inflamada de esperanças.

Algumas vezes pensei que se nós tivéssemos escolas e igrejas, escolas que fossem igrejas e igrejas que fossem escolas, se os educadores da mocidade possuissem uma alta compreensão das suas obrigações e das suas responsabilidades, se conscienciosamente fizessem da sua missão um apostolado e esquecessem o que ela possa ter de rendoso para unicamente se consagrarem ao que ela pudesse ter de generoso, talvez algures se estivessem disciplinando os exércitos da salvação. Para trazer àqueles campos a intensidade de vida económica e a beleza de vida moral que havia de fecundar e coroar a beleza e a fertilidade que lhes veio da natureza, seria necessária uma legião robusta de gente capazmente educada a todos os respeitos. E, reduzida a nada a educação doméstica, porque os pais têm política, a sociedade, os jogos, os cafés, os negócios e os parlamentos e as secretarias de estado, e as mães têm as casas de modas, e as criadas e as mestras estrangeiras para as aliviarem de fadigas, e nem pais nem mães podem por isso acompanhar os filhos, a educação fica confiada à escola e lógicamente só à escola podemos pedir gente educada. É a escola primária, o liceu e a universidade que a há-de formar.

Mas, logo pensava, que formam elas, Santo Deus?! . . .

É de morrer de tristeza! Quanto mais linda se nos mostra a terra, mais saudades temos de quem saiba amá-la e respeitá-la, fazendo que o seu pão se multiplique e piedosamente se reparta.



## ORIGEM DE ALBERGARIA-A-VELHA

# A CARTA DO COUTO DE OSSELOA

«Este notável documento constitue a certidão de nascimento e de batismo de Albergaria-a-Velha e, mais do que isso, atribuem-se-lhe ainda foros de maior valor para a nossa nacionalidade, considerando-o o primeiro documento em que Portugal figurou com o título de reino. (1)

Quando o bispo de Coimbra, D. Egas, em 1258, fez transcrever a Carta em pública-forma, para garantia da sua conservação, declarou que assim procedia por utilidade de Albergaria-a-Velha de Meigon Frio. E era Velha, certamente para contrapor a outra Albergaria de mais recente fundação, e que devia ser a Nova.

Cinco quilómetros a norte desta vila fica a povoação de Albergaria-a-Nova, ponto obrigado no itinerário da antiga estrada mourisca. Dois quilómetros abaixo desta povoação, a estrada ladeava a sudoeste em direcção a Assilhó.

A Albergaria-a-Nova convergiam mais duas vias de comunicação importantes: — uma era o caminho do Antuã (Estarreja), e outra, na direcção oposta, seguia para leste a ligar com a Ribeira de Fráguas, Silva Escura, Sever do Vouga e Vale de Lafões, e para ligação das antiquíssimas explorações mineiras do Vale do Caima e do Braçal.

Compreende-se, pois, que os senhores da Feira mandassem ali pôr uma albergaria, como fizeram outros fidalgos, que as instituíram nas suas terras. Por outro lado, e conhecendo-se o extraordinário poderio dos fidalgos da Feira e a sua arrogância, é de admitir que, por soberba, fossem levados a dotar com uma albergaria o limite das suas terras, a defrontar, quâse, a que D. Tereza aqui instituíra.

A Carta do Couto d' Osseloa seria um acto

de espontânea defesa social e benemerência da rainha D. Tereza, ou haveria o propósito de recompensar serviços a ela pessoalmente prestados por Gonçalo Eriz?

Acerca dêste ponto encontrámos uma antiga tradição, que António Augusto, nos seus apontamentos, expõe dêste modo:

Corre por tradição que a Rainha D. Tereza, passando pela Assilhó, se hospedara em casa de Gonçalo Eriz e de sua mulher Andreza Pires, e lá parira um filho, e por êsse motivo instituíra o Hospital, assegurando vastos territórios para benefício dos ilustres hospedeiros. Não consta, porém, que D. Tereza, a-pesar-das relações amorosas com Fernando Peres de Trava, tivesse algum filho depois da morte do Conde D. Henrique. Todavia, não repugna acreditar que ela então ali se hospedasse, pois neste ano de 1117 veio a Rainha a Coimbra, onde em Junho esteve cercada pelas fôrças do Emir de Marrocos, e, possivelmente, de regresso, demorou em Assilhó, d'onde tomou o rumo do norte, descansando em terras da Feira.

A mesma tradição encontrámos em um documento de 1629, que mais ao diante publicamos na íntegra, e do qual extratamos esta passagem:

Que provaria que a terra aonde estava situada a dita quinta do Fontão, que o embarcante possui, é de sua natureza dízimo a Deus, e por êste nome é denominada, e é privilegiada de rações e mais

direitos, por mercê que fez a Rainha D. Tereza àquela terra, em agradecimento de Deus nela alomiar (sic) dum parto, como se tem por tradição verdadeira e antiquíssima.

Escreve-se, invariavelmente, que a Carta do Couto d'Osseloia é do ano de 1117, quando nos aparece datada de 1155. Indicaremos a razão da aparente divergência, que a muitos causaria confusão.

Em Portugal vigorou a era de Cesar até 15 de Agosto de 1422, data em que D. João I ordenou fôsse substituída pela era de Cristo, em harmonia com a reforma Gregoriana. Até então todos os documentos se datam, pois, da era de Cesar, que começou 38 anos antes do nascimento de Cristo. De modo que, para se encontrar o ano de Cristo, que corresponda a outro da era anterior, basta deduzir a êste 38 anos, diferença entre o início das duas eras.

#### TRADUÇÃO DA CARTA

Osseloia, a que a Carta se refere, passou a denominar-se Silhó ou Assilhó, nome actual da pequena povoação que dista 200 metros desta vila. Em vários documentos do século XIX ainda aparece com o nome de Silhó.

Era ao tempo uma aldeia ou um casal, circunscrito, talvez, à casa solarenga de Gonçalo Eriz, habitada pelos solarengos (2) que agricultavam as terras do fidalgo, fertilizadas pelas águas do regato de Osseloia.

Contra esta afirmação não faça dúvida a Carta designar Osseloia por villa, palavra que então tinha apenas o significado de Quinta, Granja, ou Casal nobre.

O Ac. da Relação de 10 de Junho de 1629, proferido sobre questões em que se discutiam direitos a terras do Couto d'Osseloia, chamava-lhe villa d'Osseloia. Deu isso margem a ser-lhe dirigida a seguinte petição:

Dizem o procurador geral das Capellas da Corôa e António da Cunha, administrador do Hospital d'Albergaria-a-Velha, que nesta Relação estava sentenciado o tombo e demarcação dos Bens do dito Hospital pelo traslado da Doação que fez a Rainha D. Thareza em latim traduzido a linguagem, que foi achado no cartório da Villa d'Aveiro; e porque quem declinou o latim trocou a palavra villa, pondo-a

como estava em latim, o que em latim quer dizer quinta, conforme a declaração da dita declinação em linguagem, se entendeu na Junta dos Feitos Reaes que no tempo que a dita Rainha fizera a Doação a Gonçalo Eriz era o dito sitio d'Assilhó..... e achando-se o dito sitio d'Assilhó quinta, no tempo em que a dita Rainha fizera Doação dela, se julgasse o sitio por foreiro, etc.

Suprimimos a parte em que os peticionários demonstravam, a propósito da confusão de vila com quinta, pretender que o Tribunal alterasse a decisão no que mais ofendera os seus interesses. O Tribunal deliberou:

Acordam, etc. Deferindo à petição dos supplicantes, visto como na sentença se poz a palavra villa conforme o traslado da Doação em linguagem portugueza, e no original feito em latim a palavra villa se entende quinta, que então era o lugar e sitio d'Assilhó, mandam que aonde se diz villa se entende quinta; e no mais se cumpra com a reserva feita na dita sentença para se julgar no feito apenso sobre a dita quinta, e o que se julgar se lançará no Tombo, e assim a Doação latina. Mando que as sentenças neste insertas se cumpram assim como se contêm. Dada nesta Côrte e Cidade de Lisboa aos 23 dias do mês de Julho de 1629. El-rei Nosso Senhor assim o mandou pelo Doutor Thomé Pinheiro da Veiga, do seu Desembargo e seu Desembargador dos agravos e juiz dos Tombos das Capellas do Reino em esta Côrte e Casa da Supplicação. Manuel de Freitas a fez (3).

Pesa-nos não podermos attribuir a Assilhó foros de maior grandeza, mas a verdade manda que demos o seu a seu dono.

Talvez não seja despropósito apresentar aqui a noção do que seja um Couto, desde que tanto se fala dêles. Bastar-nos-á para isso transcrever de Viterbo o seguinte:

Antigamente se chamou Couto a um lugar, ou herdade, ou porção de terreno, demarcado por autoridade do monarca; e juntamente se chamavam coutos os marcos, e padrões ou pedrões, que lhe serviam de balizas. (4)

A tradução da Carta mereceu-nos o maior cuidado. Confiando-a ao sr. P.<sup>o</sup> Francisco Teixeira fixámo-la como segue:

Saibam quantos tiverem conhecimento da presente escritura, que, quando intentámos a reforma para utilidade de Albergaria-a-Velha de Meigonfrio, Dom Mourão, do burgo de Vouga, nos mostrou uma Carta não rasurada, nem viciada, nem cancelada, nem abolida, nem oferecendo dúvidas em qualquer das suas partes, a qual nós, por Gonçalo Mendes, nosso público tabelião, fizemos transcrever palavra por palavra, e reduzir a pública-forma, e cujo teor é o seguinte:

Em nome da Santa e Indivisa Trindade, Pai, Filho, Espírito Santo, Amen. Esta é a Carta de Benefício e firmeza de Couto, que eu, Infanta Dona Tereza, Rainha de Portugal, mandei fazer para ti, Gonçalo Eriz com destino à tua Quinta de Osseloa (Assilhó). Em primeiro lugar divido, por um lado, essa tua Quinta com a Terra de Santa Maria, a saber: — da estrada que desce de Portugal (Porto de Gaia) em direcção à Pedra da Águia (Bico do Monte ou Monte da Senhora do Socorro), e daqui pelo meio da Mata Talhada (ficava entre a Pedra de Águia e a Cruz de Canelas, e se denomina hoje Vale da Salgueira e Vale da Lage) em direcção à Mata da Ussa, que antigamente se chamava Mata da Brava, e daqui à Mâmoa Negra que se chamava da areia<sup>(5)</sup>, e daqui vai ao Romariz,<sup>(6)</sup> e daqui, por outros terrenos, até ao termo do Vouga; na direcção de Romariz transpõe o regato de Osseloa junto à Charneca,<sup>(7)</sup> seguindo em linha recta até ao ponto em que o terreno deixa de ter o mesmo plano (Usque in Directo), e daqui voltando para os vales de Osseloa<sup>(8)</sup> e depois directamente à Fonte Fria, que outrora se chamava Fontinha de Meigonfrio, e daqui a par da estrada em direcção à Pedra de Águia supramencionada.

Aprouve-me, a mim, Infanta Dona Tereza, Rainha de Portugal, em boa paz, dar-te Carta de Couto a ti, Gonçalo Eriz, na Quinta de Osseloa (Assilhó) pelos limites referidos, a saber: — da própria Quinta até ao Padrão do Couto, que eu mandei colocar na parte norte à beira da estrada, (é conhecido ainda hoje pelo nome de Marco da Meia Légua), e assim outro tanto para o poente da Quinta, e para o sul na direcção dos vales de Osseloa, do outro lado do regato, e volta para a Fonte Fria junto ao

Sobreiro assinalado, e dali atravessa o caminho para o Oriente, indo em direcção ao limite de Valmaior até ao Vale Pequeno<sup>(9)</sup>, onde roubam e matam os viandantes, e dali, da primeira fonte situada abaixo da estrada, seguindo em direcção ao norte até ao padrão do Couto.

Desta forma, de hoje em diante, possuas este Couto, bem como aquêles que da tua descendência fôr teu herdeiro da dita Quinta, e de pai e mãe de ti provenha, tanto por teres dado um açôr a D. Mendo Bofino e um cavalo ao meu escudeiro Artaldo e um gavião a Godinho Viegas, como para uma Albergaria que vamos instituir neste lugar, ao cimo da estrada, para bem de nossas almas e das dos nossos pais, e nela metamos como Albergueiro a Gonçalo de Cristo, e, quando um tiver falecido, tu nomearás outros, e da tua herdade lhes darás onde trabalhem, a saber: — desde a primeira lagoa dos Sobreiros, no caminho que vai para Osseloa até à primeira margem do regato que decorre da estrada, estendendo-se pela mesma margem até à estrada; e dessa lagoa indo para a primeira Mâmoa que está junto à estrada; tendendo para a Fonte Fria, e depois, do outro lado, no termo de Valmaior — cedamos, eu, tu e os nossos sucessores, acima do Padrão do Couto para o Oriente, até à primeira Fonte, abaixo da estrada, e daqui à primeira Fonte Fria.

Além disso, determinamos que paguem ao Albergueiro do Couto, aquêles que o ferirem, quinhentos soldos, e êle não pague calúnia em todo o meu reino, nem passagem (direito de trânsito), nem fique sujeito a quaisquer encargos (nenhum fôro)<sup>(10)</sup>; e além disso, Gonçalo Eriz, honro-te na tua Quinta, ordenando que todos os monteiros que, no termo dela, matarem veados, te dêem os lombos e a quarta parte, com excepção do rei; e os que matarem corça ou gamo te dêem os lombos, e, se caçarem em terreno cultivado, te dêem metade, e do urso as mãos, e se afastem do Couto os caçadores de coelhos à distância da vista de homem de joelhos, com os olhos nem levantados nem postos no chão; e todos os que aí fizerem calúnia te paguem pelo fôro do Vouga, e aquêles que violar as disposições dêste Couto te pague seis mil soldos, e mantenha-se o Couto, — e se quizeres utilizar-te do meu Mordomo para receberes aquêles seis mil soldos, dar-lhe-ás a terça parte, mas não por fôro, e não entre no teu Couto se não fôr da tua vontade.

E, se alguém da minha descendência, ou eu ou o Rei, quizer anular êste meu acto, seja

maldito até ao fim dos séculos <sup>(11)</sup>, e aquêlê que o beneficiar seja bemdito e tôda a sua geração; e todos os homens de Vouga que honraram êste Couto participem da boa hospitalidade da Albergaria. Confirma P., Bispo do Pôrto. Esta carta foi lavrada nas terras de Santa Maria, a que chamam Feira, no mês de novembro, era de 1155. Eu, Infanta Dona Tereza, Rainha de Portugal, que mandei passar esta Carta a ti, Gonçalo Eriz, como acima se deixa dito, e de minha mão a firmei.

Foram presentes: — Mendo, escrivão privativo da Côrte que a fez. — Dom Pedro Gonçalves, confirmo, — Dom Mendo Bofino, confirmo, — Dom Velasco Ramires, confirmo, — Dom Godinho Viegas, confirmo, — Didaco Osório, confirmo, — Dom Gonçalo Truitzendo, confirmo. O Armeiro Nuno Soares, viu. Pelágio Scapulado, confirmo. Artaldo testemunha, Pedro,

#### NOTAS:

(<sup>1</sup>) — Alexandre Herculano, História de Portugal, 1.<sup>a</sup> Edição, 1.<sup>o</sup> volume, pág. 244, em nota.

(<sup>2</sup>) — Qualquer homem que morar em herdade de que outrem seja dono, e que somente alli cultivar, será solarengo. A. Herculano, Hist. de Port. — vol. 4.<sup>o</sup> pág. 339. (1.<sup>a</sup> edição).

(<sup>3</sup>) — Veja-se em Gama Barros — vol. 2.<sup>o</sup> — pág. 13, que antigamente o termo villa designava a granja, o casal, a herdade, etc.

Na mesma pág. e na seguinte faz Gama Barros largas referências sobre os diversos sentidos em que se tomava a palavra villa. Para ali remetemos o leitor.

(<sup>4</sup>) — Elucidário, verb. Couto III. — Para maior desenvolvimento do que sejam coutos e honras, veja-se Gama Barros, — vol. 1.<sup>o</sup> — pág. 438 a 442.

(<sup>5</sup>) — A Mãoa Negra é constituída por um abundante jazigo de areia saibrosa, empregada em argamassas e em adôbes. E na Afeiteira, também conhecida por Cabana, no limite de Angeja, como refere a última demarcação do Couto. Este local da linha poente do Couto, entre o monte da Ucha e Romariz, é cortado pela estrada n.<sup>o</sup> 8, 1.<sup>a</sup> de Aveiro a Viseu. Dali parte a estrada municipal para o lugar do Fontão. O marco está dentro duma terra de lavoura, próximo do ângulo formado por estas duas estradas. Limita agora as duas freguesias.

(<sup>6</sup>) — O sítio de Romariz, a que a Carta se refere, era sobranceiro ao Cubo, próximo donde havia a barca d'Angeja. O monte de Romariz, ainda com êsse nome, acompanha a margem esquerda do regato de Assilhó (Osseloa), desde a sua curva ao fundo do Vale do Ribeiro, a leste do pontão do Pôrto das E'guas, até à Várzea de Angeja.

(<sup>7</sup>) — No antigo sítio da Charneca formou-se uma povoação razoável de gente laboriosa, predominando moleiros e padeiros: — é o lugar do Fontão, onde tem excelente vivenda, com capela e muitas rendas, o sr. dr. Augusto de Castro, actual director do «Diário de Notícias». Em Frossos, e próximo do Fontão, existe ainda um sítio com a denominação de Charneca.

(<sup>8</sup>) — Os Vales d'Assilhó são, além do Vale do Ribeiro, o Vale de Grama e o Vale da Vermelha. O Vale do Ribeiro tem a direcção norte-sul até ao fim do Campo do Ribeiro, próximo do Pôrto de E'guas, e ali inclina a poente sobre o lugar das Frias de Cima, seguindo para os das Frias de Baixo, Regada, Biscaia, Fontão e Angeja, e tem a sua foz no Pupinho. O Vale do Ribeiro é a continuação do Vale do Couto, que tem

testemunha. — Pelágio, testemunha, Gonçalves, testemunha, João testemunha, Garcia, testemunha. Sinal público em cruz, com as letras — Rainha Dona Tereza. Rainha.

E para que a dita carta, com o decurso do tempo, não venha a oferecer dúvidas, nem desapareça, com dano para a mesma Albergaria, a fizemos conferir na presença de homens bons, e, além disso, depois de firmada com o nosso próprio sêlo, a fizemos arquivar cuidadosamente no Tesouro da Igreja Catedral de Coimbra. E eu Gonçalo Mendes, Tabelião público na Cúria do supradito Prelado, fiz a leitura pública da referida Carta, e a examinei como acima fica dito, e a transcrevi palavra por palavra, e por meu punho a reduzi a pública-forma, e lhe apuz o meu próprio sêlo. Feita na Igreja de Santa Maria de Lamas, 13 Calendas de Maio, era de 1296». (<sup>12</sup>)

a sua origem na falda poente da colina do Bico do Monte (antiga Pedra da Aguiã). (Patrício Teodoro, na Gazeta de 25-11-934).

(<sup>9</sup>) — O Vale Pequeno começava ao fundo do terreno de cultivo da actual Quinta da Boa Vista, e ia até ao lugar do Reguengo de Valemaior. Era por aí que seguia, quase, o trajecto da antiga estrada vinda de Viseu e Vale de Lafões, e que desembocava onde é hoje a Praça D. Teresa, ali se vendo a viela, restos da antiga estrada. Isto até se abrir a nova estrada para Viseu, iniciada em 1870, e que, em 1872, ia além de Pessegueiro do Vouga.

(<sup>10</sup>) — A isenção de foro correspondia à isenção de todos os serviços pessoais, e de todos os tributos pecuniários ou em gêneros, directos ou indirectos, impostos sobre a terra como instrumento de produção, e sobre os valores criados pela agricultura, pela indústria e pelo comércio. (A. Herculano — Hist. de Port., vol. 4.<sup>o</sup>, pág. 401).

Quando citamos esta obra de Herculano, reportamo-nos sempre à 1.<sup>a</sup> edição, única que possuímos e conhecemos.

(<sup>11</sup>) — Parece ter havido uma violação da integridade do Couto 13 anos após a sua instituição. É o que se deduz do facto de D. Afonso Henriques, ainda infante, ter feito doação de várias herdades do Couto de Osselca, em terra de Vouga, a Mem Fernandes, em Maio da Era de 1167 (ano de Cristo 1129), fazendo-lhe esta mercê «pelo haver servido com Soeiro Mendes da Maia o Grosso, no cerco de Guimarães, que lhe poz o Rei de Castela». Tinha Afonso Henriques 18 anos de idade. É o que refere Fr. António Brandão na terceira parte da Monarchia Lusitana, Livro IX, cap. XIX pág. 130.

Sucedê, porém, que, em 1174, decorridos, pois, 45 anos, Afonso Henriques mandou lavar carta de confirmação deste Couto a Mendo Fernandes, neto de Gonçalo Eriz, não só por ser da geração dêste, mas por ter servido às suas ordens na tomada de Évora.

Este Mendo Fernandes devia ser o mesmo Mem Fernandes, a que se refere a Mon Lusitana, porque Mem e Mendo se correspondem, e parece tratar-se do neto de Gonçalo Eriz, e filho de Gonçalo de Cristo. Vide A. Herculano — Hist. de Port. 1.<sup>o</sup> vol. pág. 365.

Como a tomada de Évora teve lugar em 1166, não se pôde dizer que Afonso Henriques tenha sido muito pronto em remunerar os serviços que lhe eram prestados.

(<sup>12</sup>) — Albergaria-a-Velha e o seu Concelho — Dr. António de Pinho.

Apontamentos para a

## História do Asilo-Escola Distrital de Aveiro

Coligidos por H. Leitão

O problema da criança, no seu aspecto assistencial, sempre despertou nas gentes da região aveirense, quer particularmente, quer pelos organismos oficiais, todo o interesse que deve merecer o desprovido de amparo familiar como elemento humano que é.

Quando, num passado não muito longínquo, existiam as famigeradas e discutidas *rodas*, coube à Junta Geral do Distrito, pela publicação de regulamentos moralizadores e concessões de vultuosos subsídios, resolver o problema dos expostos, que em 1879 chegaram a ser 294.

José Estêvão procurou solução para outro aspecto da protecção à criança, — o amparo à terceira infância e à adolescência, — lançando a ideia da criação em Aveiro de um asilo de âmbito distrital. Com esse fim, em 1857, obteve do Governo a cedência de um donativo de 1.263\$400 réis, oferecido por compatriotas nossos residentes no Brasil, e fez nomear uma comissão instaladora a que presidiu o pai do escritor Marques Gomes.

Do Ministério da Guerra, José Estêvão conseguiu ainda permissão para instalar o asilo em parte do antigo Convento de Santo António, mas surgiram dificuldades, sendo por fim aproveitado o edificio onde, de 1685 a 1854, esteve instalado o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, e onde também, a título precário, esteve o hospital de coléricos, em Julho de 1855.

Este edificio, de acanhadíssimas proporções, situava-se na rua da Corredoura, nas traseiras da própria igreja da Misericórdia.

Foi com o nome de *Asilo da Infância Desvalida* que, solenemente, em 6 de Agosto de 1870, o governador civil, Fernando Afonso Giraldes Caldeira, inaugurou o almejado estabelecimento de assistência, para o qual a comissão instaladora havia grangeado um fundo de 7.000\$000 réis, e reunido 12 internados pro-

vindos dos diversos concelhos do distrito, número que cinco anos depois era de 24.

Falecido em fins de 1862, não viu José Estêvão a obra que tinha sonhado, obra que sempre teve vida difícil e que em 1888 morria à míngua de recursos, mantida apenas por um pequeno número de subscritores que, reunidos em assembleia geral em 3 de Junho resolveram a fusão desta casa de beneficência com o recém-criado *Asilo Escola Distrital*, resolução sancionada por decreto de 16 do mesmo mês e ano.

Foi em sessão de 5 de Abril de 1888, — e em cumprimento das disposições dos arts. 54. n.º 4, e 62, § 1.º do Código Administrativo então em vigor, e dos arts. 43 e 44 do Decreto de 5 de Janeiro daquele ano, — que a Junta Geral do Distrito aprovou a proposta do seu presidente, Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, para a criação do Asilo Escola Distrital.

No dia 30, e a título provisório, foi o Asilo instalado num prédio da antiga rua da Fábrica (actualmente denominada rua de Homem Cristo), e ficou constituído por 2 secções, sendo uma feminina, com o nome de Secção José Estêvão, e outra masculina, designada Secção Barbosa de Magalhães. A cada secção cabia um director e um sub-director, e assim, na Secção Feminina coube o desempenho desses cargos, respectivamente às senhoras D. Ester de Vilhena Torres e D. Maria José Maia. Na Secção Masculina foi director o Sr. Padre Lourenço da Silva, e sub-director o sr. Jeremias da Conceição Lebre.

Os asilados tinham fardamento próprio, e eram-lhes fornecidos alimento e instrução.

Logo após a criação do Asilo Escola começaram a funcionar as aulas de instrução primária, elementar e complementar, e pouco depois foi criada uma aula de música e canto

coral, a cargo do professor José Pinheiro Nobre. Sucessivamente foram instaladas as oficinas de carpintaria, marcenaria, sapataria e alfaiataria.

Entretanto, as alunas aprendiam trabalhos domésticos (cozinha, costura e bordados).

Os rapazes eram iniciados na instrução militar, e em breve se organizou uma fanfarra que fez a sua apresentação pública por ocasião da inauguração da estátua de José Estêvão, em 1889.

Esta fanfarra, que durante muitos anos tomou parte em inúmeras solenidades com geral agrado, terminou a sua actividade em 1940, depois de ter recebido, desde 1908, todo o interesse e dedicação do professor de música e antigo asilado sr. António dos Santos Lé.

Por decreto de 6 de Agosto de 1892 o Asilo ficou sob a alçada da Câmara Municipal, da presidência do dr. Jaime de Magalhães Lima, a qual mandou construir um grande edifício para ali se instalar o Asilo, com 62,4 m. de frente por 42,6 m. de fundo, sem grandes ornatos mas com todos os requintes de segurança e higiene, de linhas alegres e bem traçadas, — padrão a assinalar a gerência municipal de 1905 a 1907. O referido edifício, junto do Jardim Público, ficou concluído em 1907, e logo ali se instalou o Asilo Escola.

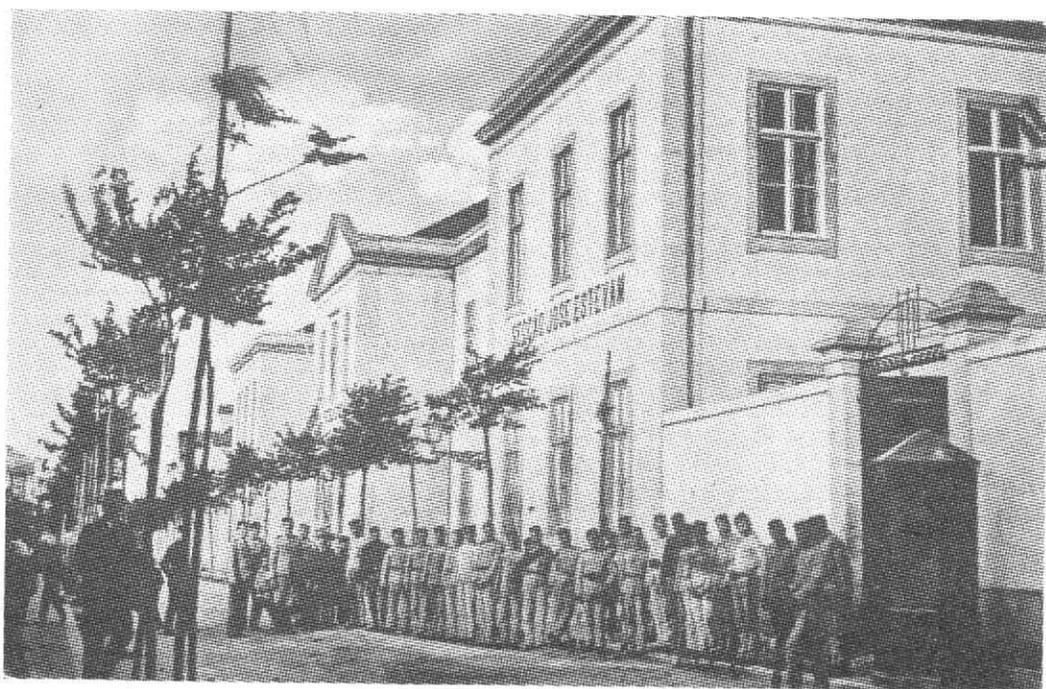
Em 1914 voltou o Asilo a ser administrado pela Junta Geral, que se apressou a vender o prédio ao Ministério da Guerra para instalação

do Regimento de Infantaria, que tinha sido colocado em Aveiro, e comprou o palacete e quinta que tinham pertencido a Sebastião de Carvalho e Lima, na rua do Carmo, onde hoje ainda o Asilo se encontra instalado.

Durante muito tempo o número de internados foi de 90 a 100 rapazes e de 60 a 70 meninas. Este número implicava, necessariamente, uma administração cuidada e um serviço de assistência médico-sanitária permanente. Para o efeito foi contratado um guarda livros (o sr. João Maria Pereira Campos), e passou a haver um médico privativo, por Decreto de 18 de Abril de 1907, — atendendo ao pedido que foi formulado pela Câmara Municipal — mediante concurso, e com o vencimento anual de 216\$000 réis, pagos em duodécimos.

Foi por determinação ministerial que ao Asilo Escola coube a incumbência de recolher as crianças desvalidas, não só do concelho de Aveiro mas de todos os demais concelhos do distrito.

Em 31 de Maio de 1914, a convite de uma comissão composta por antigos alunos do Asilo, e da qual faziam parte António dos Santos Lé, Luís dos Santos Vaz, José Maria dos Santos Vitor, Francisco Matos Júnior e João Gamelas, houve uma reunião na qual foi resolvido quotizarem-se para a aquisição de uma bandeira para o Asilo, a entregar a quando duma festa de confraternização.



Edifício onde foram instaladas as secções masculina e feminina do Asilo-Escola e que, posteriormente, foi ocupado pelo Regimento de Infantaria n.º 10.

O jornal «Campeão das Províncias», de 3 de Junho de 1914, dizia, referindo-se ao Asilo Escola: «De que aquele estabelecimento tem sido um modelo de educação onde se não deformam os caracteres mas antes se avigora e se fortifica o de cada um para o bem e para a virtude, prova-o exuberantemente a aludida reunião, onde se encontraram ex-alunos que dessiminados por quase todos os pontos do Distrito ali compareceram e bem claramente demonstraram a maneira correcta e digna como se tem conduzido na sociedade. Ocupam alguns

JUNTA GERAL DO DISTRITO DE AVEIRO  
ASILO ESCOLA DISTRITAL

Ex.<sup>mo</sup> Senhor:

Nova condição económica das sociedades determinou métodos novos de educação e ensino. Não podem ignorá-los, e muito menos deixar de praticamente os servir, todos aqueles que na plenitude da consciência das suas obrigações sociais conhecem as responsabilidades da geração actual com a robustez e a dignidade das gerações que nos sucederem. Em a nossa actividade, para cumprirmos cabalmente o nosso dever com a civilização e considerarmos em termos de dedicação e honestidade a parte que nos incumbe na prosperidade ou na ruina da gente que criarmos para aviltamento ou glória da nossa pátria, indispensável se torna que dotemos a criança com a cultura que o momento presente reclama, e na forma e termos que o ambiente actual exige, para que a educação constitua um princípio fecundo de eficácia e nobreza.

Ora sabido é, e manifesto, que hoje a educação passou de singular a comum, por virtude daquele mesmo impulso material e moral que faz que se viaje em comum e se fabrique em comum, e comum seja a água, a luz, a biblioteca, o museu e a escola e a arte, e até o próprio luxo, que vai a passar, do palácio senhorial reservado, ao paço da cidade aberto à frequência pública. O anseio de uma mais equitativa distribuição das riquezas, das do corpo como das do espírito, coincidindo com a revolução da mecânica e a concentração de energia que a caracteriza, para nos oferecer com o mínimo dispêndio e o menor esforço os seus benefícios e rendimentos, leva as sociedades a constituírem em toda a sua extensão largas agremiações e unidades, dentro das quais e pelas quais se tornará mais perfeito e útil o exercício das funções essenciais à vida e fortuna dos homens e das nações.

Assim é que a educação doméstica de algum dia, se não acabou nem é de acabar nos seus elementos mais profundos, foi reduzida a acanhadíssimos limites pela situação económica a que a família houve de sujeitar-se e singularmente lhe minguou as disponibilidades de tempo para efeitos de educação. E eis que a escola, e com a escola a creche e os jardins da infância e toda a instituição de educação em comum, assume uma importância primacial e significa para o futuro da criança um valor decisivo, quer em bem, quer em mal, conforme a ordem ou a desordem que a governar. Onde, de



Bandeira do Internato Distrital de Aveiro

deles posições muito honrosas e quando for da sua projectada festa ali hão-de comparecer em grande número».

A festa realizou-se em Agosto de 1915, tendo sido descerrado o retrato do dr. José Maria Barbosa de Magalhães.

Em 1915 o Asilo ainda estava no edifício próprio, mas já de novo na dependência da Junta Geral, por motivo da remodelação administrativa de 1913. Posteriormente, o Regimento de Infantaria instalou-se na parte do edifício onde esteve a secção feminina, que foi transferida para o prédio anexo à igreja da Misericórdia, por cima do estabelecimento do sr. Alberto Rosa.

A secção masculina foi instalada, em 1932, no prédio da rua do Carmo, onde se conserva, e no qual foram construídos 2 pavilhões de 2 pisos, destinados a camaratas e salas de aula, refeitório, etc., e 1 barracão para a cozinha e anexos.

A situação administrativa tornou-se difícil, conforme se depreende da circular seguinte :

manhã, pai, mãe e quantos sob o mesmo tecto pernhoitam e são de idade de trabalhar, saem, este para a oficina, aquele para o escritório, aquele outro para a sua carreira, cada qual para a sua tarefa, a colher seu salário, e só à noite recolhem, terminada a fadiga, ávidos de repouso que lhes restaure as forças para repetir no dia seguinte o mesmo trilho e canseira, onde o simples ganha-pão é motivo da dispersão impreterível e cotidiana da família, a criança refugiou-se na escola e é da escola que respirará a atmosfera que a alenta e a forma. Em comum com as do seu grémio, ali fica e ali cresce, confiada ao zelo e à inteligência e ao escrúpulo de mestres e pedagogos, que serão, na realidade, mais que tutores, os seus verdadeiros pais. Para todos os efeitos, físicos, morais, religiosos e mentais, o mestre e o companheiro entraram a substituir os pais e os excedem como influência educativa.

Por vezes, porém, acontece que as relações do mestre e da criança se tornaram ainda mais assíduas e mais íntimas, porque a criança, por seu infortúnio, nem família tem fora da escola que à noite a agasalhe e lhe ministre o consolo de carinhos que lhe bafejem o coração; então, a escola terá de se mudar em asilo e à disciplina e ao estudo, de que é dispenseira habitual, terá de juntar o conforto de um lar que a caridade acenda e mantenha, e enquanto no mundo piedade houver e fôr sinal por excelência da qualidade humana, será dever de toda a alma bem formada voltar olhos atentos para esses casos de desamparo extremo e moderar-lhes a agrura onde não possamos suprimi-los totalmente.

Esta é a situação presente das sociedades em todo o mundo civilizado, e outras não podendo ser por urgência de circunstâncias, em certo modo fatais, alheias à nossa vontade, teremos de a dominar não só com a coragem e a prontidão próprias de todo o homem são, mas também com a previdência e a clareza de meios e fins, pelas quais se reconhece a presença de todo o homem inteligente.

Para nós, administradores do Asilo-Escola do distrito de Aveiro e signatários deste breve memorandum, as considerações que acabamos de apontar significam a instância de um encargo demandando solução prática imediata, para a qual a nossa melhor boa vontade não bastará, se não fôr amparada pelo auxílio de quantos, tendo a peito o interesse público e os seus deveres, em suas acções e propósito lhe guar-

dam sempre o quinhão que da fortuna e da actividade particular naturalmente lhe pertence e lhe é pontualmente outorgado em toda a sociedade bem ordenada sobre uma base de justiça e previsão.

Modestíssima fundação em seu início, o Asilo-Escola do Distrito de Aveiro já tem hoje uma honrosíssima história, de todo o ponto meritória; em meio século de existência e apesar da míngua dos seus recursos materiais, pode orgulhar-se de ter roubado à indigência muita criança que sem a sua intervenção teria resvalado na miséria, da pobreza criou muitos e muitos homens a todos os respeitos capazes, mercê da compreensão e dedicação dos que por diferentes modos, todos igualmente nobres, têm dirigido e servido aquela instituição. A tal ponto, que do simples acto de caridade que em seu começo foi, destinado a acudir ao desamparo accidental dos poucos pobres e órfãos que podia recolher sob o seu teto, eis que agora se mostra missionário e modelo da educação que o nosso tempo reclama e ali se aplica. A casa de beneficência que distribuía as parcas esmolas do seu pobríssimo mealheiro tornou-se agora na sede do apostolado de uma meditada preparação, a todos os respeitos conveniente, da gente nossa, particularmente da classe trabalhadora, que pelo vigor físico e moral e mental tanto como pelas habilitações técnicas nobilite o país e lhe assegure um futuro digno das suas gloriosas tradições.

Aquartelado em edifícios magníficos para os seus fins, havendo aproveitado em parte o antigo convento do Carmo em Aveiro, competentemente adaptado ao seu novo destino, com a disposição própria para manter uma disciplina rigorosa e lhe afeiçoar o espírito das crianças; isento de todo o luxo, singelo e chão em todas as suas instalações, mas simultâneamente preparado para satisfazer princípios da hygiene moderna, incutindo nos asilados aqueles hábitos de asseio e mais cuidados do corpo, dos quais tão estreitamente depende não só a felicidade da saúde e robustez, mas também o rendimento e prosperidade de uma bem acautelada economia do trabalho — o Asilo-Escola do Distrito de Aveiro entrou francamente naquele período de expensão e alto desenvolvimento, no qual será, não só amparo e verdadeiro pai carinhoso para algumas dezenas de crianças salvas do desamparo, mas também uma escola prática de precursores, dali saindo aptos a criar e servir em a nossa região instituições idênticas, prontas

a propagar a educação tal qual o nosso tempo a exige e a civilização no-la impõe.

São, todavia, muito limitados os recursos de que o Asilo-Escola dispõe, atido, como se acha, à dotação que o Estado lhe concede e — obrigação nossa é mencioná-lo com tanto louvor como gratidão — acrescentada essa dotação apenas com a simpatia popular e as dádivas valicças particulares, espontâneas, que essa simpatia e a sua piedade mandam, reconhecendo a utilidade daquele instituto.

Para que o Asilo-Escola funcione em plena actividade e fecundidade, necessita de receitas regulares que pelo volume supram a deficiência da sua dotação oficial e pela certeza da cobrança permitam executar programas que não corram o risco de ser bastas vezes estorvados ou interrompidos à míngua de meios económicos bastantes. Para que da instituição de caridade socorrendo a indigência o Asilo se converta em viveiro de educadores, reproduzindo e disseminando em as nossas terras a semente excelente que os criou e os manda em exemplo a todas as classes e profissões conscientes e diligentes na preparação de filhos seus que honrem a pátria e enriqueçam de todos os bens a nação — para essa sua superior e legítima aspiração, necessita o Asilo da cooperação da boa vontade particular e do seu expresso e real apoio moral.

Foi pela instigação e urgência destas considerações, de cuja suprema importância a nossa experiência e o exercício das nossas obrigações nos convenceram, que nos lembrámos de promover a formação da «Sociedade dos Amigos do Asilo-Escola do Distrito de Aveiro», fundada nos termos que apontamos em a nota junta à presente e sumária exposição das condições daquela casa neste momento — certamente decisivo para o seu futuro de modelo e apostolado, se a coadjuvação que solicita lhe ouvir os rogos,

ou de acanhamentos e marasmo, se a indiferença desprezar uma obra que conseguiu ser já grande, e preferir deixar atrofiar o que agora, no seu vigor, é uma grande esperança.

Do esclarecido critério e da liberalidade de V. Ex.<sup>a</sup> aguardamos o julgamento do nosso propósito e a sua vida ou a sua morte, confiados, porém, em que por justiça e favor, que antecipadamente agradecemos, o seu aplauso nos ministrará os alentos necessários para juntos prosseguirmos nesta bemfazeja jornada.

#### A Junta Geral,

aa) CARLOS BAPTISTA GONÇALVES GUIMARAES, coronel comandante de Cavalaria n.º 8 e presidente da Junta Geral.

JOSÉ MARIA SOARES, major-médico de Cavalaria n.º 8 e provedor do Asilo-Escola

AUGUSTO MENDES MOREIRA, major de Cavalaria n.º 8

JOSÉ DA COSTA, major do quadro de reserva.

AMILCAR MOURÃO GAMELAS, capitão de Infantaria n.º 19.

Com a criação da Junta da Província da Beira Litoral o Asilo Escola entrou em franca decadência; em Janeiro de 1954 havia na secção feminina apenas 5 internadas, que acabaram por serem transferidas para a Casa de Educação e Trabalho D. Helena Quadros, em Sever do Vouga, estabelecimento dependente daquela Junta de Província.

Actualmente o Asilo Escola merece o maior interesse e carinho à Junta Distrital que nele recolhe 150 rapazes de todo o distrito de Aveiro, ministrando-lhes ensino primário e técnico, proporcionando-lhes e arrançando-lhes colocação a quando da sua saída e não esquecendo a sua cultura física e a sua formação artística, para o que fez reviver este ano a Banda do Asilo, a qual embora ensaiando ainda as primeiras



Banda do Internato  
Distrital de Aveiro

notas, já conquistou a simpatia de todos pelo aprumo e galhardia dos seus 38 jovens executantes, sob a competente batuta do sr. Severino Vieira, antigo asilado.

A Junta Distrital adquiriu nos arredores de Aveiro a Quinta do Forte, que foi pertença do dr. Alberto Souto, e trabalha afincadamente para que num futuro próximo, e em instalações modernas mas sem luxos, os rapazes carecidos

ali encontrem um ambiente acolhedor e digno.

Por deliberação da Junta Distrital em sua reunião de 11 de Outubro de 1960, e de harmonia com o parecer do Instituto de Assistência aos Menores, foi determinado que a partir desta data, o Asilo Escola Distrital de Aveiro passe a usar a designação de **Internato Distrital de Aveiro**.

## Nomeação do Director do Internato Distrital de Aveiro

Com precedência de concurso, foi nomeado Director do Internato Distrital de Aveiro o Sr. Professor António Caetano Mou-

tinho, que no dia 5 do corrente mês de Dezembro entrou no exercício das respectivas funções.

## Plano de actividade e bases do orçamento

### PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1967

Dando cumprimento ao que determina o n.º 3.º do art.º 320.º do Código Administrativo, elaborámos, de acordo com a Junta Distrital, o PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 1967.

#### A — INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tendo em vista que a obra de construção se encontra já em fase adiantada, julga-se que a respectiva inauguração terá lugar no primeiro trimestre do próximo ano.

#### B — INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO

Por sugestão do Instituto de Assistência aos Menores a designação de Asilo-Escola Distrital de Aveiro foi substituída pela de Internato Distrital de Aveiro.

O ante-projecto elaborado pelos Serviços Técnicos de Fomento sofreu profundas alterações, em resultado das sugestões preconizadas pelo Instituto de Assistência aos Menores. Trabalha-se, presentemente, na elaboração de novo ante-projecto, esperando-se que no decurso do próximo ano tenha início a respectiva obra de construção.

### F O M E N T O

#### I — SERVIÇOS TÉCNICOS DE FOMENTO

O número de estudos e projectos, mandados elaborar pelas Câmaras Municipais do Distrito é cada vez mais acentuado, o que motivará o aumento do quadro do pessoal. No entanto, o assunto só poderá ser objecto de estudo após a instalação dos Serviços na nova sede, dada a exiguidade das actuais instalações.

#### II — PARQUE DE MÁQUINAS

Adquirida uma britadeira, que já se encontra ao serviço dos Municípios, outras máquinas serão compradas desde que os respectivos Corpos Administrativos nas mesmas se mostrem interessados e, para tanto, haja disponibilidades.

### C U L T U R A

Está já publicado o primeiro número da Revista «Aveiro e o seu Distrito», envidando esta Junta Distrital todos os seus esforços no sentido de melhorar aquela publicação semestral.

Continuará este Corpo Administrativo empenhado na recolha de material para o Museu Etnográfico.

As Associações e Institutos culturais do nosso Distrito continuarão a merecer o apoio moral e financeiro que a Junta possa prestar-lhes.

### ARQUIVO DISTRITAL

O Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 criou, entre outros, o Arquivo Distrital de Aveiro, de cuja instalação nos vamos ocupar, em colaboração com a Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos.

Nos termos da lei orgânica respectiva serão incorporados neste novo estabelecimento:

- a) — Os cartórios paroquiais;
- b) — Os cartórios notariais;
- c) — Os cartórios das Sés, colegiadas e cabidos;
- d) — Os processos cíveis, crimes e orfanológicos findos;
- e) — Os papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspeções e repartições de finanças;
- f) — Os papéis das repartições extintas e serviços cessantes;
- g) — Os documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas;
- h) — Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos arquivos do Estado;
- i) — Os documentos das câmaras municipais, salvo quanto aos concelhos em que existirem arquivos municipais com instalação e organização que pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, forem considerados satisfatórios.

Afigura-se-nos dispiciendo salientar o interesse que resultará da instalação do Arquivo Distrital, pensando este Corpo Administrativo que no decurso do próximo ano poderá promover a respectiva instalação.

### ASSISTÊNCIA

Na construção do novo Internato Distrital de Aveiro assenta, fundamentalmente, a acção que a Junta Distrital se propõe desenvolver.

Julgamos poder iniciar no próximo ano a respectiva obra de construção para o que contamos com a imprescindível participação

dos Ministérios das Obras Públicas e da Saúde e Assistência.

Quanto às Casas da Criança (Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada), continua a aguardar-se a aprovação solicitada Superiormente para o projecto de ampliação da Casa da Criança da Mealhada, contando-se, também, levar a cabo as obras de conservação nos estabelecimentos assistenciais de Águeda e Albergaria-a-Velha.

São estas as realizações em que vamos ocupar a nossa actividade, no próximo ano, contando-se, para tanto, com as imprescindíveis participações do Estado, com o precioso conselho dos Srs. Procuradores e, também, com a leal colaboração de todos os Membros da Junta Distrital que, no exercício das suas funções têm sido inexcedíveis em zelo, dedicação e espírito de unidade.

Aveiro, 23 de Novembro de 1967

O PRESIDENTE,

*Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida*

### BASES DO ORÇAMENTO PARA 1967

Atendendo a que ao Presidente da Junta compete preparar as BASES DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO;

Considerando que pertence ao Conselho do Distrito discutir e votar aquelas Bases, nos termos do n.º 4.º do art.º 295.º do Código Administrativo;

No uso da competência que me confere o n.º 5.º do art.º 320.º do citado diploma, atendendo ao que preceitua o art.º 757.º, aplicável por força do disposto no art.º 787.º do Código Administrativo, tenho a honra de propôr à discussão e votação do Digno Conselho do Distrito as seguintes BASES DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO DA JUNTA DISTRITAL PARA O ANO DE 1967:

#### BASE I

#### COMPUTO APROXIMADO DAS DESPESAS A EFECTUAR

Com a manutenção dos serviços existentes, a realização de obras novas e a efectivação de certas despesas, calcula-se em cerca de 9.000.000\$00 a despesa a efectuar por esta Junta Distrital no ano de 1967.

## BASE II

### DISCRIMINAÇÃO DAS OBRAS DE INTERESSE PÚBLICO E SUA DOTAÇÃO APROXIMADA

No próximo ano propõe-se a Junta efectuar as seguintes obras novas:

#### 1 — Melhoramentos urbanos;

- a) Conclusão da obra de adaptação do edifício anexo ao Internato Distrital de Aveiro à sede dos serviços desta Junta Distrital ... .. 1.500.000\$00;
- b) Construção do novo Internato Distrital de Aveiro 4.000.000\$00;
- c) Ampliação da Casa da Criança da Mealhada ... .. 250.000\$00

#### 2 — Outras obras e melhoramentos:

Prevê-se, também, obras de conservação nos edifícios onde estão instalados os estabelecimentos assistenciais, administrados por este Corpo Administrativo.

A fim de poder fazer face às obras já mencionadas, a realizar no próximo ano de 1967, conta esta Junta com as participações do Estado nas percentagens habituais, com o saldo que transitará em 31 de Dezembro do ano em curso e ainda com as receitas gerais deste Corpo Administrativo.

## BASE III

### NOVOS LUGARES A CRIAR

Este Corpo Administrativo continuará a dedicar especial atenção aos pedidos de elaboração de estudos e projectos, feitos pelos Municípios do Distrito. Em ordem a possibilitar a respectiva elaboração, tanto quanto possível urgente, poderão vir a ser criados novos lugares nos respectivos quadros do pessoal dos Serviços Técnicos de Fomento.

Verificando-se em todos os Serviços acentuado aumento de trabalho, estudar-se-á, também, na altura que for julgada conveniente, a criação dos lugares indispensáveis, em ordem a obter-se o aperfeiçoamento nos respectivos Serviços.

## BASE IV

Procurando-se dotar todos os Serviços dos meios indispensáveis à sua actuação proveitosa, envidaremos os nossos esforços no sentido de que estejam sempre presentes os princípios de economia e de sobriedade inerentes à sua finalidade de interesse público.

Junta Distrital de Aveiro, 23 de Novembro de 1966.

O PRESIDENTE,

*Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida*

## Sumário

	Página
★ <b>Página Heráldica — Albergaria-a-Velha</b> ... .. .	3
★ <b>O Porto de Aveiro e a sua influência no crescimento económico da região</b> ... .. .	5
Pelo Dr. Álvaro Sampaio	
★ <b>Albergaria-a-Velha e o seu concelho</b> ... .. .	29
Pelo Dr. Flausino Fernandes Correia	
★ <b>Cinegética — Factor turístico da região aveirense</b> ... .. .	31
Por Daniel Constant	
★ <b>O segundo festival de verão de Estarreja</b> .. .. .	34
Pelo Dr. Pedro Homem de Mello	
★ <b>José Estêvão e o seu fecundo aveirismo</b> ... .. .	38
Por Eduardo Cerqueira	
★ <b>Impressões de Aveiro recolhidas em 1871</b> ... .. .	48
Pelo Dr. António Gomes da Rocha Madail	
★ <b>As «Janeiras», as «Pastoras» e os «Reis»</b> ... .. .	57
Pelo Dr. António Tavares Simões Capão	
★ <b>Do «Descobrimento» do Ambar</b> ... .. .	67
Pelo Doutor Fernando Magano	
★ <b>Antologia Aveirense</b> ... .. .	69
★ <b>Origem de Albergaria-a-Velha</b> ... .. .	73
★ <b>Vária</b> ... .. .	77